



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL

COMUNICAÇÃO EM TEMPO DE GUERRA

Euclides da Cunha, os jornais e a
campanha de Canudos

LIDIANE SANTOS DE LIMA

Feira de Santana, 2004.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL

COMUNICAÇÃO EM TEMPO DE GUERRA

Euclides da Cunha, os jornais e a
campanha de Canudos

LIDIANE SANTOS DE LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS, tendo como Orientador o Professor Doutor Rubens Alves Pereira e como Co-orientador o Professor Doutor José Carlos Barreto de Santana.

Feira de Santana, 2004.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos que, fotocopiando artigos, emprestando-me ou doando-me livros, resolvendo dúvidas ou lendo partes do meu texto, contribuíram na realização deste trabalho. Na impossibilidade de lembrar de todos os nomes, e mesmo de caber todos nestas páginas, faço menção à professora Lícia Soares de Souza, que me indicou o Programa de Pós-graduação da UEFS e me aconselhou à vida acadêmica, sendo orientadora de um projeto de Iniciação Científica do qual participei durante minha graduação em Comunicação Social na UNEB. Ao professor Leopoldo Bernucci que, além de ler um artigo, espécie de rascunho resumido deste trabalho, enviou-me, dos EUA, um dos seus livros, já esgotado, que tanto desejava possuir. Ao professor Manoel Neto, do Centro de Estudos Euclides da Cunha, pelos livros doados e pelas conversas sobre Canudos. Ao professor Jorge Araújo, pelas indicações que me deu, quando meu trabalho era só um projeto.

Às funcionárias do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS, sempre pacientes e solícitas quando mais precisei. E também aos professores do programa, que tanto enriqueceram meu mundo, fazendo-me ainda mais apaixonada pela Literatura.

À Capes, faço constar aqui o meu agradecimento, pela concessão da bolsa de Estudos, sem a qual seria impossível tamanha dedicação na produção desta dissertação.

A todos os colegas do mestrado e amigos pessoais que, vendo qualquer material que envolvia o tema do meu trabalho, lembravam-se de mim e muito contribuíram para o mesmo. Ao jornalista Antenor Júnior, pelos convites a participar das Semanas Culturais *Os sertões*, realizadas na

cidade de Euclides da Cunha – BA. Aos funcionários da Biblioteca Pública dos Barris, que me permitiram pesquisar jornais do ano de 1897, já considerados sem condições de uso.

Ao querido Álvaro Neto, pelos convites a participar das tradicionais Semanas Euclidianas, em São José do Rio Pardo – SP. Através deste evento, por meio das pesquisas realizadas no acervo do Dr. Oswaldo Galotti, das palestras e das conversas formais e informais com os estudiosos de *Os sertões*, pude aumentar significativamente o conhecimento da obra, a produção e a pesquisa bibliográfica deste trabalho.

Muito especialmente, agradeço aos maiores auxiliares deste projeto. Apoiando, incentivando, emprestando livros, conversando, rindo e, é claro, orientando. Ao professor Rubens Alves Pereira, que muito me ajudou com suas leituras, seus riscos e observações que enchem meus rascunhos, e suas aulas particulares, durante as orientações, tão empolgantes, sobre verdade, realidade, literatura e tantos outros temas apaixonantes. Ao seu esforço de, mesmo a mares e terras de distância, mandar-me suas correções tão atentas e organizadas, por e-mail ou pelos correios. E, como não poderia deixar de ser, ao meu segundo orientador, ou co-orientador, como queiram, o professor José Carlos Barreto de Santana – um grande conhecedor de Euclides da Cunha e de sua obra –, que tão gentilmente me dizia o que eu “poderia rever” no trabalho. Muito obrigada, professor, por suas leituras e re-leituras tão rápidas, por ser tão prestativo, sentando-se comigo até na Praça Bernardino Bahia, em vésperas de Natal, para explicar-me o que eu deveria corrigir em meus capítulos.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a produção deste trabalho ou que me apoiaram durante esta caminhada. A minha família, minha maior riqueza: Joaquim e Aneurina Lima, amados pais, Bleiser, Tâmara e Ellen Lima (pela paciência, principalmente quando, em

frente ao computador, cercada de livros, eu me transformava, não mais falando, ouvindo ou reagindo). A Israel Pinheiro, pelo apoio, compreensão e incentivo, e a Cláudio Amorim, amigo para todas as horas, que me acolheu em sua casa durante a minha graduação e que sempre me inspirou e me ajudou nas minhas conquistas profissionais e acadêmicas. Cito nomes que não poderiam deixar de constar, mas reconheço também a ausência de tantos outros.

A Deus, concretamente presente no início, no meio e no fim desta caminhada, a quem transfiro toda glória, toda honra e toda “distinção e louvor”.

Verdadeira ou mentirosa,
é uma história extraordinária.

Mario Vargas Llosa

RESUMO

Os sertões, de Euclides da Cunha, é um livro enciclopédico que relaciona diferentes áreas do conhecimento. É, também, uma obra investida de dramaticidade, de poesia épica e de imagens distintas. Embora *Os sertões* já tenha sido bastante explorado em sua diversidade, é ainda pouco contemplada pelos estudiosos a leitura feita por Euclides da Cunha sobre a comunicação social e a atuação dos seus meios na guerra da Canudos. Dentre os vários discursos que Euclides empreendeu sobre a constituição do Brasil, não deixa de ser expressivo o olhar sobre a manipulação da opinião pública pela imprensa nacional, como aconteceu, segundo ele, durante a campanha de Canudos. Porém, suas críticas à parcialidade da informação jornalística podem, ironicamente, recair sobre suas próprias produções como correspondente de *O Estado de S. Paulo*. Neste sentido, partindo da leitura dos artigos de Euclides, principalmente dos escritos durante a guerra, a presente dissertação discute a visão crítica deste autor, em *Os sertões*, sobre o papel dos veículos de comunicação social em tempo de guerra – tema que se torna recorrente em textos literários posteriores sobre a saga dos conselheiristas. O trabalho ainda contempla a análise das fronteiras e confluências entre jornalismo e literatura e das suas diferentes formas de representar. Neste trânsito entre literatura e jornalismo, verifica-se de que forma *Os sertões* evidencia ou advoga, enfim, a necessidade de deslocamento da representação jornalística para a reflexão e a expressão literária como forma de garantir uma história singular como a de Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: literatura, jornalismo, comunicação, Canudos, *Os sertões*.

ABSTRACT

Os sertões, by Euclides da Cunha, is an encyclopedic book that links different areas of knowledge. This literary work has dramaticity, epic poetry and many different kinds of images too. Although *Os sertões* has already been much studied in its diversity, the study doesn't have contemplated sufficiently the Euclides's reading about the social communication and the performance of the media during the Canudos War. Among many Euclides's discourses about the Brazil's composition, the representation of the public opinion manipulation by the media, like happened during Canudos campaign, as according to Euclides, is expressive. Despite it, his critics about the partiality of the journalistic information can, ironically, reveal his own productions when he was a correspondent of *O Estado de S. Paulo* newspaper. According to this, from the reading of Euclides news' articles, mainly in which was written during the war, this text discusses his critical vision, in *Os sertões*, about the action of media in war period. This theme is in contemporary literatures works about the conselheiristas's history. The text still contemplates the analysis of the frontier and the confluence between journalism and literature and of their different forms of representation. From this kind of dialogue between literature and journalism, it is verified how much *Os sertões* makes evident or defend, at last, the necessity of changing the journalistic representation to the reflection and expression literary to guarantee or maintain a singular history such as the history of Canudos.

KEYWORDS: literature, journalism, communication, Canudos, *Os sertões*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I. LITERATURA, IMPRENSA E A GUERRA DE CANUDOS	20
Confluências entre Literatura e Jornalismo	23
O Brasil do século XIX e as múltiplas representações de Canudos	36
II. EUCLIDES DA CUNHA, ENTRE O JORNAL E O LIVRO	53
Euclides e a propaganda republicana nas páginas dos jornais	57
Em direção a Canudos: um articulista a serviço da República	66
III. <i>OS SERTÕES: RE-SIGNIFICANDO A PÁGINA VAZIA</i>	88
As ações da imprensa representadas na obra euclidiana	98
A comunicação e a formação da opinião pública como suportes da guerra.	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

ESQUEMAS

01.	SISTEMA DA OPINIÃO PÚBLICA (Vitalino Rovigatti)	104
02.	OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL	127
03.	MODELO DE LASSWELL (com modificações de Nixon)	138

INTRODUÇÃO

“Um Brasil Unido, Uma Nação Forte”: é como o jornalista míope¹ inicia o artigo que explica a derrota de uma das expedições contra Canudos. Ao ler a própria criação, para a aprovação do dono do jornal, admira-se: “Verdadeira ou mentirosa, é uma história extraordinária”.

Após retornar da guerra, para onde foi enviado como correspondente, o jornalista se ressentia de as pessoas estarem baixando a cortina em relação à história de Canudos: “Não permitirei que a esqueçam (...) É uma promessa que fiz a mim mesmo”. Ao ser inquirido, pelo seu interlocutor, sobre como conseguiria tal intento, esclarece: “Pela única maneira como se conservam as coisas (...). Escrevendo-as”. O jornalista explica que já havia lido tudo o que saíra nos jornais, incluindo o que ele próprio escreveu:

- É algo... difícil de exprimir. Irreal demais, entende? Parece uma conspiração da qual todos participam, um mal-entendido generalizado (...).
- Não entendo (...).
- Hordas de fanáticos, sanguinários abjetos, canibais do sertão, degenerados da raça, monstros desprezíveis, escória humana, infames lunáticos, filicidas, tarados da alma – recitou o visitante, detendo-se em cada sílaba. Alguns desses adjetivos eram meus. Não apenas escrevi. Acreditava neles, também. (Llosa, 1999: 248-9).

Como o *jornalista míope* da obra vargallosiana, Euclides da Cunha foi a Canudos, vivenciou a guerra, lá deixou muitas das suas antigas idéias e, depois, refez o seu discurso, através de uma obra (também) literária. Os lugares de certeza e de afirmação são deslocados na literatura, e por isso há espaço, inclusive, para a autocrítica.

¹ Personagem de *A guerra do fim do mundo* (romance do ciclo temático canudiano – ciclo de obras literárias que têm por tema a história de Canudos), do peruano Mario Vargas Llosa.

Através do personagem *jornalista míope* (uma projeção da figura de Euclides da Cunha), Mario Vargas Llosa atualiza a discussão, iniciada pelo autor de *Os sertões* (1902)², Euclides da Cunha, sobre a atuação dos meios de comunicação social na formação da opinião pública nacional, e advoga a necessidade de deslocamento da representação jornalística para a reflexão e a expressão literárias como forma de garantir a preservação de uma história singular como a de Canudos.

Os sertões é considerado ainda hoje “o livro de Canudos” (Gutierrez, 1997: 9). Antes e depois dele surgiram outras obras, de autores diversos, que, com linguagem histórica ou mesmo ficcional, contribuíram enormemente para o conhecimento dessa parte dolorosa da história brasileira. *Os sertões*, porém, *funciona* como o primeiro acesso a um fato histórico, a Guerra de Canudos, pois embora não seja o primeiro texto a tratar do episódio, ele constitui, como afirma Ângela Gutierrez, um texto germinador da ficção regionalista e, em particular, do tema canudiano. Poderíamos dizer, então, que esta obra se define como uma narrativa de fundação, um evento em si. Configura-se, sobretudo, como um texto de referência suscetível de gerar novos textos, de criar séries culturais sobre o tema, de inscrever seus vestígios na composição de novas produções que, num constante processo de intertextualidade, fazem diversas releituras do livro considerado por muitos, um dos maiores fenômenos culturais da nossa história. No plano internacional, destaca-se a obra de Vargas Llosa, *A guerra do fim do mundo*, como literatura exemplar do ciclo temático canudiano. Assumindo sua narração como “uma história sobre uma

² Pela *atualização*, segundo Jauss (1979), é possível que a obra do passado seja percebida dentro do horizonte contemporâneo por efeito da leitura. Desta forma, é plausível associar *Os sertões* – que, neste sentido, consideramos como um livro fundador, “uma súpula da nacionalidade” (Zilly, 2002: 72) – à obra vargallosiana, *A guerra do fim do mundo*, que faz uma leitura atualizada da ação da imprensa em campanhas de mobilização nacional.

história” (Oviedo, 1980), Llosa reconstitui o episódio brasileiro considerado por ele “um mal entendido nacional”, fruto de mentiras que “repetidas dia e noite viram verdades” (1999: 477).

Livre do compromisso – assumido pelo historiador e pelo jornalista – com a objetividade ou com a pretensão de retratar a verdade, Vargas Llosa escreve uma obra literária que impõe a ficção como uma outra realidade. As possibilidades abertas pela escritura literária “nos encerra nas fronteiras de seu mundo e, de uma forma ou de outra, nos faz levá-la a sério” (Eco, 1994: 84). Assim, há uma reconversão e “o mundo real cai como um pano de fundo do ficcional”, lembrando sempre ao seu leitor que não se trata ali de realidade, mas sim de representação, nas quais “as afirmações ficcionais são verdadeiras dentro da estrutura do mundo possível de determinada história” (*idem*, p. 94). Conforme ainda Umberto Eco, “não é possível o mesmo grau de convicção quando falamos de verdade no mundo real” (*idem*, p. 95). Em termos epistemológicos, não podemos estar certos do que é garantido como verdade pelos jornalistas, mas quando uma obra, considerada literária, narra uma história, no seu mundo, não temos dificuldades em acreditar.

O jornal oferece ao leitor, por meio das informações fornecidas, o conhecimento de tempos, espaços e ações humanas. A história, além de prover o conhecimento de um fato, ou de uma época, trabalha ao mesmo tempo com a memória. E a literatura, por sua vez, é uma forma de representar ações humanas, como “uma forma de conhecer”, de trabalhar com a memória e, ainda, com a imaginação.

“No momento em que a ciência desconfia das explicações gerais e de soluções que não sejam setoriais e especialistas, o grande desafio da literatura é o de saber tecer em conjunto os diversos saberes e os diversos códigos numa visão pluralística e multifacetada do mundo”, afirma Ítalo

Calvino (1997: 127). Ou, como escreveu Barthes, “a literatura faz girar os saberes” (2002: 18). *Os sertões*, de Euclides da Cunha, faz girar saberes múltiplos, passando das ciências à história e mais outras tantas disciplinas que servem de base ao livro. É, portanto, uma obra enciclopédica que relaciona distintas áreas do conhecimento, como geologia, sociologia, história, geografia e outras.

Apresentando-se como um texto “complexo”, no qual movimentam-se discursos e linguagens distintas, *Os sertões* pode ser lido também como *literatura* – mas não necessariamente ficção. “Sendo impróprio, a meu ver, considerar esta obra como livro ficcional, não seria incorreto, entretanto, buscar nela um dos seus discursos mais tonificantes, aquele que imita o da ficção”, afirma Leopoldo Bernucci (2002: 42). Euclides utiliza procedimentos literários³, mas não imprime uma função ficcional ao texto.

“Euclides também se socorre da imaginação, embora tudo pareça muito verossímil”, afirma Jorge Araújo (2001: 153). Com um estilo “sinuoso e cheio de ardis” e uma “inequívoca vocação poética”, continua o autor, “Euclides guarda um ritmo heróico (e portanto épico, romanesco) de formulação para além da rasura historiográfica. Como um Vieira tresmalhado, Euclides constrói um texto armado de linguagem catedralesca, imagens góticas de expressão até mesmo gongórica ou extravagante” (2001: 138). Mas, ainda conforme Jorge Araújo, “O arroubo de odisséia não oblitera a reflexão do jornalista empenhado no registro fiel dos acontecimentos” (2001: 155).

³ Conforme Bernucci, “No plano lingüístico, é preciso mencionar a descrição minuciosa e estilizada (...), os símiles ou comparações, as enunciações, as repetições de tipo anafórico, um vocabulário servindo de suporte ao mundo épico da Antiguidade (...) e, finalmente, uma tendência a construir sintagmas de dez e doze sílabas à semelhança dos versos heróicos épicos e dos heróicos quebrados ao estilo parnasiano” (2002: 46).

Considerada uma obra investida de dramaticidade retórica, de poesia épica e de imagens diversas, *Os sertões* se caracteriza, ainda, como literatura-testemunho, que trabalha com a necessidade e a impossibilidade de lembrar-se. A presença de Euclides durante a guerra e a sua posterior investigação histórica sobre o acontecimento, para a escrita do livro, acentuou a categorização memorialista de *Os sertões*. As pessoas haviam decidido “baixar a cortina” sobre o episódio, no entanto, Euclides vetou tal esquecimento, através de sua obra. Porém, ao narrar aquele fenômeno, ele precisou trazer à luz fatos de violência, proporcionados pela própria nação, cuja representação parecia problematizada e a simples descrição, impossibilitada. O próprio autor, então, por vezes, pede o fechamento do livro ou assume a dificuldade de narrar tais ocorrências, estabelecendo uma outra forma de discurso: a expressão do silêncio.

Embora *Os sertões* já esteja bastante explorado em sua diversidade, é ainda pouco contemplada pelos estudiosos a repercussão em Euclides da Cunha dos processos de comunicação social e da atuação dos seus meios na guerra da Canudos. Propomos, portanto, a análise de pressupostos teóricos da comunicação, bem como o estudo de aspectos históricos da imprensa brasileira, a partir da obra euclidiana. Apesar de parecer uma temática secundária em *Os sertões*, sem ela a compreensão daquele episódio e do fenômeno político que envolve a história de Canudos seria por demais incompleta.

Euclides da Cunha foi a Canudos, em agosto de 1897, como correspondente de *O Estado de S. Paulo*. Os maiores jornais do Brasil enviaram jornalistas a esta região, até então desconhecida pela maioria da população brasileira, possibilitando a primeira cobertura diária de uma guerra na imprensa nacional. Após cinco anos do término desta luta fratricida, Euclides publica *Os sertões*, no qual nega e desconstrói várias

histórias oficiais do episódio, entre as quais, muitas que os jornais ajudaram a criar.

Os emergentes meios de comunicação são representados por Euclides⁴ como um dos vilões do acontecimento, pois com a proposta de dar ordem ao caos, foram eles quem primeiro fizeram a guerra, ideologicamente, por meio de um processo de construção discursiva de identidades e valores em confronto. Porém, as críticas de Euclides à parcialidade da informação jornalística podem, ironicamente, recair sobre suas próprias produções jornalísticas durante a guerra – dos seus primeiros artigos sobre o tema às reportagens escritas por ele no campo de batalha.

Walnice Nogueira Galvão (2002) divide o periodismo euclidiano em três fases: da militância política, da série de reportagens sobre a Guerra de Canudos e dos “artigos de maior ambição” (reunidos e publicados em forma de livros: *Outros contrastes e confrontos* e *À margem da história*). No presente trabalho, apenas estudaremos as duas primeiras. O jornalismo euclidiano, em cotejo com a sua escrita literária, e as possibilidades abertas por esta para a representação e a reflexão de questões nacionais serão alvos da nossa análise. Mas, para que apreendamos este tema de tamanha complexidade, será preciso, inicialmente, discutirmos conceitos e concepções que perpassam diferentes campos discursivos.

O presente trabalho⁵ está dividido em três capítulos. O primeiro terá por título “Literatura, imprensa e a Guerra de Canudos” e apontará alguns

⁴ Em *A luta*, terceira parte de *Os sertões*.

⁵ O tema desta dissertação surgiu a partir da minha participação, como bolsista do CNPq, em um projeto de Iniciação Científica, sob orientação da professora Lícia Soares de Souza, por título: “A influência de *Os sertões* na cultura contemporânea”. Partindo da análise da obra euclidiana, pesquisamos o seu *diálogo* com romances do ciclo temático canudiano e a representação da comunicação nestas obras. Tal projeto foi desenvolvido por dois anos e meio, e alguns resultados foram apresentados em congressos e publicados em forma de artigos. Mas, por percebê-lo ainda uma fonte não esgotada, resolvi dar continuidade aos estudos do tema, no Mestrado, onde tive a oportunidade de ampliá-lo (apesar de abandonar a apreciação das obras

estudos sobre as fronteiras existentes e as confluências possíveis entre o jornalismo e a literatura. Em um primeiro momento, serão examinadas algumas questões teóricas sobre história, literatura e jornalismo, que permitirão o confronto entre estas áreas e a compreensão das diversas formas de representar que elas apresentam. Serão discutidas apropriações de “verdades” e as pretensões jornalísticas e históricas de objetividade, em contraposição a um não comprometimento com estes conceitos e à liberdade literária de fazer com que o leitor entre em um *jogo* que “irrealiza” o real e faz aflorar o imaginário, conforme Wolfgang Iser (1996). No segundo momento deste capítulo, contextualizaremos histórico-socialmente o Brasil do final do século XIX e esboçaremos o papel dos meios de comunicação daquela época, sobretudo o do jornal. Será analisada a atuação dos principais periódicos brasileiros durante a campanha de Canudos e estudada as formas de representação desta guerra nos artigos jornalísticos de então. Por observarmos que, antes de *Os sertões*, já haviam sido escritas obras literárias sobre o tema, examinaremos como aquele fenômeno foi também matéria para a literatura desse período. Mediante a reflexão sobre o confronto de gêneros, aqui proposta, analisaremos as distintas significações que o jornalismo e a literatura deram a Canudos, de acordo com suas particularidades e limitações.

No segundo capítulo, “Euclides da Cunha, entre o jornal e o livro”, será evidenciada a ação de Euclides como jornalista e o seu deslocamento crítico-discursivo até a escrita de *Os sertões*. Relataremos alguns fatos da biografia intelectual deste autor, do exercício de seu jornalismo propagandista da República aos artigos escritos por ele, por ocasião da guerra, posteriormente publicados no *Diário de uma expedição*. O poema

do ciclo referido acima), dando uma atenção mais cuidadosa e crítica ao exame do jornalismo e da obra euclidiana, pelo viés da literatura.

“Página Vazia”, de Euclides da Cunha, escrito por ocasião de sua saída do cenário de guerra, será aqui analisado como metáfora de um processo de deslocamento: simbolizando o silêncio de quem volta da guerra, a poesia pode ser pensada como um ponto de conversão para o livro, quando o discurso jornalístico se esgota enquanto espaço de representação de um fato que se afigura à consciência política do autor de forma cada vez mais complexa. Era, portanto, necessária a gestação de um outro discurso, que será a maturação da obra literária.

A análise de *Os sertões* e das representações críticas da imprensa nesta obra será feita no terceiro capítulo: “*Os sertões: re-significando a página vazia*”. Veremos como, através da linguagem crítica e, muitas vezes, hiperbólica em suas metáforas e imagens, Euclides discute, entre outros temas, a problemática de uma identidade nacional então fraturada pela dimensão brutal do conflito – um dos pontos centrais para a compreensão do livro. Observaremos, na obra euclidiana, a importante atuação dos veículos da comunicação social durante a campanha de Canudos, como suporte ideológico de uma determinada imagem da nação (imagem de um Brasil Republicano vitorioso). Constataremos como Euclides denuncia a ação da imprensa que, propalando e criando boatos, expropria e mistifica a opinião pública. E, ainda, verificaremos como, depois de fazer críticas que podem recair sobre ele mesmo, uma vez que foi também formador de opinião por meio dos jornais, o autor novamente dá expressão ao universo de Canudos com suas múltiplas implicações.

Por fim, observamos que, assim como a guerra de Canudos foi um tema representado pela imprensa brasileira do século XIX, a representação desta imprensa ou a representação desta representação será alvo do nosso estudo. Enquanto construções discursivas produtoras de sentido, a literatura e o jornalismo podem ser submetidos a constantes decodificações. Por meio

deste trabalho, constataremos um caso de leitura e decodificação da mídia por meio de uma obra literária (*Os sertões*), bem como identificaremos diálogos, correspondências, alianças, disparidades e fronteiras existentes entre literatura e jornalismo, que evidenciarão a simbiose possível entre distintos conhecimentos narrativos.

I**LITERATURA, IMPRENSA E A GUERRA DE CANUDOS**

O importante nessas crônicas são os subentendidos (...) Não o que dizem, mas o que sugerem, o que fica livre para a imaginação (...). Como será possível conhecer a história de Canudos?

Mario Vargas Llosa

O inter-relacionamento entre diferentes áreas do conhecimento tem se tornado comum aos teóricos das ciências sociais e das artes. Os papéis da literatura e da história, por exemplo, estão se modificando, e muitos dos conceitos desta última – como o da realidade referencial e verdade unívoca – têm sido relativizados, o que permite uma maior aproximação entre as duas. Estudar o confronto entre literatura e história não é o objetivo desta dissertação, entretanto, a partir da observação de confluências e distanciamentos possíveis entre estas, será facilitado o caminho de chegada à análise aqui pretendida, que colocará em relevo os discursos produzidos na fronteira entre a literatura e o jornalismo.

A literatura e a história⁶ são áreas de conhecimentos distintos, com um princípio comum: narrar. Suas narrativas são, basicamente, composições geradas pela escolha de determinados fatos em detrimento de

⁶ Esclarecemos que estamos falando não de “categorias universais”, mas, como pontua Walter Mignolo, sobre “convenções no uso da linguagem”. A respeito do assunto, o referido autor pergunta: “E há alguma dúvida de que a questão entre literatura e história é um caso de fronteiras e de configurações discursivas (ainda que não adequadamente) identificadas como ‘gêneros’?” (1993: 126).

outros. E, aqui, as duas disciplinas começam a se assemelhar. Hoje, os estudiosos já admitem que uma pode utilizar recursos próprios da outra, sem deixar de lado o que lhes parece essencial.

Observando a relação possível entre a história e a literatura, pode-se pensar numa metáfora ilustrativa da afinidade entre elas: o encontro do *Rio Solimões* com o *Rio Negro*. O Solimões, originário dos Andes, possui uma água barrenta – traz muitas partículas em suspensão, o que explica sua cor esbranquiçada. Ele é muito mais denso, possui condutividade elétrica superior e sua vazão e velocidade são cerca de três vezes maiores que o Negro. Este, por sua vez, possui uma água escura, ácida e com temperatura mais alta que o Solimões. Por tais diferenças, a junção destes dois rios – formadores do *Rio Amazonas* – é marcada por uma característica: a harmonia existente entre eles, no sentido de que, apesar de correrem mais de quatro milhas juntos, não se misturam a ponto de desaparecerem suas diferenças. Às vezes, um está mais forte e acaba empurrando a linha (visível) de encontro. Mas eles conseguem se interpenetrar sem a perda de suas particularidades. Da mesma forma, é possível figurar um encontro entre a história e a literatura, onde as duas se entrecruzam, se enriquecem, podendo caminhar lado a lado, sem perderem completamente suas características próprias. A união entre estas duas disciplinas torna-se perceptível ao lembrarmos, por exemplo, que tanto uma quanto a outra pode escolher, simplificar, organizar, resumir um longo período de tempo em uma só página.

No passado, a “necessária” distância entre essas duas áreas era ratificada pelo discurso de “cientificidade do conhecimento” produzido pelo historiador. Este possuía a função de reunir fontes e fatos (documentos escritos, criteriosamente testados quanto à sua veracidade) e apresentá-los, sem emitir qualquer juízo de valor ou apreciação. A literatura, porém,

nunca assumiu tais compromissos com a verdade ou com a neutralidade. Trabalha com a imaginação, podendo também utilizar a memória – ao tratar de eventos passados. Conforme Leopoldo Bernucci, “a historiografia requer do historiador uma disposição mental ética que não existe no campo da ficção (...) porque o romance, por exemplo, lida com o conceito de verossimilhança e não de veracidade” (2002a: 12). Mas não é só a literatura que pode utilizar-se do recurso da interpretação. Ainda, dois historiadores quaisquer não terão o mesmo ponto de vista ou narrarão da mesma forma um determinado acontecimento.

Para Paul Veyne,

a história é anedótica, cativa a atenção contando, como o romance. (...) A história pode permitir-se ser enfadonha sem ser por isso desvalorizada. (...) Uma história que se quer cativante ressent-se do falso e não consegue ultrapassar o pastiche. (...) O historiador não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade tampouco: apenas a verdade (1971: 21).

A beleza e a estética, no entanto, não só interessam à literatura, como podem ser consideradas suas matérias-primas. Apesar disso, ela também pode exercer o papel de construtora da história, uma vez que, segundo Veyne, “a história é o que é, não devido a um qualquer ser do homem, mas porque tomou partido por um certo modo de conhecer” (*idem*, p. 13). E a literatura pode ser esse “modo de conhecer”. Veja o exemplo da Guerra de Canudos: foi, primeiramente, acompanhada pelos jornais da época, seguida por alguns escritos de testemunhas, mas só obteve a perenidade, permanecendo na memória de uma nação por mais de um século, a partir de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Depois de Euclides, muitos estudiosos – desde historiadores, antropólogos, sociólogos, geólogos a literatos – vêm tentando decifrar aquele acontecimento e produzindo ricas

interpretações e revisões desta guerra, reveladora da problemática da identidade nacional.

Em meio a outros motivos, a obra euclidiana, que garantiu a imortalidade do seu autor, torna-se perene porque, convertendo a notícia de um acontecimento em profunda interpretação da terra, da gente e do episódio observado, consegue, harmoniosamente, trabalhar com campos discursivos heterogêneos, a exemplo da história, da literatura e do jornalismo.

Confluências entre Literatura e Jornalismo

Existem muitas diferenças, mas também semelhanças entre jornalismo⁷ e literatura – expressões comunicadoras que têm por matéria-prima o discurso. “Há dimensões da literatura que pouco ou nada têm a ver com o jornalismo, dimensões do jornalismo alheias às práticas literárias e, finalmente, um espaço compartilhado no qual não é tão fácil distinguir um e outro tipo de discurso”, afirma o professor Manuel A.V. Medel (2002: 23).

A escrita sempre surtiu uma espécie de *efeito mágico* sobre os seres humanos. A exemplo disto, Claude Levi-Strauss, narrando algumas das suas experiências antropológicas, chama atenção para o fato de que o domínio da escrita muitas vezes possui uma função mais sociológica do que intelectual. Ele conta que, durante uma visita à tribo dos índios Nambiquara, que não sabiam escrever ou desenhar, distribuiu entre eles lápis e papel, e, posteriormente, flagrou-os traçando linhas horizontais onduladas, arremedando a grafia dos homens brancos – conforme ali presenciaram. No entanto, o chefe do bando vai além da simples imitação

⁷ Será considerado, aqui, particularmente, o jornalismo escrito – importante para a discussão posteriormente apresentada.

da escrita. Ele encena a leitura da mesma, diante de todos, numa tentativa de convencer seus companheiros de “que obtivera aliança com o branco e que partilhava de seus segredos”. Do que Levi-Strauss conclui: “não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem” (1999: 281). Da mesma forma, diz Levi-Strauss, os escribas, em comunidades alfabetizadas, eram aqueles que exerciam o domínio sobre os demais. A escrita, além de multiplicar “fantasticamente a capacidade dos homens para preservar os conhecimentos”, sempre foi “indispensável para fortalecer as dominações (...). A luta contra o analfabetismo confunde-se, assim, com o fortalecimento do controle dos cidadãos pelo poder” (*idem*, p. 282-3).

A busca humana de “fortalecer as dominações” encontrou espaço propício na invenção de Gutenberg. Através da impressão tipográfica, juntamente com a urbanização, a alfabetização, a construção de ferrovias, a invenção do telégrafo e a melhoria dos serviços de correios e transportes, as ideologias, celeremente, podiam ser divulgadas e, as mais diversas informações, publicadas – ficando ao alcance de todos quanto soubessem ler. “O fato de que uma mensagem ou um acontecimento pudesse ser comunicado a milhares de pessoas numa linguagem compreensível a todas elas indicava uma potencialidade imensa”, afirma Nicoletta Castagni (1987: 132). Tal potencialidade tem sido observada e desenvolvida, ao longo dos tempos, através dos meios de comunicação social.

A mídia forma vínculos entre distintas práticas sociais, delineia nova territorialidade, noticia a vida pública, dita a vida cotidiana, estabelece campos simbólicos e propõe ordenar o que é aleatório, caótico e desordeiro nas sociedades capitalistas. Ela constrói e anuncia paradigmas, repetindo-os diariamente, muitas vezes maquiando e até mesmo produzindo

acontecimentos. Ela cria estereótipos e os mantém, pois são “instrumentos necessários de economia na aprendizagem” (Wolf, 1999: 91), ao passo que a literatura luta para combatê-los, pois neles, “sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala é perpetuada”, conforme Leyla Perrone-Moisés (2002: 58).

Segundo Tupã Gomes Corrêa,

Os meios de comunicação, tal como se supõe, desempenham papel de fundamental importância, não apenas difundindo mensagens específicas (...) quanto traduzindo em grau de maior ou menor escala a expectativa favorável da sociedade em eventos de definida importância governamental (1988: 11).

Por tais características, conforme o referido autor, a mídia tem servido de “instrumento para difundir expectativas, credibilidades e ‘simpatias’ da sociedade, em favor de processos (...) patrocinados pelo poder” (*idem*, p. 25). Desta forma, como afirma Umberto Eco, “um país pertence a quem controla os meios de comunicação” (1984: 165).

Os veículos de comunicação social, entretanto, “não são geradores de mudança, e sim aceleradores do processo” (Chucid, 1983: 79). Não apenas na literatura, mas também na imprensa, a “variabilidade das interpretações é lei constante”. “As mensagens partem das Fontes e chegam a situações sociológicas diferentes, onde agem códigos diferentes”, afirma Umberto Eco (1994: 171). Quando a mensagem atinge o destinatário, “cada um preencherá com os significados que lhe serão sugeridos pela própria situação antropológica, pelo modelo de cultura” (*idem*, p. 173). Em outras palavras, o consenso do grupo, ao qual pertence o indivíduo, propicia-lhe referências para julgar e retirar do signo o significado que prefere. A recepção recorta e seleciona na mensagem, a partir dos seus interesses, o

sentido do enunciado fornecido. Portanto, o poder de influência dos meios de comunicação é limitado (e não absoluto ou totalizante), principalmente nos dias atuais, quando milhares de informações diferentes são bombardeadas por dia (e é o acesso a informação que possibilitará ao receptor julgar e ter uma opinião) e os conceitos e valores já arraigados do indivíduo, assim como seu círculo cultural e social, são os maiores determinantes da formação da opinião individual e da opinião pública.

Apesar de certos conceitos da ciência da comunicação já terem sido bastante debatidos e muitos deles até serem uma espécie de entidade em si mesmos (a exemplo de *opinião pública*), é necessário retomar a discussão de alguns destes, para que se entenda melhor a perspectiva teórica da comunicação e da opinião pública aqui proposta.

Opinião pode ser definida pela “aceitação das afirmações, com a conseqüente formação de um juízo e sua manifestação e exteriorização”, segundo Walter Poyares (1998: 67). Entendendo que a opinião de cada indivíduo isolado, sem pressão grupal, é uma *opinião privada*, e que a soma de opiniões privadas é uma *vontade popular*, como pode ser definido esse verdadeiro poder psicossocial chamado *opinião pública*?

De acordo com Sarah Chucid (1983: 7), opinião pública é um fenômeno coletivo que leva em conta o grau de informação que as pessoas têm sobre o assunto a opinar, bem como a existência de outras opiniões distintas dela (a opinião sempre está dividida). Para Vitaliano Rovigatti (*apud* Côrrea, 1988: 74), a opinião pública é um entusiasmo por uma idéia – ou juízo, que não importa se é certo ou errado – que começa a ser comum a um certo número de pessoas e não se mantém calma. Essa opinião se propaga não por ser provada, mas por penetrar num conjunto de elementos emotivos – o que determina são os fatores afetivos, mais do que os racionais – que influenciam aqueles que ouvem, vêem ou lêem. É

importante destacar, também, que na opinião pública só importa aquele que fala, ou seja, o que expressa de alguma forma a opinião, e não o que se cala, ou se omite. Adotando os dois conceitos, pode-se entender opinião pública não pela simples soma das opiniões individuais, mas sim pelo constante processo de comparação de opiniões baseadas num grande número de experiências, tradições e conhecimentos que alguns indivíduos possuem em comum. Estes indivíduos, por tais características, formariam o que se conhece por *público*. Conforme o *Relatório da Comissão de notáveis*, que estudou os problemas da Comunicação, da Unesco em 1981:

Se o público carecesse totalmente de atitudes e de qualidades próprias, seria possível impor-lhe qualquer tipo de crença, preconceito ou sistema de comportamento. Na verdade, o público ensaia e avalia os conselhos que lhe são oferecidos em função de algumas normas que herdou e que determinam a sua aceitação ou seu repúdio (*apud* Poyares, 1998: 85).

Sendo considerado um “conjunto instável e heterogêneo de indivíduos pertencentes a grupos sociais diversos, que pensam e sentem de modo semelhante a respeito de problemas (...) ou movimentos de opiniões”, como conceitua o *Dicionário de comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa (1998), o público possui discernimento para debater opiniões, de acordo com seus interesses, gostos e normas sociais. O *público* difere de *multidão* quando os indivíduos formadores desta, tendo “diminuídos sua auto compreensão e potencial crítico”, se misturam, desenvolvendo “uma relação que chega à unanimidade pela eliminação de qualquer discordância”, ao passo que o público é caracterizado por indivíduos que fortalecem “suas capacidades críticas”, por meio de “relações de conflitos” – interpretações distintas, disputas – com o fim de alcançar “uma decisão coletiva”, quase nunca conseguida de fato (Blumer, 1987: 183).

Quanto à formação da opinião pública, todo o contexto do grupo influencia: classe social, instrução, religião, idade etc. Por isso, a depender de cada grupo, ela se forma e se expressa de diversas maneiras. Segundo Chucid, o controle social, os meios de comunicação de massa, os grupos de pressão⁸, a persuasão e a propaganda são técnicas de formar a opinião pública:

Um constante martelar da propaganda pode concorrer para exaltar as paixões de um povo e arregimentá-lo para lutar contra os cidadãos de outro país; a propaganda consegue desacreditar grupos e idéias como pode dar aparência de integridade a causas duvidosas, e dar encantos a personalidades sem valor (1983: 57).

Por tais motivos, a opinião pública vem sendo “invocada para apoiar revoluções, movimentos democráticos, explicar golpes de Estado e até apoiar ditaduras” (Melo, 1979: 37).

Ora, se comunicação é, acima de tudo, interação, ou o processo pelo qual idéias e sentimentos se transmitem de indivíduos para indivíduos, estabelecendo a dinâmica social, e se opinião pública resulta desse processo como um efeito de participação dos indivíduos na sociedade, claro está que o papel do ‘decodificador’ enquanto intérprete e influenciador de opiniões, é que vai determinar o gênero da manifestação de todo o conjunto (Corrêa, 1988: 21).

O decodificador é o intermediário entre as fontes e o alvo final (público), que exerce alguma interferência nos fatos, por meio de sua interpretação – o que torna o elemento de decodificação um meio eficaz

⁸ Grupo de pressão, constituído por líderes ou indivíduos unidos por objetivos comuns, é “a organização de uma estrutura de ação para exercer o direito de influência sobre a opinião pública e a dos agentes do Poder Público, com o objetivo de obter uma decisão favorável aos interesses do grupo em causa” (Poyares, 1998: 151).

para orientar o ponto de vista do público. Os jornalistas⁹, bem como outros profissionais da comunicação, são exemplos de decodificadores, tidos como porta-vozes da sociedade civil.

O jornalista não precisa mais assumir o papel de professor e guia. No entanto, a ele ainda é transferida a imagem do “agente neutralmente distanciado” que pode “transmitir a mensagem com objetividade e ética profissional” (Kunczik, 1997: 98). É certo que este conceito tem sido muito revisto¹⁰, mas ainda é possível ler em atuais manuais de jornalismo, entre suas normas éticas, valores como a imparcialidade, a objetividade, a verdade etc.

O *Código de Ética do Jornalismo Brasileiro*, artigo 7º, diz que “o compromisso fundamental do jornalismo é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”, conforme Francisco José Castilho Karam (1997: 110). Da mesma forma, os *Princípios Internacionais da Ética Profissional dos Jornalistas* consideram que “o profissional deve servir à causa da verdade, mostrando a ‘realidade objetiva’” (*idem*, p. 111). Entre os compromissos assumidos pelos jornais que fazem parte da *Associação Nacional dos Jornais* está: “apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses”, confirma Poyares (1998: 99). Mas como é possível garantir a isenção de interesses em um jornal, se a permanência deste, na maioria das vezes, está fortemente ligado a suas relações políticas e vínculos publicitários?

⁹ Conforme Michael Kunczik, “a definição de jornalista abrangerá todos os trabalhadores em tempo integral e parcial dos meios de comunicação que participam da reunião, do processamento, da revisão e do comentário das notícias e/ou entretenimentos” (1997: 16).

¹⁰ O Novo manual da redação da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, considera que “Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (1992: 19).

Do nascimento à consolidação do jornal, tudo neste é resultado de seleção – inclusive o que omite. Por isso, tem sido abandonada a idéia de que os jornalistas reproduzem a “realidade” de maneira objetiva, com precisão, verificação, veracidade e neutralidade: “Tanto o discurso jornalístico como o histórico fazem uma síntese a partir de uma pluralidade de vozes, como se isso bastasse para legitimar a presença de vários pontos de vista. Na medida em que organizam as vozes, apropriam-se de falas de outros a que acabam por atribuir sentidos diferentes” (Sato, 2002: 33). Ao atribuir sentidos, sintetizar, omitir e selecionar, o jornal está propondo modelos de entendimento do mundo e constituindo padrões de comportamento, sob a máscara de exposição da *verdade*¹¹.

Em 1807, Thomas Jefferson escreveu: “vejo com verdadeira compaixão a grande quantidade de pessoas que, ao lerem os jornais, vivem e morrem acreditando haver conhecido algo do que está acontecendo no mundo durante sua vida” (*apud* Kunczik, 1997: 248). Sobre isto, afirma Kunczik: “para os membros de uma sociedade, é ‘realidade’ a conceituação não-questionada do que eles fazem e o contexto dentro do qual o fazem (...) mas para os receptores, que não têm acesso primário à maioria dos assuntos noticiados, esse mundo construído torna-se uma realidade ‘verdadeira’” (*idem*, p.250).

O receptor do jornal diário é formado por leitores comuns que, não precisando ter leituras prévias para a satisfatória compreensão do que é lido, simplesmente buscam naquele meio, informações rápidas e objetivas – diferente da recepção da obra literária. Logo, o jornalista possui um *horizonte de expectativa* dessemelhante do escritor, pois eles trabalham com públicos diversos e com díspares universos de circulação e ação.

¹¹ “Talvez seja por isso que a literatura ainda é o realismo mais indicado”, podemos concluir com Gustavo de Castro (2002: 81).

Existe uma forte relação entre a natureza da mensagem e a natureza do público-alvo. O jornal, distintamente do livro, possui uma forma referencial, objetiva e pragmática de divulgar a informação, diretamente ligada a interesses imediatos. No entanto, a obra literária, geralmente, requer um certo conhecimento ou uma determinada leitura anterior por aquele que a pretende ler, para que haja uma interação entre texto e leitor, como também, para que o processo de comunicação seja possível e o leitor não entre com superficialidade no texto. Conforme Wolfgang Iser, “os esquemas do texto tanto apelam para um conhecimento existente no leitor, quanto oferecem informações específicas, através das quais o objeto intencionado – mas não dado – pode ser representado” (1979: 109). Assim, o horizonte de expectativa do autor e do leitor muda a partir do tipo de texto que se tem em mãos.

Os *leitores empíricos* (Eco, 1994: 15) de uma obra literária sabem que podem ler a história de diversas formas (no que diferem dos leitores de jornal), e “não existe lei que determine como devem ler, porque em geral utilizam o texto como um receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas pelo próprio texto” (Eco, 1994: 14). Este leitor deseja entrar no *jogo*. De acordo com Wolfgang Iser, o *jogo* é a coexistência do fictício e do imaginário¹². O transitório é a marca de tal jogo, e o modo como ele se realiza depende da instância ativadora. Quando as finalidades pragmáticas são menos importantes, as possibilidades de jogo se desenvolvem mais livremente. Neste sentido, “o fictício enquanto mobilização do imaginário no texto literário induz uma espera por outra constelação do jogo. (...) O texto literário não se orienta

¹² Imaginário: Intersubjetividade; apreensão do mundo de determinada maneira, onde passam experiências pessoais. “O imaginário não é um potencial que ativa a si mesmo, mas uma instância que precisa ser mobilizada por algo externo, seja pelo sujeito, pela consciência ou pela psique e pelo sócio- histórico, o que não esgota as possibilidades de ativação” (Iser, 1996: 259).

em função do cumprimento de finalidade” (Iser, 1996: 261). Neste jogo, o fictício concretizará o imaginário (em si, abstrato) ativado do escritor e o do leitor, que estará se relacionando com aquele através do texto. Se a realidade que aparece no texto ficcional – que se apresenta como tal – for sentida como idêntica àquela em que vivemos, é a maneira (ingênua) de pensar do receptor acerca dos processos do texto, que tal sensação produz.

A “realidade” do texto, como fingida, não é igual a que por ele é representada. “O autor simplesmente finge dizer a verdade. Aceitamos o acordo ficcional e fingimos que o que é narrado de fato aconteceu”, explica Umberto Eco (1994: 81). O imaginário distorce o real e esta distorção, em uma obra literária, tem sua funcionalidade, pois nela nada é gratuito.

A literatura e o jornalismo possuem lugares diferentes de discursos, apesar de processos imaginativos parecidos: partindo-se de signos lingüísticos, chega-se às imagens *visivas* (produção de sentido). O jornalismo tem nas palavras uma espécie de instrumento, enquanto na literatura elas “são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores” (Barthes, 2002: 21). No trecho aqui citado, Roland Barthes faz referência à *escritura*, de forma geral¹³. No entanto, se restringirmos esta *escritura* à idéia de “literatura”, entenderemos melhor a noção de “sabor” que as palavras podem adquirir. Para Barthes, a literatura é um tipo de “trapaça salutar” contra o poder da língua, um “logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem” (*idem*, p. 16). Por defender que a literatura tem “o real por objeto de desejo”, Barthes afirma: “Que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se

¹³ Conforme o posfácio de Leyla Perrone-Moisés, “Nesta aula, ele propõe o uso indiferenciado de *literatura*, *escritura* ou *texto*, para designar todo discurso em que as palavras não são usadas como instrumentos, mas postas em evidência (...) como significantes” (2002: 75 – grifo da autora).

conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz, numa faina incessante, a literatura” (*idem*, p. 22). A *Aula* de Barthes propõe que “os discursos possam ser plurais”, e esta pluralidade é permitida na literatura, na qual “as forças de liberdade” dependem apenas do “trabalho de deslocamento que exerce sobre a língua” (*idem*, p. 64).

A literatura é a escritura que “leva e se deixa levar”, que não necessariamente possui uma conclusão, podendo esta ter estado presente no livro inteiro. A prosa de ficção, por exemplo, “é contra a ‘maldita mania de querer concluir’, no dizer de Flaubert” (Pignatari, 1995: 78).

Na primeira das seis conferências reunidas em *Seis propostas para o próximo milênio*, Ítalo Calvino apontou a “leveza” como uma das qualidades da literatura:

Cada vez que o reino do humano me parece condenado ao peso, digo a mim mesmo que à maneira de Perseu eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica, outros meios de conhecimento ou controle. As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos...

No universo da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo (1997: 19).

Conforme ainda Ítalo Calvino, independente da filosofia que o autor pretenda seguir, “a leveza é algo que se cria no processo de escrever, com os meios lingüísticos do poeta” (*idem*, p. 22). Segundo o autor, a escrita “irá guiar a narrativa na direção em que a expressão verbal flui com mais felicidade, não restando à imaginação visual senão seguir atrás”. Imaginação, aqui, “como repertório do potencial, do hipotético, de tudo quanto não é, nem foi e talvez não seja, mas que poderia ter sido” (*idem*, p. 105-6). Para isto, “o escritor (...) realiza operações que envolvem o infinito

de sua imaginação ou o infinito da contingência experimentável, ou de ambos, com o infinito das possibilidades lingüísticas da escrita” (*idem*, p. 113).

Mas, afinal, o que é literatura? Conforme Terry Eagleton, “talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar” (1997: 2). Ou, para o teórico, a literatura, simplesmente,

não pode ser de fato definida ‘objetivamente’. A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve *ler*, e não da natureza daquilo que é lido. Podemos pensar na literatura menos como uma qualidade inerente (...) do que como as várias maneiras pelas quais as pessoas se *relacionam* com a escrita (*idem*, p. 11-2 – grifos do autor).

Assim, é possível concluir que “não existe uma ‘essência’ da literatura”. Por serem variáveis os juízos de valor – podendo, futuramente, deixar de ser literatura algo que hoje é apreciada como tal –, “qualquer tipo de escrita que, por alguma razão, seja altamente valorizada, pode ser considerada literatura” (*idem*, p. 14). Claro que isto dependerá das variáveis culturais e sociais da época considerada.

Fugindo, no entanto, da infundável discussão que tem por alvo uma definição de literatura, tentaremos esclarecer melhor as suas características pondo-a em diálogo e confrontando-a, um pouco mais, com o jornalismo.

A prática da comunicação social que já foi chamada de “literatura sob pressão” tem por fundamento ser um texto para imediato consumo, que requer preocupação com tempo e espaço definidos. Aparentemente mais funcional que a literatura, o jornalismo possui, no entanto, um imediatismo desconhecido daquela. Assim, o escritor pode transcender os limites do jornalista – “ofício regido pelos demônios da circunstância e da objetividade” (Jorge, 2002: 109).

A pouca espontaneidade e a estreita restrição da liberdade são prerrogativas que marcam o jornalismo e o diferenciam da literatura, já que esta não precisa explicar de onde brotaram suas idéias, apresentar evidências ou identificar com exatidão suas fontes. Mas, “o estilo como método de pensamento e como gosto literário, a agilidade e a rapidez de raciocínio, a economia e o bom uso dos argumentos são importantes tanto na literatura quanto no jornalismo, felizmente” (Castro, 2002: 78). No entanto, quando se fala nas funções de cada área, as diferenças voltam a aflorar. Ao passo que uma se caracteriza pelo pragmatismo e pelo “mundo epidérmico do senso comum” (Sato, 2002: 38), a outra é formada por “esculturas móveis que olhamos, tocamos e escutamos seus gestos barulhentos para que não encerremos o corpo e a vida numa comunicação linear. E devem ser escritos numa linguagem na qual perturbam os sentidos dos homens e abrem portas para a vida” (Galeno, 2002: 101). Por isso, a literatura “só pode viver se se propõe a objetivos desmesurados, até mesmo para além das suas possibilidades de realização. Só se poetas e escritores se lançarem a empresas que ninguém mais ousaria imaginar é que a literatura continuará a ter uma função” (Calvino, 1997: 127).

Num tempo em que cada área do conhecimento vê-se desdobrada em diversos ramos – o que leva o homem a se especializar cada vez mais –, paradoxalmente, tem-se falado muito em interdisciplinaridade. Neste contexto, testemunhamos escolas e profissionais de comunicação irredutíveis nos propósitos de demarcar limites e diferenças precisas entre o jornalismo e a literatura. Mas, em meio a polêmicas e estudos sobre o assunto, verificamos ainda que a fronteira entre estas duas áreas, às vezes, se mostra muito difusa. Na busca de novas fórmulas de desvendar o mundo, cria-se alianças, simbioses e constantes recorrências aos recursos da outra. Estes fluxos afluentes, mesmo assumindo a permanência de

particularidades essenciais a cada uma, possuem uma longa história de interação, estruturação e participação.

O Brasil do século XIX e as múltiplas representações de Canudos

A partir do século XV, por meio da imprensa, os livros se tornaram acessíveis e os antigos noticiários e boletins manuscritos ganharam um novo formato de “folhas de notícias” (ou ainda: “Avisos”, “Gazetas” ou “News papers”), que, posteriormente, se transformaram em jornais, como hoje os conhecemos. Em cada país estes meios tiveram um ritmo de desenvolvimento diferente, a depender da autoridade estatal, da censura, grau de alfabetização etc.

No Brasil, somente com a vinda da família real e o estabelecimento da Corte portuguesa na então colônia, em 1808, são criadas instituições de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real. Passaram-se mais de 350 anos entre a invenção de Gutenberg e o funcionamento do primeiro prelo tipográfico no Brasil. Antes, considerado “instrumento herético”, o livro era “visto sempre com extrema desconfiança” (Sodré, 1999: 11), tanto que, conforme Nelson Werneck Sodré, “ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inextinguíveis” (*idem*, p. 12). Assim, apenas entravam livros no Brasil, clandestina e perigosamente. A imprensa aqui surgiria, então, tardiamente, conforme explicado acima. Porém, segundo Werneck Sodré, jornal oficial, “feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado” (*idem*, p. 20). Não bastasse o enorme retardamento, em relação à chegada da tipografia em outros países, por muito tempo, no Brasil, ela enfrentou diversas dificuldades. Conforme Sodré, o “atraso da imprensa no Brasil (...)”

tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia (...). Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada” (*idem*, p. 28).

Outro momento relevante à análise da estruturação dos meios de comunicação no Brasil é o período de transmutação dos regimes: Monarquismo à República. Passemos adiante, portanto, o desenvolvimento histórico da imprensa brasileira, à época interessante ao presente estudo, num salto aos fins do século XIX, quando o país presenciava grandes mudanças políticas.

Lido como “um dos períodos mais difíceis e intrincados da nossa história” (Basbaum, 1997: 13), a primeira República é caracterizada pela *inconseqüência e falta de lógica* revelada desde a proclamação. A “comédia de absurdos”, conforme Leôncio Basbaum, se inicia pelo fato de a República ter sido proclamada pelo exército – “que, em seu conjunto, não é republicano” – quando, no país, havia um Partido Republicano que deveria ter sido o responsável por aquela ação. Assim, “a República foi uma surpresa para todos” (*idem*, p. 16), inclusive para os militares e para a população, que “de nada sabia” (*idem*, p. 18).

Aquele que se tornara o primeiro presidente da República brasileira, o Marechal Deodoro da Fonseca, um ano antes, ainda segundo Basbaum, havia escrito que este regime seria “uma desgraça para o Brasil”. Amigo pessoal do Imperador, Deodoro parecia desconhecer o significado da palavra “Democracia” – tão empregada pelos que sonhavam com a República: “Deodoro (...) desgostoso com a atitude do congresso (...) resolve simplesmente dissolvê-lo (...) numa demonstração positiva de espírito caudilhesco e ditatorial e de absoluto desprezo pelas ilusões democráticas dos republicanos” (*idem*, p. 13). Somando-se a estes atos do então presidente, de acordo com Basbaum, houve um “rápido adesismo”

àquele regime: “os antigos monarquistas se transformando da noite para o dia em *republicanos históricos*, ocupando os postos-chaves da administração, enquanto os verdadeiros republicanos, os *idealistas*, iam abandonando a luta, convencidos de que não era aquela a república dos seus sonhos” (*idem*, p. 15).

Com o Marechal Floriano Peixoto, substituto de Deodoro (quando este foi forçado a renunciar), o Brasil conheceu um período de infrações à lei e à constituição, mas, também, de consolidação da República. Lutou todo o tempo para manter-se no poder, dissolvendo o congresso, mandando prender generais e reprimindo qualquer levante contrário ao seu governo. Militares que eram, os dois primeiros presidentes tinham em alto grau “o sentido de disciplina, de hierarquia e da honra da farda”. Daí, justifica Basbaum, “suas medidas de restrição à liberdade de imprensa, de espancamento de jornalistas, de empastelamento de jornais” (*idem*, p. 43) – diferente da tolerância às informações jornalísticas, observada no reinado de D. Pedro II.

Pelos motivos explicitados, nota-se que “o 15 de novembro não foi apenas o começo da República: foi o início de uma série de agitações revolucionárias de todos os graus e formas inimagináveis, civis e militares, de caráter ora econômico, ora político, ora religioso” (*idem*, p. 218). Ou, como afirma Nicolau Sevcenko, “assinalando nitidamente um amplo processo de desestabilização e reajustamento social, o advento da ordem republicana foi marcado também por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897, 1904” (1989: 25).

Este período, no entanto, não foi assinalado apenas pelas reestruturações políticas, mas também pelas transformações no âmbito da imprensa escrita. A priori, porém, não houve grandes modificações no desenvolvimento dos jornais – a não ser o fato de os republicanos

ganharem mais força e prestígio, e os jornais monarquistas serem agora combatidos.

São características da imprensa do final do século XIX: o folhetim, ao invés do colunismo ou reportagem; o artigo político, muito mais do que a entrevista; a doutrinação, predominando sobre a informação; a produção artesanal e não industrial – como teremos no início do século XX, acompanhando as obras urbanísticas de Pereira Passos, juntamente com o desaparecimento da boemia literária e a ascensão da Academia Brasileira de Letras. Só então, como afirma Nelson Werneck Sodré, as colaborações literárias começam a constituir matéria à parte do jornal. Pois, até aí, literatura e imprensa se confundiam: “como era reduzida a camada culta, não havia, de início, especialização, consoante observou Silvo Romero: o parlamentar era homem de letras e de imprensa; o romancista era também teatrólogo, e todos eram poetas” (1999: 241). Nesta época, “o folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado (...). Os homens de letras viviam praticamente da imprensa: ela é que lhes permitiam a divulgação de seus trabalhos e o contato com o público” (*idem*, p. 243-6). Ainda sobre o assunto, Sodré escreve:

No inquérito organizado por Paulo Barreto, e depois reunido no volume *O Momento Literário*, uma das perguntas era esta: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” A maioria respondeu que bom, naturalmente. Félix Pacheco esclareceu, com exatidão: “Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”. Medeiros e Albuquerque viu outros aspectos da questão: “É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama a ‘cozinha’ dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomem muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isto lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria. O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma

um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção” (*idem*, p. 292).

Atrapalhando ou ajudando a criação artística do escritor, o certo é que muitos homens de letras trabalhavam na redação de jornais – como, aliás, ainda hoje acontece. O jornalismo brasileiro, como em outras partes do mundo ocidental, cresceu ao lado da literatura. Esta experiência, que pode ser observada desde o século XIX, mostra-se clara ao atentarmos que muitos dos escritores que marcaram a história nacional foram também jornalistas: Machado de Assis, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto, Euclides da Cunha, entre outros. Contudo, quem formava o público leitor destes jornalistas-escritores?

Diferente do formato hoje conhecido, os jornais do final do século XIX possuíam pouca ilustração, grandes e estreitas colunas, com linguagem muitas vezes incorreta e uma quantidade muito ampla de matérias distintas, formando um “mosaico desordenado e policromo” (Galvão, 1994: 32). Suas reportagens revelam o quanto a imprensa era partidária – refletindo os interesses ideológicos dos partidos políticos. No entanto, ela sempre se intitulou como um instrumento de libertação do espírito humano, uma instituição com finalidade educadora, difusora de conhecimentos e informações em ampla escala. Mas o acesso a esta “grande agência educativa” no Brasil do século XIX era insuficiente, afinal, o país possuía poucas vias de transportes e comunicações que, certamente, não alcançavam as localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A oralidade era uma forte realidade na cultura do oitocentos brasileiro, porém, a prática de audiência do escrito também – o que permitia que o jornal fosse popular, nas regiões por ele alcançadas. Conforme Patrícia Pina (2002), o costume de leituras coletivas, em praças

públicas, e mesmo nos recantos dos lares, forçou marcas de oralidade nos textos jornalísticos, deixando-os próximos à fala cotidiana. Os escritos eram não apenas legíveis, mas também audíveis. Por isto, o público dos livros e periódicos não era formado apenas pelo número oficial de pessoas com escolaridade e nível financeiro razoável para a compra, mas também pela grande quantidade de leitores que iam à biblioteca e pela quantidade ainda maior de consumidores ouvintes – principalmente de matérias informativas e literárias impressas nos jornais. Segundo Patrícia Pina, são receptores oitocentistas:

Indivíduos dos dois sexos, de diferentes classes sociais e de distintos níveis intelectuais, acostumados a uma troca informal, cotidiana, vocal, de informações, conhecimentos e histórias e que tinham no papel impresso uma representação manuseável do progresso científico e tecnológico que agitava o século (*idem*, p. 161).

Por isso, mesmo sendo apenas a minoria do país alfabetizada (menos de 30%, segundo a autora), o jornal exercia um papel decisivo em mobilizações que se queriam nacionais.

“O jornal era o mais eficiente veículo de comunicação de massa¹⁴ no Brasil do final do século”, garante Walnice Nogueira Galvão (1994: 15). Segundo a autora, de 1808 a 1897 foram criados cerca de dois mil periódicos no Rio de Janeiro, para uma população de menos de setecentos mil habitantes. No entanto, “no Brasil sempre foi praxe editar-se, por exemplo, apenas alguns números e deixar desaparecer o periódico, fosse por falta de autonomia financeira, fosse por problemas políticos” (*idem*, p. 15). De qualquer forma, em 1897 surgiram mais de 29 periódicos na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Tal número talvez seja mais um

¹⁴ Apesar de a autora utilizar a expressão “veículo de comunicação de massa”, preferimos considerar o jornal daquela época apenas como veículo de comunicação social, pois a *massa*, no Brasil, só é identificada a partir do século XX, com a *grande imprensa*.

indicador de como este ano marca um importante período na história da imprensa brasileira. Pela primeira vez, o país testemunhou uma cobertura diária de um acontecimento estritamente nacional – a Guerra de Canudos –, para o qual foi dada tamanha importância que jornalistas de diversas instituições de notícias foram enviados àquela distante região, como correspondentes, e os jornais que assim não o fizeram, quase cotidianamente transcreviam reportagens sobre o evento, de outros periódicos.

Conforme Werneck Sodré,

Ao chegarem da Bahia confusas notícias do levante sertanejo de Canudos, a que se atribuíam intenções de reestabelecimento da monarquia, os ânimos se inflamaram, os republicanos viam traições por toda a parte.

A imprensa admitia a hipótese de uma grande conjura monarquista (...). A *Gazeta de Notícias* clama contra “o monarquismo revolucionário”; *O País* afirma que “o partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias”; *O Estado de São Paulo* (*sic*) escreve que o caso é grave, “trata-se da restauração; conspira-se” (1999: 269).

O Brasil atravessava uma época agitada, cercada de atentados políticos, de rebeliões e do “fantasma da possibilidade de restauração monárquica” (Galvão, 1994: 33). Não fazia muito tempo, a República havia reprimido a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. A imprensa era utilizada em todo o país como antecedente das ações do exército, e a República recém inaugurada, necessitando do respaldo dos brasileiros, dizia fazer tudo em nome da opinião pública. Assim, quando as notícias de Canudos começaram a se espalhar pelo país, mesmo sem um conhecimento exato da região onde se localizava o conflito, as pessoas passaram a acompanhar os ataques, por meio da imprensa.

Com base nos dados quantitativos do jornal *Diário da Bahia*, conforme Kátia Maria de Carvalho Silva, é possível observar um

significativo aumento das notícias sobre o sertão e sobre Canudos publicadas em jornais baianos:

No período compreendido entre janeiro e agosto de 1895, 28% das notícias de teor político do *Diário* eram notícias do sertão, evidenciando tal percentual que as violências no interior do estado preocupam a imprensa da capital. No período janeiro-maio de 1896, a proporção de notícias do sertão em relação ao total de notícias de teor político é de 25,2%, oscilação sem maior significação, enquanto que no período de junho de 1896 a fevereiro de 1898, aparecem notícias do sertão na proporção de 77,3% sendo que 45,7% representam notícias sobre Canudos. O período compreendido entre março-dezembro de 1898 apresenta uma proporção de 7,2¹⁵ das notícias sobre a Campanha de Canudos que já terminara desde 1897 (1979: 173-4).

Os jornais baianos, mesmo antes da terceira expedição, já vinham dando grande visibilidade aos acontecimentos de Canudos, que geralmente saíam em primeira ou segunda lauda. Mas foi a partir da derrota de Moreira César que a campanha invadiu as páginas dos jornais em todo o país (principalmente Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro), com apócrifos de Antônio Conselheiro e notícias que disseminaram um clima de pânico sob o país. Marcados por grande sensacionalismo, os jornais também se impregnaram de anúncios que exploravam o assunto do dia: Canudos. Tornou-se comum nos periódicos brasileiros daquele período, a publicação de peças publicitárias que envolviam o drama dos conselheiristas ou apenas chamava a atenção do leitor com palavras que indicavam a guerra – mais um sinal, aliás, de que aquele fenômeno foi um dos temas de maior interesse dos leitores da época. O baiano *Jornal de Notícias*, por exemplo, em 6 de março de 1897, na primeira página, traz uma pequena peça com os seguintes dizeres: “Moreira César nos Canudos. Recomenda-se o sortimento de casimiras pretas, lisas lavradas e com listras de seda da LOJA MATHEUS”. Outro exemplo, também em primeira página, do dia

¹⁵ Inserido numa porcentagem de aproximadamente 60% de notícias sobre o sertão.

29 de março de 1897, localizado junto à coluna “Antônio Conselheiro”: “CANUDOS!!! Pentes para lados recebeu grande sortimento a Loja Probidade”. Porém, mais do que vender pentes, tecidos ou quaisquer outros produtos, “Canudos fazia vender principalmente os próprios jornais” (Galvão, 1994: 72).

Diante de tamanha mobilização, e da pobre estrutura para a circulação e a averiguação das notícias, não é de se estranhar o registro de muitos boatos que circulavam simulando a narrativa de fatos reais. Como afirma Walnice Galvão, as “notícias, os boatos, as intrigas, ecoavam de um jornal para outro, tecendo a teia da informação. Jornais se solidarizam uns com os outros, jornais desmentem outros jornais, polêmicas se abrem de um jornal com outro e as opiniões dos demais jornais se dividem e se reagrupam” (*idem*, p. 64). Walnice Galvão cita, sobre esta quase reificação do boato, um exemplo em formato de poema, publicado na seção de *Zé Gangolim*, no *Diário de Notícias* de 7 de julho de 1897:

D. BOATO E CANUDOS

Sempre o vejo a mover-se azafamado
Daqui p’ra ali; não pára, não descança (*sic*);
A uns ouço-o falar desanimado,
A outros rindo, cheio de esperança.

É o sim e o não, a dúvida e a certeza;
Ora afirma, ora nega, ora duvida;
Tem móvel como o mar a natureza,
Mudar, sempre mudar, eis sua vida.

Canudos, por exemplo, lhe tem dado
Pábulo forte à índole inconstante;
Vive agora de todos adulado
E até tomou uns ares de importante!

A este afirma que a vitória é nossa
E elogia o soldado brasileiro!
Àquele que levamos *tunda grossa*

Dos sequazes de Antônio Conselheiro!

Ninguém no que ele diz pode firmado
 Mais ou menos formar juízo exato;
 Eu por certo já ando escabreado:
 Quem quiser que acredite em D. Boato
 (*apud* Galvão, 1994: 50).

Assim, a não comprovação de algumas informações se tornou tão perceptível, que virou notícia nestes mesmos jornais que eram veículos por onde os boatos eram divulgados. Porém, mesmo cientes do alto número de lendas, os leitores não possuíam outro veículo de informação equivalente e, por isso, foi mantido o consumo daqueles meios – pertencentes às classes “que detinham em suas mãos todo o poder de decisão num país onde a manifestação da opinião pública praticamente inexistia” (Sampaio, 2001: 31).

Conforme Consuelo Novais Sampaio, o “governo federal (...) deixou que os boatos se disseminassem pelo país, transformando Canudos numa questão nacional” (*idem*, p. 64), afinal, “foi a disputa pelo poder, na Bahia e na Capital Federal” que conferiu a Canudos tamanha dimensão (*idem*, p. 53). Ainda, para a autora, o papel da imprensa foi o de insuflar ânimos e espalhar o terror e o medo, instituídos pelas facções políticas e pela Igreja Católica, após a derrota da terceira expedição.

Os jornais se tornaram personagens importantes da Guerra de Canudos. Conforme Walnice Galvão, os “participantes da campanha, por alta que seja sua patente, não desdenhavam de mandar cartas aos jornais, explicando suas opções estratégicas e táticas” (1994: 67). Vale destacar dois exemplos: uma carta enviada pelo coronel Carlos Teles, “importante figura da guerra, comandante da 4ª brigada e auxiliar imediato do General Savaget” (*idem*, p. 68), ao *Folha da Tarde*, em resposta às informações sobre a guerra, que dizia incorretas e que envolviam seu nome; e outra

dirigida ao *República*, do general da quarta expedição, Artur Oscar, onde dizia acreditar no caráter monarquista e conspirador de Canudos e falava das armas que o “inimigo” dispunha, adquiridas por meio de uma remessa de munição – boato espalhado por vários jornais da época.

“Jornalistas brasileiros no exterior noticiavam, pelo serviço telegráfico internacional, as últimas novidades da conjura em que se empenhavam três continentes em apoio a Antônio Conselheiro”, confirma Walnice Galvão (*idem*, p. 72). Assim, a Guerra de Canudos, explica Berthold Zilly, “foi um evento de mídia não só no Brasil, mas na América e em toda a Europa” (2002: 63). Segundo Zilly, o “mundo inteiro se aliou ao exército agressor, concedendo ao governo brasileiro os créditos (...) e apoiando, por meio dos grandes jornais do mundo, a sua campanha psicológica anticonselheirista, graças ao telégrafo que já naquela época estava reunindo os leitores dos grandes jornais” (*idem*, p. 64).

Havia na imprensa, entretanto, ainda que raramente, palavras que discordavam do que vinha sendo normalmente publicado. Como exemplo, a carta já citada do coronel Carlos Teles, na qual “tentou reduzir as proporções do episódio e do perigo que Antônio Conselheiro representava para a República” (Galvão, 1994: 87). Mas, provavelmente, em meio a toda a “balbúrdia” do momento, a sua carta deve ter passado quase que despercebida. Nesta, transcrita por Walnice Galvão, o coronel Carlos Teles argumenta:

Como outros, também acreditava nos tais auxílios enviados de fora e intenção monárquica, mas depois de minha marcha pelos sertões de Sergipe e Bahia e da minha chegada em Canudos fiquei convencido de que tudo isso não passa de fantasmagorias como fantasmagóricas são as armas de Sete Lagos (...).

Adulterar a verdade para encarecer Canudos e alarmar o espírito público a isso não me presto (*idem*, p. 88).

“Verdade” era uma palavra já vulgarizada e por isso, talvez, a população não soubesse discernir onde exatamente ela se estabelecia. Outro “testemunho sóbrio” foi dado por João Brigídio, “que comparece pelo menos duas vezes nos jornais desse ano” (Galvão, 1994: 89) falando de Antônio Conselheiro.

Oscilando “entre as opiniões preconcebidas e a realidade crua que estão presenciando”, a maioria dos jornalistas se cala. Segundo Walnice Galvão, “todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional” (1994: 107), inclusive os jornalistas.

À guerra, foram enviados correspondentes especiais dos principais jornais do país, que “além de especiais, eram de certo modo especializados” (*idem*, p.19), ou seja, militares republicanos. Conforme Walnice Galvão, a Guerra de Canudos “se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos” (*idem*, p. 19). Entre os jornalistas enviados exclusivamente para informar os episódios de Canudos durante a quarta expedição, destacam-se: Euclides da Cunha, de *O Estado de S. Paulo* (SP), Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias* (RJ), Manuel Benício, do *Jornal do Comércio* (RJ), e Manuel de Figueiredo – em substituição ao Alferes Cisneiros Cavalcanti (morto durante a campanha) – que, por motivos de saúde, logo foi também substituído por Alfredo Silva, de *A Notícia* (RJ). *O País* tinha por correspondente o combatente tenente-coronel Siqueira de Menezes, que assinava suas “Cartas de Canudos” com o pseudônimo Hoche. *O Jornal de Notícias* (BA), recebia as notícias do secretário do Comitê Patriótico da Bahia, Lélis Piedade. *O Jornal do Brasil* (RJ) e o *Diário de Notícias* (BA) não identificam os repórteres por eles enviados.

“Os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para Canudos”, afirma Walnice Galvão (*idem*, p. 117). Poucos se pronunciaram sobre meios de censura¹⁶ ou ultrapassaram os limites da não ofensa ao exército e ao regime republicano. Os que o fizeram, agiram timidamente, tornando suas críticas quase insignificantes em meio ao oceano de notícias construtoras de uma visibilidade do sertanejo como inimigo e do exército como o grande herói.

Sobre a existência de censura, Lélis Piedade insinua, em uma de suas cartas, a impossibilidade de ser transparente: “Podem-se apurar certas verdades, mas disse-as...” (1994: 341); Favila Nunes, ainda que não explicitamente, deixa claro o corte de alguns textos enviados: “eu, que telegrafo diariamente e que redijo os meus telegramas de acordo com o comandante da praça, vi pelas *Gazetas* que até o dia 19 do passado só dois chegaram lá” (1994: 166), e depois, menos implicitamente: “O telégrafo continua meio trancado. É necessário não dizer a verdade para que os telegramas, ainda assim, finjam que são transmitidos” (*idem*, p. 169); Manuel de Figueiredo tenta desmentir a censura das notícias, mas confirma: “Os telegramas, porém, como medida muito acertada de precaução contra os boateiros, que aqui fervilham, são visados pelo Major Martiniano, por ordem do comando geral” (1994: 409); e Manuel de Benício foi convidado a se retirar por enviar informações julgadas pelo exército como inconvenientes.

Manuel Benício, na primeira carta que escreve, no dia 4 de julho, já fala em “precipitação ou imperícia indesculpável em um general”, seguindo com críticas ao comando da quarta expedição: “É doloroso confessar que deste abalo seria culpado um general republicano como Artur Oscar”

¹⁶ Conforme Walnice Galvão, que “havia dificuldades para a transmissão de informações, isto é evidente à mera leitura das reportagens” (1994: 113).

(1994: 243-44). Ele ainda narra, em suas reportagens, a falta de suprimentos “de boca e de guerra”, transcreve informes oficiais, desmentindo informações que considera inverídicas, e denuncia a censura, em artigo publicado no dia 4 de agosto:

fiz um telegrama, citando os nomes dos oficiais mortos da Coluna Oscar e o apresentei ao *visto* de S. Exa.

Os seus ajudantes me disseram que era inútil, pois que o General não visava-o, por tratar-se de feridos e mortos e tal notícia ser desagradável às famílias dos mesmos; como se elas já não soubessem ou não viessem a saber da carnificina inútil que sofreram as colunas?

(...) em Monte Santo e Queimadas nenhum telegrama será transmitido sem o *visto* do General Artur Oscar (*idem*, p. 249).

Por fim, em 7 de julho, escreve uma carta somente publicada em 19 de agosto, na qual expõe que foi realmente expulso e proibido de entrar no Quartel-General. Conforme Silvia M. Azevedo, muito antes da data da primeira publicação no *Jornal do Comércio* “o jornal já estava de posse das suas cartas, mas não as publicara por julgar imprudente (...). Benício tinha dado recomendações expressas ao jornal para que só o fizesse quando ele estivesse longe de Canudos” (2002: 94). Em 1899, o jornalista publica uma versão romanceada da Guerra de Canudos: o livro *O rei dos jagunços*. Nesta “crônica histórica e de costumes sertanejos”, o autor transcreve parte de suas reportagens e, “agora com mais espaço e vagar, o autor vai poder se deter em esclarecimentos a respeito dos bastidores da Guerra de Canudos, dentre eles, a participação desastrosa do general Artur Oscar” (*idem*, p. 93).

Com o fim da campanha, é deslocado “em interesse e atualidade, o assunto já passado da Guerra de Canudos, que aos poucos vai desaparecendo dos jornais” (*idem*, p.117). No entanto, surgem muitos escritos sobre o episódio (a exemplo de *O rei dos jagunços*), principalmente de ex-combatentes e jornalistas que lá estiveram. Entre

estas obras, destacam-se dois romances – comprovando que a campanha de Canudos foi também matéria para a literatura nesse período: *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos e *Accidentes de guerra* (1905), de Dantas Barreto.

Após escrever um editorial, em *O Comércio de São Paulo*, delatando a degola, o comércio de mulheres e crianças, o mineiro Afonso Arinos publica *Os jagunços*, com tiragem de apenas 300 exemplares. A obra ficcional conta a vida no sertão, a partir do boiadeiro Luís Pachola que, pelos tristes rumos que toma a sua vida, decide mudar-se para Belo Monte. O narrador passa, então, a narrar a Guerra de Canudos e a forma de sobrevivência dos *jagunços* habitantes daquela cidade.

Accidentes de guerra foi o segundo livro de Dantas Barreto sobre a guerra – primeiro ele publicou o relato militar *Última expedição à canudos*, em 1898. Aquela obra, romanceada pelo enredo amoroso do tenente Alberto com Germana (que seguira com os pais para Canudos e, posteriormente, é feita prisioneira de guerra), em quase nada difere dos demais livros escritos na época sobre o tema. Em *Accidentes de guerra*, o autor descreve mais a campanha, da qual participou, do que conta a paixão dos protagonistas. “Em tom de justificativa, o autor lembra que, embora o tema já tivesse sido desenvolvido ‘com todos os relevos de um talento de raça pelo autor dos Sertões’, volta a abordá-lo” (*apud* Gutierrez, 1997: 11), fiado nas oportunidades que o fenômeno ainda o permitiam.

Como pode ser observado, não apenas jornalistas, mas outras testemunhas da guerra e até mesmo aqueles que nunca pisaram em Canudos (mas tiveram informações suficientes sobre o assunto por outros meios) publicaram livros sobre o tema. Alguns, como Afonso Arinos e Dantas Barreto, preferiram ultrapassar a simples descrição e criar possibilidades outras de explicação daquele episódio, por meio da

literatura. Principalmente os que optaram por esta última forma de representar Canudos foram claramente influenciados pela obra do escritor-jornalista Euclides da Cunha, *Os sertões*, publicada cinco anos após o autor voltar da guerra, à qual foi enviado como correspondente especial de um jornal paulista.

Mas, como afirmar a presença euclidiana em *Os jagunços*, se esta obra precede *Os sertões*? Em *A imitação dos sentidos*, Leopoldo Bernucci esclarece que, entre *Os jagunços* e *Os sertões* há “um caso extraordinariamente elaborado de imitação textual mútua” (1995: 71). Esta intertextualidade entre os dois autores se dá pela leitura recíproca de textos anteriores às obras, publicados nos jornais.

Antes do livro se tornar público, ensaios e telegramas de Euclides da Cunha, versando sobre a guerra, foram publicadas n’*O Estado de S. Paulo* de 14 de março a 26 de outubro de 1897, bem como o *Excerto de um livro inédito*, divulgado pelo mesmo jornal em janeiro de 1898 – uma espécie de rascunho dos famosos trechos da segunda parte de *Os sertões*: “...Assim, o sertanejo é um forte, cuja energia contrasta o rachitismo exaustivo dos mestiços enervados do litoral” (*O Estado de S. Paulo*, 19/01/1898).

Como é possível que Arinos tenha tido contato com os textos de Euclides, de forma semelhante, também este, provavelmente, tenha feito leituras prévias dos materiais daquele. Conforme Bernucci, são identificáveis “várias contribuições feitas pelo romance de Arinos a *Os sertões*”, como a “caracterização de alguns personagens envolvidos na guerra” (1995: 81). Destarte, “tendo em conta as diferenças entre os dois escritores, ambos estariam muito mais ligados um ao outro do que geralmente se pode crer” (*idem*, p. 82).

As fontes jornalísticas das duas obras marcam ainda a interação entre Arinos e Euclides. Ambos utilizaram artigos e reportagens dos jornais da

época para melhor explicar e sintetizar os acontecimentos da guerra – o que nos faz retornar à discussão inicial deste capítulo, sobre a retroalimentação possibilitada (e enriquecedora) do jornal com a literatura e vice-versa.

Leopoldo Bernucci afirma que foram dos jornais “que saíram algumas matérias fundamentais ao desenvolvimento do grande livro (...). Mas Euclides (...) não se atirava de corpo inteiro neste mar de informações. Seu ceticismo quanto aos jornais e a sua forte intuição o fariam recuar diante dos exageros e ilogicidade da matéria” (*idem*, p. 59). Afinal, além de ter sido jornalista e saber das leis regentes deste meio, testemunhou de forma ocular a guerra e verificou a qualidade problemática das fontes jornalísticas daquele período, cujos periódicos se caracterizavam pelas imprecisões, incoerências, versões sensacionalistas e informações que levantavam suspeitas. No entanto, eram praticamente as únicas fontes disponíveis, ou como escreveu Bernucci, “a imprensa era um mal necessário” (2002a: 14).

Revelando-se “um texto que toca em vários modos discursivos (...) sem sujeitar-se a nenhum deles” (Bernucci, 1995: 15), movimentando-se livremente entre fronteiras e indo do domínio realista ao imaginário, *Os sertões* ocasionou, ainda, um confronto de gêneros – no momento em que a representação da Guerra de Canudos pôde sair das páginas dos jornais para as páginas literárias, iniciando-se um processo onde a comunicação estava construindo a história a partir da expressão artística (por meio da literatura). Mas, para compreender esta movimentação entre campos discursivos na obra euclidiana, é imprescindível conhecer o caminho percorrido por Euclides, do seu jornalismo à escrita do livro.

II

EUCLIDES DA CUNHA, ENTRE O JORNAL E O LIVRO

- É possível a imparcialidade e a objetividade em uma guerra?(...) Era de fato tão ingênuo para acreditar que o que se escreve nos jornais é verdade? Sendo jornalista?

Mario Vargas Llosa

Entre a atividade jornalística de Euclides da Cunha e *Os sertões* existe uma distância não apenas de gênero discursivo ou de tempo e espaço de produção. No caminho que o autor percorreu – dos artigos publicados em jornais à chegada em Canudos, passando por sua experiência na guerra até a escrita do livro – houve mudanças de pontos de vista e, também, autocríticas ao seu posicionamento anterior.

Após suas crônicas jornalísticas, e antes de *Os sertões*, Euclides escreveu um soneto que se torna representativo para a análise aqui pretendida, quando lido como metáfora do ponto de conversão do deslocamento que transforma o jornalista “publicitário” da República em crítico de um sistema que gera desigualdades, de um período histórico marcado por violentos contrastes, de uma gente desamparada e de um terrível acontecimento por ele vivenciado – a Guerra de Canudos. O poema, intitulado “Página Vazia” e datado de 14 de outubro de 1897, foi registrado em um álbum¹⁷ de autógrafos da jovem médica Francisca

¹⁷ Segundo Olímpio de Souza Andrade, “um desses álbuns floridos em que as moças guardam com carinho versos e impressões quase sempre fúteis” (1966:143).

Praguer Froes¹⁸, recebido por Euclides, em Salvador, ao voltar da guerra.
Eis o poema:

PÁGINA VAZIA

Quem volta da região assustadora
De onde eu venho, revendo, inda na mente,
Muitas cenas do drama comovente
De guerra despiedada e aterradora.

Certo não pode ter uma sonora
Estrofe ou canto ou ditirambo ardente
Que possa figurar dignamente
Em vosso álbum gentil, minha senhora.

E quando, com fidalga gentileza
Cedeste esta página, a nobreza
De vossa alma iludiu-vos, não previstes
Que quem mais tarde, nesta folha lesse

Perguntaria: “Que autor é esse
De uns versos tão mal feitos e tão tristes?”
(Cunha, 1966: 656).

Segundo Walter Benjamin, ao tratar da narrativa tradicional em seu ensaio “O narrador”, a experiência traumática da guerra constitui-se em saber não transmissível, em perda do valor da experiência. Este saber que marca a falência da comunicação narrativa parece estar na base do que simboliza a “página vazia” de Euclides, seja a do poema acima, seja a do final de *Os sertões*.

Não resistindo ao pedido da “gentil senhora”, Euclides escreve naquele álbum um poema que, como afirma Edgar Decca, “resume todo o seu estado de espírito depois da experiência vivida em Canudos”. Visto que, “na lógica psicanalítica, o indizível é um elemento fundamental do repertório de reações aos grandes traumas” (2002: 42). Com o horror da

¹⁸ Filha do engenheiro baiano Henrique Praguer, amigo de Euclides da Cunha.

guerra ainda impregnado em seu olhar, o autor ilustra a impossibilidade de construir uma composição lírica harmônica, pois, para ele, as dissonâncias do campo de batalha macularam seu ser, impedindo-o de responder à solicitação de dedicatória com um autógrafo alegre e belo. Então, para Euclides, sua tentativa de poema lírico é frustrada, pois revela a incompatibilidade entre a poesia (beleza) e aquela guerra (horror), expressa em seus versos “*tão mal feitos e tão tristes*”. Há um jogo metalingüístico¹⁹ no poema entre o vazio da página (seu lugar real de inscrição) e a “página vazia” (a escritura de um lugar simbólico). Porém, a página é a própria possibilidade de existência do poema, por isso ela precisa ser preenchida. Após sua leitura, observa-se que os versos, em diálogo com o título – que indica a negação de um início ou de um fim, de uma escrita e de um enredo –, demonstram uma crise de representação, uma dificuldade de narrar experiência tão forte, um silêncio traumático de alguém que já não tem mais um mundo ordenado por palavras. O poema não possui espaço para representar detalhadamente os acontecimentos por Euclides presenciados, mas o seu silêncio é também carregado de significação, pois põe em relevo o que ficou calado nas lacunas da escrita ou nos desvãos da história.

Segundo Walter Benjamin, a intensidade da experiência não implica necessariamente em produções de narrativas. O maior exemplo disto, conforme Benjamin, é que as pessoas voltavam “mudas do campo de batalha”. Elas “não voltavam enriquecidas, senão mais pobres em experiência comunicável (...) jamais houve experiências tão desmoralizantes como as estratégicas pela guerra de trincheiras, as

¹⁹ Metalinguagem, segundo Samira Chalhub, é “uma leitura relacional, isto é, mantém relações de pertença porque implica sistemas de signos de um mesmo conjunto onde as referências apontam para si próprias, e permite, também, estruturar explicitamente a descrição de um objeto” (1988: 7). Ela está na canção que canta o fazer uma canção, no poema que tematiza a produção poética e no livro que se questiona sobre si mesmo, por exemplo.

econômicas pela inflação, as físicas pela fome, as morais pelos donos do poder” (1986: 195). Para Benjamin, tal pobreza de “experiência comunicável”, sentida por toda a humanidade, se trata de “uma espécie de nova barbárie”, onde o desejo pelo esquecimento advém do fato de que nem toda experiência constitui-se em riqueza.

Com a “desmoralizante” vivência pessoal e histórica da guerra, há uma espécie de falência da narrativa e, pela leitura do poema “Página vazia”, há uma falência também da poesia, pois, parece questionar Euclides, como escrever liricamente depois de Canudos? Como criar, após sua experiência na “região assustadora”, uma obra de arte, se esta é um culto ao espírito humano e à beleza?²⁰

A subjetividade lírica do poema, para Euclides, não responderia a necessidade de manter uma memória viva daquela história, e as informativas palavras de seus artigos jornalísticos não provocariam a comoção nem transmitiriam a sonora indignação e o apelo crítico por ele pretendidos. Era necessário ser gestado um outro tipo de discurso. A página que Euclides desejava preencher apenas seria revelada cinco anos mais tarde, com a linguagem grandiloqüente de *Os sertões*.

Para que seja evidenciado o deslocamento crítico-discursivo de Euclides da Cunha, que tem por divisor de águas o poema “Página Vazia”, será importante demonstrar o caminho que ele percorreu: primeiro como um articulista falando do centro, à maneira de um propagandista da República; depois, a sua ação como jornalista, durante a Guerra de Canudos, e, por enfim, analisar *Os sertões*, observando, sobretudo, a

²⁰ Não queremos aqui afirmar que existe incompatibilidade entre guerra e arte. Muitas obras de alto valor artístico foram inspiradas em cenas de guerra, como por exemplo, a *Iliada*, de Homero, e *Guernica*, de Pablo Picasso. Fazemos apenas uma leitura do poema de Euclides, sobre a dificuldade de pensar algo belo num momento de luto pelos horrores da campanha de Canudos.

representação da imprensa deste período, na qual, como vimos, o próprio escritor atuou.

Euclides e a propaganda republicana nas páginas dos jornais

Nascido na Fazenda Saudade, em Santa Rita do Rio Negro, atual Euclidelândia – município de Cantagalo, RJ –, Euclides da Cunha (20/01/1866 – 15/08/1909), pelas atividades exercidas durante a sua vida, foi um militar, engenheiro, professor, ensaísta, historiador, sociólogo, poeta e, entre outros, também jornalista.

Desde adolescente, Euclides demonstrava interesse pelos estudos e pelo exercício da escrita. Em um caderno de versos criado neste período, intitulado *Ondas* – onde enaltecia heróis da Revolução Francesa –, já é possível observar suas insatisfações e inquietações sociais e filosóficas, bem como o mérito que dava à História, através de uns “versos desajeitados, reveladores do seu amor pela natureza”, conforme Olímpio de Souza Andrade (1966: 22).

Em 1884, estudando no Colégio Aquino – RJ, onde foi aluno do republicano Benjamin Constant, Euclides editou, juntamente com outros colegas, o periódico bimensal *O Democrata*. Neste, publicou “Em Viagem”, seu primeiro trabalho em prosa, no dia 4 de abril de 1884. Um ano depois, matriculou-se na Escola Politécnica no Largo de S. Francisco e, em 1886, assentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha – RJ. Em 1º de novembro de 1887 começou a colaborar na *Revista da Família Acadêmica*, editada pelos alunos da Escola Militar, com artigos e poemas.

Aos 22 anos, durante uma visita do Ministro de Guerra do Império, Tomás Coelho, à Escola Militar, o então cadete Euclides da Cunha atirou ao chão o seu sabre-baroneta, em forma de protesto contra a ausência de

promoções para o posto de alferes-aluno e em defesa da República. Por este ato, Euclides foi desligado do Exército Brasileiro e retido, por pouco mais de um mês, na Fortaleza de Santa Cruz. Quando foi libertado, viajou para São Paulo, onde foi bem recebido pelos republicanos. O fato foi divulgado por alguns jornais como algo sem muita importância, mas, por outros, a insubmissão foi bem destacada. Júlio de Mesquita, diretor do atuante *A Província de São Paulo* (transformado em *O Estado de S. Paulo* após a proclamação da República), o convidou a escrever para este jornal e, em 22 de dezembro de 1888, Euclides iniciou seu noviciado na imprensa de grande circulação²¹. A edição que publicava o seu primeiro artigo em *A Província de São Paulo*, “A Pátria e a Dinastia”, trazia também uma nota que o anunciava, mas não revelava o seu nome. De acordo com Olímpio de Souza Andrade (1966: 36), a nota apenas o apresentava como “moço de muito talento e de vasta ilustração” e esclarecia que se tratava daquele que fora “envolvido” no “grave incidente da Escola militar do Rio de Janeiro”²². No artigo, Euclides defende o processo de evolução política em direção à civilização²³, como “fatal, inexorável”. E afirma: “não há tradição que lhe demore a marcha, nem revolução que a perturbe”. “A Pátria e a Dinastia” foi assinado por ele apenas com suas iniciais, mas nos artigos de 29 de dezembro, “Revolucionários” – no qual defende o caráter reacionário

²¹ Conforme Olímpio de Souza Andrade, Euclides, no início de sua carreira militar, havia confessado a um colega, durante conversa sobre seu futuro profissional, que escolheria o jornalismo – “ao qual se destinava, armado de boa bengala para a defesa dos seus conceitos” (1966: 30).

²² O “grave incidente”, conforme o jornal o noticiava, foi divulgado por *A Província de São Paulo* no dia 6 de novembro de 1888, sob o título “Trovoada Militar”.

²³ Vista como “uma forma superior de cultura, a culminação de etapas sucessivas”: selvageria – barbárie – civilização (Cardoso, 1997: 1).

da luta republicana pela democracia –, e de 1º de agosto, “89”, Euclides utilizou o pseudônimo “Proudhon”²⁴.

Conforme Umberto Pelegrino (1983), Euclides da Cunha era reflexivo e, portanto, lento na sua produção intelectual. Por possuir estudos densos e meditativos, para Pelegrino, Euclides foi um “articulista” e não um “jornalista”, no sentido moderno da palavra – que confere a este profissional os atributos de ser ágil, pronto e fulminante²⁵. De qualquer forma, a atuação de Euclides no jornalismo não foi prioridade em sua vida, mesmo porque, naquela época, os rendimentos da imprensa para a profissão de jornalista não davam sequer para a própria subsistência. Conforme Walnice Nogueira Galvão (2002), Euclides nunca se considerou jornalista, mas sim engenheiro – como reivindicava em suas correspondências – e escritor – mesmo sendo considerado autor de um livro só.

Segundo Olímpio de Souza Andrade, o início da carreira jornalística do autor de *Os sertões* foi marcado por artigos às vezes mal construídos, com períodos confusos, pouco claros, o que demonstrava “o acúmulo de leituras desordenadas, de idéias e de paixões” (1966: 42). As generalidades e abstrações prevaleciam em seus artigos, deixando de lado os detalhes e o lado objetivo do que narrava. Seus textos, de forte teor político e opinativo, apresentam um “entusiasta do ideal democrático”, cheio de aspirações humanitárias alimentadas pelo convívio com seus autores preferidos.

²⁴ De acordo com Euclides – em artigo onde refuta as acusações de que os republicanos eram anarquistas –, Proudhon era “o pensador mais original do nosso século (...) embora paradoxal a teoria que ele sustenta” (1966: 557).

²⁵ No entanto, segundo o Dicionário de Comunicação (Rabaça; Barbosa, 1995: 347), o termo jornalista é aplicado para uma grande diversidade de profissionais que trabalham em jornais. Assim, é possível atribuir a Euclides o título de jornalista, se pensarmos não no repórter que tem por função redigir com objetividade notícias corriqueiras, mas no profissional que colabora com o jornal, por meio de artigos reflexivos e de teor político.

Euclides, através dos seus artigos jornalísticos, fazia com que a imagem da República refletisse a civilização, a democracia e o progresso, o que o constituía um verdadeiro propagandista desse sistema político²⁶. Aliás, como afirma José Carlos Barreto Santana, “aqueles que nas últimas décadas do século XIX eram partidários da modernização da sociedade brasileira, a exemplo de Euclides da Cunha, (...) necessitavam reforçar as suas posições com argumentos que pudessem correlacionar entre si o progresso e as ciências” (1997: 170). Assim, Euclides utilizava bases científicas para argumentar a inevitabilidade do progresso em direção à República e à civilização, passando fatalmente pela democracia. Os seus artigos iniciais, por exemplo, revelam “o quanto as suas idéias refletem, já neste instante, a sua formação científicista” (*idem*, p. 171).

De 10 a 24 de janeiro de 1889, Euclides escreve oito entusiasmadas crônicas, sob o título “Atos e Palavras”, nas quais, sem detalhar acontecimentos, propaga os ideais do progresso, critica a escravidão (a qual, segundo ele, era um escândalo que divorciava o Brasil da humanidade) e delineia uma República que seria mais que um simples partido político; seria o renascimento de uma sociedade.

A *Província de São Paulo*, em 27 de janeiro de 1889, em nota, anuncia a viagem de Euclides para o Rio de Janeiro, para onde seguiria no outro dia com o fim de concluir seu curso de engenharia na Escola Politécnica daquela cidade. Na referida nota, o jornal declara que suas páginas “por diversas vezes tem sido honradas com a brilhante colaboração do distinto moço” e agradece-lhe o “poderoso auxílio que (lhes) tem prestado”²⁷. Em 17 de maio, Euclides escreve “Da Corte”, onde se diz

²⁶ Em crônica de 29 de dezembro de 1888, no entanto, ele afirma que o revolucionário republicano é um “propagandista não de uma opinião política, mas de uma necessidade social”.

²⁷ A demonstração do prestígio que possuía Euclides diante daquele jornal republicano é reforçada por outras notas, como a que o felicitava por ter passado nos exames da Escola

tolhido pela acumulação de assuntos: “Os acontecimentos e os sentimentos que originam, múltiplos, antagônicos, dispersos, chocam-se, combatem-se, reagem, interferem, destroem-se pelo equilíbrio e eu fico sem assunto e insensível” (1966: 561). Entre 22 a 28 de junho, publica mais três crônicas intituladas “Homens de hoje” e, por fim, em 23 de julho, “Definamo-nos”.

Com a proclamação da República, em 1889, Euclides volta à Escola Militar e, em *A Província de São Paulo*, publica uma série de crônicas, calando qualquer possível desapontamento por aquela idealizada forma de governo ter aparecido quase que de repente, sem o esperado “barulho” das revoluções. Nessa fase, o exercício do seu jornalismo parece progredir, amadurecer, revelando maior interesse pelo detalhe e ainda maior dedicação aos estudos. Em seus artigos deste período, Euclides, que então passa a ser situacionista – vendo “na permanência de Floriano no poder a possibilidade de consolidação da República” (Ventura, 1996: 282) – e, obviamente, não mais revolucionário, defende um tipo de liberdade que parece distinguir-se daquela dos tempos em que discursava contra o governo. Nos atos dos opositores que agora lutavam pelo retorno da Monarquia, via “a máxima licença de palavras e a constante profanação do bom senso” (Andrade, 1966: 61). Porém, Euclides já não demonstra sentir-se tão seguro de si, e nestes escritos falta certa vivacidade dos artigos do “jornalista doutrinário que ajudara a demolir o Segundo Império” (*idem*, p. 83).

Aquela República certamente não era a esperada por Euclides da Cunha. Em seus artigos de março a junho de 1890, publicados pelo pequeno jornal carioca *Democracia*, ele critica algumas ações do governo provisório, como por exemplo, o decreto concedendo um adiantamento a

Politécnica, de 04 de maio de 1889 e a de 23 de novembro do mesmo ano, que aplaudiam o “brilhante colaborador” e “ilustre cidadão” pelo “ato de justiça” do ministro da guerra, Benjamin Constant, em ter-lhe oferecido o “galão de alferes” como terceiro-anista da escola.

D. Pedro II pelo espólio de seus bens – que ele recusou. No *Democracia* de 18 de março, Euclides afirma: “A luta, porém, em que nos empenhamos, luta prodigiosa, (...) começa a perder a sua feição entusiástica e a inocular-nos o travor das primeiras desilusões” (1996: 569). Nos artigos deste período, como assegura José Carlos Barreto Santana, “convivem as suas tentativas de defender a República com os primeiros sinais de desilusão com o novo regime” (1997: 173).

Sem a prevista influência positivista, a nova forma de governo trocava os velhos princípios por outros regidos pela política financeira. Assim, até o seu antigo ídolo, Benjamin Constant, segundo carta escrita por Euclides ao seu pai, em junho de 1890, havia perdido a auréola. Contudo, Euclides ainda aguardava a “verdadeira República”.

Em 10 de setembro de 1890, casou-se com Ana Ribeiro, filha do coronel republicano Sólon Ribeiro. Durante este ano, publicou algumas crônicas no jornal *Democracia* (em 3 de março, “O Ex-Imperdor”; em 18 de março, “Sejamos Francos” e em 12 e 26 de abril, 14 de maio e 2 de junho, a série “Divagando”), nas quais alerta sobre a função de preparar a sociedade para que esta possa produzir a República, apela à “pureza de nossas convicções, à rijeza do nosso caráter e a abnegação” pela “honra e pela glória da grande existência histórica da Pátria”, e pede à “Divina Providência” por “dias melhores e mais interessantes”.

Euclides concluiu os cursos de Estado-Maior e Engenharia Militar na Escola Superior de Guerra em 1892 – ano em que colaborou para *O Estado de S. Paulo*, com as séries de artigos “Da Penumbra” (15, 17 e 19 de março), sob o pseudônimo José Dávila, e “Dia a Dia” (vinte e nove crônicas publicadas entre 29 de março e 6 de julho), assinadas, com exceção da de 8 de abril, com as iniciais “E.C.”. Nestes escritos, observa-se uma forma mais cuidada, opiniões mais comedidas, apesar de ainda

destinadas a questões políticas do momento, e referências a assuntos e autores até então não mencionados. Euclides demonstra, ainda, nestes artigos, o seu otimismo em relação à República ao defender a ação de um estado forte, apesar da necessária “luta pela adaptação aos novos princípios (...) que atingiremos lenta, mas fatalmente”. E continua: “Tudo o que por aí tumultua num aparente caos de agitações e revoltas, é o reflexo de uma vasta diferenciação, através da qual se opera, majestosa, a seleção do caráter nacional” (1966: 581).

Em 1894, durante a Revolta da Armada, que havia estourado em setembro de 1893, Euclides, então oficial da Diretoria de Obras Militares, construía trincheiras e fortificações no Rio de Janeiro. Suspeito de envolvimento com os rebeldes, seu sogro, o agora general Sólon Ribeiro, foi preso. Neste momento, Euclides trabalhava a serviço do governo e defendia a política de Floriano, mas, quando teve notícias de que os jacobinos pediam o fuzilamento dos prisioneiros, publicou duas cartas na *Gazeta de Notícias* – RJ, em 18 e 20 de fevereiro, intituladas “A Dinamite”, protestando contra o senador João Cordeiro que, segundo Euclides, “sugeriu o alvitre singular e bárbaro de lançar mão das mesmas armas criminosas e reduzir a retalho as prisões onde estão os rebeldes” (1966: 523). Este posicionamento acabou fazendo com que os chefes militares o afastassem do campo de ação, transferindo-o para a cidade de Campanha – MG.

Por desgosto para com a carreira militar, em 1895, pediu licença do exército e, em 10 de janeiro de 1896, escreveu uma carta ao sogro revelando o desejo de abandonar a carreira. Apesar de esta idéia parecer reprovada por Sólon, no mesmo ano Euclides foi reformado do exército e, logo, nomeado engenheiro-ajudante da Superintendência de Obras Públicas

do Estado de São Paulo. Por esse período, conforme Olímpio de Souza Andrade,

juntando aos afazeres na Superintendência de Obras os de homem de jornal, estava na redação d'*O Estado*, a redigir comentários, a escrever coisas assinadas, reafirmando velha queda para assuntos sérios, que demandavam meditação e estudo, e aversão incontornável, incapacidade notória e até confessada para notícias de redação, exigentes de rapidez, de submissão ao fato em si, sem divagações, impossível para ele, um torturado pela expressão e pela razão de ser das coisas (1966: 85).

Olímpio de Souza Andrade ainda apresenta dois depoimentos que confirmam tal conclusão. O primeiro, de Plínio Barreto, é sobre a notícia de incêndio que Júlio de Mesquita havia encarregado Euclides da Cunha de escrever. Este, suando e rasgando várias tentativas de matéria, teve que ceder a mesa, enfim, para um “modesto repórter” que rapidamente redigiu a notícia como o diretor do jornal a desejava.

O outro depoimento, de um companheiro de redação chamado João Luso, ratifica a enorme dificuldade de Euclides em escrever com simplicidade um pequeno artigo, como o que foi pedido sobre a morte de Machado de Assis. Parecendo bordar cada palavra pensada, entre cigarros e papéis, Euclides levou mais de três horas para finalizar a nota que ocupou, no dia seguinte, um “resumido espaço no jornal”. No entanto, apesar da dificuldade de escrever rápidas notícias, a habilidade que possuía para textos mais longos, onde pudesse refletir, analisar e expressar opiniões, é comprovada pela leitura do artigo escrito por Euclides um dia após a morte de Machado de Assis (*A última visita*, 30 de setembro de 1908), publicado no *Jornal do Commercio*. “Um escritor da estatura de Machado de Assis só deveria extinguir-se dentro de uma grande e nobilitadora comoção nacional”, protesta Euclides, refletindo a incompreensão perante o “círculo

limitadíssimo de corações amigos” presente na casa de Machado, pouco antes da sua morte. Segundo aquele autor, no momento em que os comentários enunciavam este juízo de descaso, um adolescente desconhecido chegou àquela casa e, aconchegando ao seu peito a mão do “mestre”, numa demonstração de respeito e admiração, transfigurou a “sala há pouco invadida de desalento” (Cunha, 1966: 457, 458). Este artigo demonstra não só a capacidade, mas a qualidade do texto euclidiano, quando a condição necessária não é a objetividade, mas sim a liberdade de produção (ainda que limitada pelo espaço e tempo que a imprensa escrita, respectivamente, disponibiliza e exige).

Segundo Tristão de Ataíde, Euclides

amava o fato, como bom empírico-criticista, sem dúvida. (...) Mas logo largava o fato e partia para a generalização. O que era prova de sua aptidão científica, romanesca ou teatral, mas não jornalística. O verdadeiro jornalista é o homem do concreto como Euclides, mas do concreto em sua singularidade e não em sua generalidade (*apud* Andrade, 1966: 86).

Apesar do estilo euclidiano menos informativo do que analítico e meditativo, seus escritos publicados em jornais o tornaram “muito lido e reverenciado intelectualmente ao seu tempo” (Pelegriño, 1983: 37). Mas, numa carta escrita após quase cinco anos da publicação de *Os sertões*, destinada a Oliveira Lima e datada de 15/02/1907, Euclides demonstra certo incômodo com a prática jornalística:

Estou escrevendo no *Jornal*, por obedecer a reiterados pedidos do Dr. José Carlos Rodrigues. Mas como terá notado é uma colaboração espaçada, de 20 em 20 dias. Guardo, do meu vírus positivista, um pequeno rancor do jornalismo. O pensamento também exige recatos. O livro abriga-o de algum modo. Um jornal é um resumo de praça pública. Felizmente, o do *Comércio*, na sua imponência conservadora, tem quase o aspecto austero de uma revista de páginas estiradas (*apud* Galvão; Galotti, 1997: 325).

Para Leopoldo Bernucci, por trás do desprezo ao jornalismo, evidenciado por Euclides nesta carta, “haveria uma ligação visceral entre os jornais e o escritor”. Bernucci identifica aí um “misto de indiferença e sedução”, que revela um “movimento ambivalente de avanço e recuo” bem comum ao escritor fluminense. Para o autor citado, Euclides “dependia da palavra escrita para dar autoridade ao seu discurso mas, fundamentalmente, dos jornais para escrever os momentos em que a ação humana entra em cena”. Por exemplo, além dos empréstimos de trechos de jornais mencionados em *Os sertões*, há no livro muitas informações, implícitas, coletadas das visitas que fez à redação do *Diário da Bahia*, durante a guerra, onde pesquisou algo que “pudesse indicar-lhe um caminho à compreensão dos fatos que já começava a ofuscar a mente” (Bernucci, 1995: 53).

Em direção a Canudos: um articulista a serviço da República

No ano de 1897, imerso em estudos sobre o Brasil e atento às notícias sobre a campanha de Canudos no sertão baiano, Euclides publicou, sobre o tema, dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, em *O Estado de S. Paulo*. *A Nossa Vendéia*, pelo que se conclui de um trecho da reportagem de Manuel Benício, de 10 de julho, “impressionou a todos que o leram pelo critério e ilustração com que foi escrito”. E o correspondente do *Jornal do Comércio* continua, informando: este “jovem e inteligente militar é correspondente de um jornal paulista e segue para Canudos” (1994: 324).

O primeiro *A Nossa Vendéia* (publicado em 14 de março de 1897) foi escrito após a morte do coronel Moreira César “e quando os jornais do Rio de Janeiro, especialmente, já haviam divulgado notícias detalhadas dos acontecimentos militares que envolveram a terceira expedição” (Villa,

2002: 12). A guerra, que acontecia num interior até então desconhecido pelo restante do país, foi comparada a uma “agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados” da revolta da Vendéia²⁸ – sublevação católica ocorrida no oeste da França, por camponeses e nobres contrários aos ideais da Revolução Francesa. Segundo Euclides, “como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império”. Mas o fim seria certo: “A República sairá triunfante desta última prova”. Ele, citando autores e estudos sobre a região, delonga a descrição dos aspectos geográficos, climáticos e geológicos daquela terra, identificando a aspereza do terreno aos rudes sertanejos nascidos nesse meio, e observa: “o solo daquelas paragens (...) de vegetação escassa e deprimida é, talvez, mais do que a horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro, o mais sério inimigo das forças republicanas” (2003: 121). Neste artigo, como afirma Marco Antônio Villa, Euclides “curiosamente, não fez nem sequer uma referência aos debates políticos, intensos, principalmente após a derrota de 3 de março, nem ao amplo material jornalístico” (2002: 13) de que, provavelmente, tomou conhecimento.

O segundo artigo (17 de julho de 1897) foi escrito, como observa Walnice Galvão, “em plena propaganda de âmbito nacional para o arranque de uma nova e definitiva expedição, mobilizando recursos até então inéditos no país, inclusive como ferramenta de mídia” (2000a: 12). Nele, Euclides retoma as análises sobre a natureza da região, com “pormenores que mostram a segurança de alguém que estudou o assunto” (Andrade, 1966: 96), e justifica a morosidade das operações da quarta expedição que, então, era mobilizada em direção a Canudos. Ele explica as recentes

²⁸ O romance histórico *Quatre-vingt-treize (Noventa e três)*, de Victor Hugo, que narra a guerra civil da Vendéia, foi a provável fonte utilizada por Euclides para a construção da metáfora nos seus dois primeiros artigos sobre Canudos.

derrotas pelas “próprias condições da luta”, dentre as quais, a tática da fuga adotada pelos inimigos, as paragens desconhecidas pelos soldados e a preparação rudimentar, mas eficaz do jagunço – no que diz respeito às vestimentas apropriadas à vegetação e ao completo conhecimento do labirinto de montanhas que, facilmente, lhe permite criar emboscadas e assustar. O autor ainda compara tal batalha a outras que aconteceram na Espanha e em Cuba, e conclui: “As tropas da República seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória” (2003: 129).

Após os dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, Euclides foi convidado para ser correspondente de guerra deste jornal²⁹. Segundo Marco Antônio Villa, é provável que, por iniciativa própria, “Euclides tenha se decidido a ir para Canudos, cobrir *in loco* a guerra, como já havia ocorrido com vários outros representantes da imprensa carioca”³⁰ (2002: 16). Entretanto, para Olímpio de Souza Andrade, Júlio de Mesquita o escolhera porque “aquilo era empresa para homem cuja capacidade transcendesse à do noticiário, para homem que fosse capaz de ver, entender, concluir, dizendo-se sem se confundir nas páginas do jornal” (1966: 101). Este biógrafo de Euclides cita *O Estado de S. Paulo* que, em nota comemorativa do cinquentenário de *Os sertões*, observa:

O jornal dispunha, na época, de redatores capazes para a missão, mas Júlio de Mesquita, recusando-se a dar ao problema jornalístico “uma solução puramente profissional”, voltou-se para as qualidades literárias e de cultura de Euclides que, além disso, levava a vantagem de um mais amplo conhecimento dos assuntos militares. Informa ainda o jornal: “Euclides resiste. Pede tempo para refletir, cede aos estímulos contraditórios de seu temperamento nervoso, oscila (...). Julio de Mesquita não se deixou vencer, (...) Graças a essa tenacidade Euclides cedeu” (*idem*, p. 101).

²⁹ Os artigos escritos por Euclides da Cunha – único correspondente de jornal paulista enviado a Canudos –, por ocasião da guerra, e enviados a *O Estado de S. Paulo*, foram publicados, posteriormente, no livro *Diário de uma expedição*.

³⁰ Como Manuel Benício, correspondente do *Jornal do Comércio*, vereador na Câmara Municipal de Niterói e capitão honorário do exército.

Verídica ou não, esta informação publicada em *O Estado de S. Paulo*, o certo é que Euclides foi agregado à comitiva militar do ministro de guerra, Marechal Bittencourt, após o telegrama enviado, em 29 de julho, por Júlio de Mesquita ao presidente da República, Prudente de Moraes:

Quero dever-lhe o favor de conseguir que Carlos Machado nomeie para seu Estado-Maior o Tenente Euclides da Cunha. Este é meu companheiro na redação do *Estado*. Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico. O Sr. Compreende quanto, como redator do *Estado*, me interesse por esta nomeação. Peço resposta hoje (IHGB, 1990: 71).

À margem do telegrama, o presidente escreveu: “Atendido”. O pedido de Júlio de Mesquita revela quão parcial era o jornal que havia enviado Euclides a Canudos. O diretor daquele periódico solicita, como favor, ao antigo colega de propaganda republicana, que Euclides seja nomeado adido do Estado-Maior e, assim, ele vai ao campo de guerra por ser militar (reformado), por ser republicano e por possuir o perfil de jornalista desejado naquele momento. O jornal não queria informações apenas, mas sim interpretações. E Euclides seria capaz de realizar esta missão, pois, em sua escrita, fazia relações histórico-geográfico-antropológicas que aumentavam a força do fato por ele observado e aludido.

Em meados de 1897, Euclides escreve algumas cartas que se tornam relevantes para constatar o seu sentimento em relação ao regime republicano e aos acontecimentos de Canudos. Em correspondência de 14 de março de 1897, a João Luís Alves, Euclides revela sua “dolorosa”, “profunda” e “esmagadora vergonha” pela “nossa República tão heróica e tão forte (que) curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos

maltrapilhos...”, e demonstra algum desapontamento político: “O nosso belo ideal político (...) continua assim sacrificado pelos *políticos* tontos egoístas que nos governam” (*apud* Galvão; Galotti, 1997: 103). Ao mesmo destinatário, Euclides manda carta em 1º de abril de 1897, na qual mostra-se impressionado com as “derrotas sem combate” e, com pessimismo, questiona:

Será possível que a nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembrem os últimos dias de Baixo Império? Descrente destas coisas, descrente desta terra – aonde lamento ter nascido – eu creio entretanto na vitalidade de um princípio. A República é imortal, e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela afinal galvanizará este povo agonizante e deprimido (*idem*, p. 105).

Com a mesma crença, não no governo republicano brasileiro, mas sim no princípio da “República imortal”, Euclides escreve em 12 de agosto, ao general Solon, justificando a sua ida a Bahia³¹:

A minha missão é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considereis que tínheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. (...) Trago à Bahia a mais nobre e elevada aspiração e hei de realizá-la (*idem*, p. 107).

Acreditando ter uma “nobre e elevada aspiração” na sua viagem para a Bahia, o jornalista-escritor chega em Salvador no dia 7 de agosto de 1897, segundo ele, “depois de quatro longos dias de verdadeira tortura” (2003: 29) a bordo do navio *Espírito Santo*. O artigo escrito por Euclides

³¹ O sogro de Euclides, general Sólon, que era comandante do 3º distrito militar, foi removido do comando militar na Bahia, por desentendimentos que tivera com o então governador deste estado, Luiz Vianna, em decorrência do fracasso da segunda expedição a Canudos. Pelo respeito de Euclides por seu sogro, que zelava por seu passado de conspirações e exílios, achou necessário explicar a sua ida inesperada à Bahia e o motivo pelo qual aceitou a apresentação de Campos Sales para Luiz Vianna.

nesta data, e publicado em 23/8/1897³², é encerrado com a visão romântica da Vendéia, que representava os inimigos dos “heróis republicanos”: “Que a nossa Vendéia se embuce num largo manto tenebroso de nuvens (...). A República imortal!” (*idem*, p. 32).

O próximo artigo, de 10 de agosto, publicado em 18/8/1897, descreve a “aura guerreira” que se instalava sobre a “lendária cidade” da Bahia, principalmente pelos combatentes que, feridos e trôpegos, voltavam do sertão. A população, segundo Euclides, “vivamente emocionada”, rodeava os soldados “de uma simpatia respeitosa e espontânea”. O articulista diz observar, nas ruas, nos bondes e em todos os hospitais, o carinho e a generosidade com que o “bravo enfraquecido” ou “defensor obscuro da República” era tratado pelo “povo que se vai tornar credor do Brasil inteiro” (*idem*, p. 34). Neste artigo, ainda, Euclides afirma que, segundo a “opinião geral, entre os combatentes que voltam”, a luta estava em seu epílogo, pois em Canudos, “quatro ou seis *jagunços* faziam estacar perturbado um batalhão inteiro”, o que significava dizer: “está prestes a findar a doloríssima campanha”. Enquanto defendia tais afirmações, e para justificar quão inânimos viviam os conselheiristas, com aparente naturalidade, apenas cita a degola: “Diversos soldados que inquiri afirmam, surpreendidos, que o *jagunço* degolado não verte uma xícara de sangue” (*idem*, p. 36).

O tema, que posteriormente é abordado com maior profundidade em *Os sertões*, é, por ele, somente outra vez mencionado no jornal, em artigo de 7 de setembro, publicado em 26/9/1897, quando afirma que Antônio Conselheiro, ao perceber as “desvantagens de uma luta leal e franca” com os soldados, havia declarado que “o combatente degolado não teria as

³² As datas de publicação aqui transcritas têm por base a *Nota editorial* de Walnice Galvão, do *Diário de uma expedição* (2000b: 30-2).

recompensas de uma vida futura”. Então, Euclides conclui: “Daí a celeridade com que fogem os *jagunços* quando ao toque da degola! Os soldados se embrenham de baionetas caladas pelas caatingas”. E, por fim, declara: “Os resultados desse estratagema têm sido, como é sabido, extraordinários” (*idem*, p. 84).

O desembarque de feridos na estação da Calçada, depois retomado com ironia em *Os sertões*, foi assistido por ele e acompanhado em silêncio pela multidão que contemplava “através de uma vertigem, quase”, a “procissão dantesca” dos feridos que, para ele, eram “trágicos candidatos à invalidez e à morte”. O artigo escrito em 12 de agosto, e publicado em 24/8/1897, que narra esta “tristeza lúgubre” da cidade baiana pelas “irrupções intermitentes de feridos”, ainda aponta, mais uma vez, as causas daquela cena de guerra não “subordinada a preceitos invioláveis”, onde lutavam o sertanejo “persistente e traiçoeiro” contra o soldado, considerado pelo autor, abnegado, firme e inabalável (*idem*, p. 37-9). Euclides também fala da fome e da falta de munição, o que se constituía uma leve crítica ao comando da quarta expedição.

No dia 15, antes de dizer que mal relia as linhas escritas, pois estava “longe da tranqüilidade de um gabinete de estudo e da inspiração serena dos livros prediletos”³³, Euclides aponta sua central preocupação em identificar o fundamento da nacionalidade brasileira – tema alicerce para a compreensão de *Os sertões*. Para Marco Antônio Villa, neste artigo, publicado em 22/8/1897, “Euclides afastou-se do jornalismo, da busca frenética por notícias, para interpretar analiticamente a guerra” (2002: 21). Após lembrar dos brasileiros de diferentes regiões, que um dia pisaram a

³³ Este fato, no entanto, não é confirmado por Olímpio de Souza Andrade (1966: 108), que cita outro biógrafo de Euclides, Silvo Rabelo, para dizer que depois de Euclides passar todo o dia na rua, ficava boa parte da noite, sozinho com livros, sobre uma mesa grande, escrevendo a sua correspondência.

terra baiana e que lá estavam novamente, parecendo um “refluxo prodigioso da nossa história”³⁴, Euclides vê como a um espetáculo, a união de tamanha diversidade nacional pelo “influxo de uma aspiração única”. Mas adverte que, após a guerra, por aquela estrada, era necessário seguir “um herói anônimo”, que “sem triunfos ruidosos (...) será (...) o verdadeiro vencedor: O mestre-escola” (2003: 42-6). Retoma tal discussão em 1º de setembro, ao afirmar: “penso que a nossa vitória amanhã não deve ter exclusivamente um caráter destruidor. Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patricios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade” (*idem*, p.74).

De acordo com Carlos Marcos Avighi, Euclides deixava entender em suas reportagens, que, “para incorporar o sertanejo à nação era necessário suprimir as condições mentais em que vivia e prepará-lo para a identidade nacional”. Para Euclides, havia uma urgência em integrar os “brasileiros dispersos por um território imenso e mal mapeado”, e o sertanejo seria o “elemento catalisador” para a definição nacional, mesmo estando à *margem da história* e sendo negligenciado pelo governo que agora precisaria agregá-lo à nova ordem republicana. Conforme Avighi,

nas matérias jornalísticas, Euclides da Cunha viu no sertanejo o brasileiro capaz de consubstanciar a nação no plano interno, no momento de graves dificuldades estruturais e culturais para a implantação da República. O sertanejo estava presente em todas as regiões e a elas amalgamado, competente para realizar a integração nacional, desde que incorporado à nação. A unidade nacional era imperativa para a definição do Brasil no plano internacional naquelas décadas de exacerbação de nacionalidades e de acomodação de potências expansionistas, muitas com a atenção voltada para a América Latina (1993: 145).

³⁴ Euclides retoma esta discussão em *Os sertões*: “Depois de longamente dispersos, os vários fatores da nossa raça volviam repentinamente ao ponto de onde tinham partido” (2002: 658).

Para o autor, a visão euclidiana de integrar o interior ignorado da nação era norteada pela concepção geopolítica, em voga na época, a partir da qual se buscava uma definição interna para que, então, o país fosse projetado internacionalmente³⁵. O “cerne da nacionalidade”, no entanto, para Euclides, estava em meio a uma campanha que se adornava de feições misteriosas.

No artigo de 16 de agosto, publicado em 26/8/1897, o jornalista deixa clara a sua incompreensão da demora do fim da guerra e da permanência dos sertanejos naquele local. Assim Euclides inicia o artigo:

Ao chegar aqui e assaltado logo por impressões novas e variadas, perturbadoras de um juízo seguro, acredito às vezes, que avaliei imperfeitamente a situação e dominado talvez pela opinião geral entre os que voltavam de Canudos disse também com eles:

– Está quase terminada a luta e não fará mais vítimas (2003: 46).

A anterior certeza de Euclides sobre o fim da guerra, tão presente em seus artigos até então, era agora questionada diante da grande diversidade de versões e “opiniões desencontradas” que circulavam. Ele afirma que, “procurando tirar uma média das opiniões”, observou que grande parte dos soldados que voltavam, desconheciam a guerra “tanto quanto os que lá não foram”, confessando que “nada sabem, nunca viram o inimigo senão depois de morto, (...) não sabem quantos existem”. Por este motivo, Euclides declara: “O espírito mais robusto e disciplinado esgota-se em conjecturas vãs; nada deduz – oscila indefinivelmente, intermitentemente, num agitar inútil de dúvidas, entre conclusões opostas, do desânimo completo à esperança mais alta” (*idem*, p. 48). Sobre isto, Leopoldo Bernucci afirma: “O real invadia indelicadamente o terreno do imaginário do autor e

³⁵ As discussões de Euclides sobre a formação da nacionalidade são retomadas nas matérias sobre a Amazônia, anos mais tarde.

cometia, agora, tamanhas grosserias. Ironicamente, quanto mais se acirra o desejo de tocar a verdade no escritor, tanto mais se intensifica a própria consciência do drama dessa impossibilidade” (1995: 59).

Pela tamanha variedade de informações e opiniões que lhe serviam por fontes³⁶, e consciente das “lendas que envolverão mais tarde esta campanha crudelíssima”, conforme Bernucci, ao narrar uma história “sem necessidade de ser atestada pela outra História”³⁷ (*idem*, p. 30), Euclides deixa claro que esta foi contada a ele por outros. Assim faz quando, no dia 18 de agosto, escreve sobre os filhos de Macambira, que, a exceção de um, foram mortos na tentativa de destruir a *matadeira*, canhão Whitmorth 32, como a “um animal fantástico e monstruoso”³⁸. Segundo Euclides, os filhos de Macambira, juntamente com outros companheiros, sob a permissão de Antônio Conselheiro, foram até o acampamento e, enquanto o exército repousava, lançaram-se “impávidos sobre a peça odiada”, dando-lhe pesadas pancadas, com o fim de acabar com o “monstro de aço”. Logo, os batalhões se formaram e os atacantes caíram “sob os golpes e sob as balas” (2003: 32). Este artigo também foi publicado em 26/8/1897.

É importante observar como a data da divulgação das informações veiculadas pela imprensa, naquela época, se distanciavam da data do acontecimento noticiado. O ataque à *matadeira*, por exemplo, fato do fim de junho ou início de julho, apenas foi escrito por Euclides no dia 18 de agosto, data em que ainda era publicado o seu segundo artigo em *O Estado de S. Paulo*. Em nota, na primeira página, o jornal fala da dificuldade

³⁶ No telegrama do dia 18, Euclides diz que determinadas notícias que circulavam eram falsas e, então, conclui: “É preciso não dar crédito aos boatos” (2003: 52).

³⁷ Questiona Leopoldo Bernucci: “como poderíamos exigir da História uma versão esmerada e limpa se as contradições que afloram são a prova mais contundente da sua impossibilidade de ser unívoca?” (1995: 30).

³⁸ Conforme Olímpio de Souza Andrade, esta é a primeira reportagem à qual dá “cunho de sensação” (1966: 109). Em *Os sertões*, Euclides relata novamente o assalto à *matadeira*, porém, sem tantos detalhes.

causada pelos correios: “Publicamos hoje a segunda correspondência que da Bahia nos enviou o nosso correspondente, Dr. Euclides da Cunha. Não recebemos a primeira! Reclamaríamos contra o correio se já não estivéssemos cansados de reclamar em vão”.

A matéria do dia 19, publicada em 27/8/1897, “sua melhor reportagem em Salvador” (Villa, 2002: 22), é sobre a entrevista feita com o “*jagunço* adolescente” Agostinho – quatorze anos, que desvenda personagens e acontecimentos importantes do arraial. Euclides, ao fim, revela que o garoto não viu os milagres do Conselheiro e “nunca ouviu dizer que ele fazia milagres”. Então, o jornalista questiona: “Mas o que promete afinal ele aos que morrem?”, e obtém como resposta, simplesmente: “Salvar a alma”. Finalmente, Euclides confessa: “Estas revelações (...) têm para mim um valor inestimável; não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão” (2003: 55).

Apesar de afirmar que aquelas informações possuíam para ele grande valor, curiosa ou estrategicamente, elas não aparecem em *Os sertões*. Contudo, a maioria das suas reportagens foi, de alguma forma, aproveitada por ele na construção do livro. No dia 20, por exemplo, Euclides relata a marcha dos soldados em direção a Canudos quando, no caminho, encontram “as ossadas dos mortos de anteriores expedições” e espetado num galho de angico, o “espectro formidável do velho comandante” (Tamarindo) – semelhante relato figura em *Os sertões*. Neste artigo, publicado em 29/8/1897, Euclides se mostra contrafeito por não ter partido ainda para Canudos e, sem muita novidade para levar ao leitor, mas “evitando recursos condenáveis, como forjar notícias ou comentar meros boatos, procurava outros meios de lançar luzes sobre o mistério daquela guerra” (Andrade, 1966: 111). Assim, no dia seguinte, transcreve trechos

de um artigo de 20 de maio de 1894, sobre Antônio Conselheiro, do jornal *Pátria*, de São Felix de Paraguaçu, publicando-os em 1/9/1897. Sua impaciência por não poder partir para Canudos quando assim o desejasse, em conseqüência de ser adido do comando, é demonstrada ainda em carta destinada a Porchat, deste mesmo dia:

Infelizmente o ministro não permitiu que eu o precedesse e fosse esperá-lo em Canudos; de sorte que temo não ir a tempo de assistir a queda do arraial maldito.

A vida aqui além de insípida é lúgubre – uma distração única – assistir à chegada dos feridos, assistir à partida das tropas. Uma coisa pavorosamente monótona (Cunha, 2003: 143).

O aborrecimento de Euclides com a tardança da ordem de partida é explicitado também no artigo do dia 23/8, publicado em 3/9/1897, quando se diz “involuntariamente” retido em Salvador e “lutando com uma falta de assunto extraordinária”. Neste, ainda escreve sobre a comentada carta do coronel Carlos Teles³⁹. Considerando-o “digno comandante”, Euclides insinua que há em Carlos Teles alguma “tendência instintiva para reduzir dificuldades e perigos”. O correspondente de *O Estado de S. Paulo* vacila em dúvidas “inevitáveis, incorrigíveis”, pois aquela carta, para ele, parece mais uma opinião num “tumulto de impressões diversas e de idéias que se entrecrocaram” (*idem*, p. 66) e vinha completamente de encontro às suas declarações. Em *Os sertões*, porém, apesar de ainda admitir “exageradíssimo” o otimismo de Carlos Teles, criticou a “incredulidade geral” na qual foi afogado. Para Olímpio de Souza Andrade, neste artigo, como em outros momentos, Euclides deixava implícito “a sua crença de que Canudos não era uma desforra do monarquismo ferido”. Segundo esse biógrafo, Euclides criava ambiente para mais tarde reconhecer que o arraial

³⁹ Ver I Capítulo.

sertanejo não poderia ser a Vendéia, porque naquele momento, se o fizesse, contraditaria a opinião geral e a do seu jornal, “que se manifestava sobre a natureza política da guerra” (1966: 113).

Euclides partiu para Canudos no fim de agosto. Enviou continuamente artigos para o jornal, descrevendo e analisando as vilas ou pequenas cidades por onde passava: Alagoinhas, Queimadas, Tanquinho, Cansação, Quirinquinquá e Monte Santo. Chegou em Canudos no dia 16 de setembro e presenciou menos de três semanas de luta, retirando-se doente, poucos dias antes do fim da guerra.

No dia 31 de agosto, de Alagoinhas, Euclides registra mais uma vez a não veracidade de notícias que estavam circulando⁴⁰ – somente publicado em 12/9/1897; e quando precisa dar notoriedade aos dados narrados, destaca que aquelas eram “informações seguras”, como fez no artigo de 2 de setembro, publicado em 14/9/1897.

Na matéria escrita em Queimadas, no dia 1º de setembro, publicada em 9/9/1897, afirma que naquele “arraial obscuro” se encontrava a estação da estrada de ferro, “ultimo elo que nos liga, hoje, às terras civilizadas”. Percorrendo as caatingas a cavalo, descobre uma “flora inteiramente estranha e impressionadora”, da qual também irá mais tarde tratar em *Os sertões*. Já prefigurando a metáfora que será explorada no livro, Euclides fala do cacto *cabeça-de-frade*: “Parecem cabeças decepadas, esparsas à margem dos caminhos. Encima-as uma única flor, de um vermelho rutilante, como uma coroa, ensangüentada, aberta” (2003: 73).

⁴⁰ Trecho do artigo: “Há cerca de dez dias fui assaltado por uma notícia absolutamente inesperada. Afirmava-se a deserção de grande número de praças do batalhão de São Paulo, algumas das quais, em grupos dispersos, haviam sido presas na Feira de Santana. Faltou-me o ânimo para transmitir a deplorável nova; e foi bom. Transmito hoje a que a destrói inteiramente” (Cunha, 2003: 68-9).

Se a natureza mereceu longas descrições e narrações, o mesmo não aconteceu com as crianças e mulheres prisioneiras que, para ele, eram “monstros envoltos em trapos repugnantes”. O artigo de 3 de setembro, publicado em 14/9/1897, em que fala concisamente sobre elas, finaliza dizendo que não vale a pena narrar o drama das mesmas.

Chama-nos a atenção a surpreendente feição supersticiosa de Euclides da Cunha: “Estava vendo já com maus olhos este início de viagem numa sexta-feira. E neste momento mesmo lembro-me, com um ligeiro sobressalto, que esta carta é a décima terceira que para aí envio...”. No entanto, depressa Euclides se justifica: “não há espírito emancipado que não tenha, mesmo em virtude da lei geral da inércia, de ceder em muitas ocasiões, à fantasia caprichosa ou enganadoras realizações” (*idem*, p. 76). E cedendo mais uma vez, em Cansação, artigo escrito em 5 de setembro e publicado em 21 do mesmo mês, revela que assistiu à missa, após muitos anos em que passou indiferente “pelas opulentas catedrais da cruz”. Ajoelhou quando todos o fizeram e bateu, “como todos, no peito, murmurando com os crentes o *mea culpa* consagrado”. De logo, então, pede que os “companheiros de impiedade”, “iconoclastas ferozes”, não o apedrejem, e tenta se justificar: “eu não menti às minhas crenças e não traí a nossa fé, transigindo com a rude sinceridade do filho do sertão...” (*idem*, p. 80).

No 7 de setembro, escreve Euclides, “data ruidosamente saudosa”, em “uma alvorada triste”, “vibravam nos ares as notas metálicas de seis bandas musicais (...)”. Ele permaneceu em Monte Santo, juntamente com os “homens que se dispunham a morrer pela República” (9 e 10 de setembro), e lá recebeu a notícia, que ele adjetiva de “agradável”, de que no

dia 06 haviam caído as torres da igreja nova de Canudos (11 de setembro)⁴¹.

No dia 12, ao chegar no Belo Monte – assim chamado por Conselheiro e pelos seus –, introduz o artigo, publicado em 11/10/1897, dizendo: “...E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos”. Continua, narrando a disposição topográfica, a constituição geológica e, enfim, descrevendo o povoado que “lembra uma cidade bíblica fulminada pela maldição tremenda dos profetas” (*idem*, p. 87-92) e que, depois, ele representará de forma semelhante em seu livro.

Após escrever outros artigos das entrevistas feitas com algumas prisioneiras e com o que chama de “entes sinistros”, no dia 26 – somente publicado em 13/10/1897 –, ao olhar e refletir mais uma vez sobre Canudos, observa:

Não é possível que a munição de guerra daquela gente seja só devida à deixada pelas expedições anteriores. A nossa esgota-se todos os dias; todos os dias entram comboios carregados e, no entanto, já nos falta, às vezes.

Como explicar essa prodigalidade enorme dos jagunços?

Não nos iludamos. Há em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada (*idem*, p. 98).

Mesmo admitindo que “os jagunços lutam agora pela vida”, mesmo deixando de finalizar seus artigos com vivas à República e não mais fazendo a comparação explícita de Canudos com a Vendéia, Euclides transmite neste artigo alguma dúvida sobre a feição não monarquista de Canudos, ao falar do caráter misterioso daquela luta. Assim, ele alimentava a idéia corrente de que os sertanejos lutavam pela implantação do Império e possuíam ajuda estrangeira. Tal teoria é ratificada por este jornalista quando, no artigo de 27 de setembro, publicado em 20/10/1897, afirma que

⁴¹ O artigo de 07 de setembro foi publicado nos dias 26, e os de 09, 10 e 11 no dia 27 do mesmo mês.

o general Artur Oscar mostrou-lhe “alguns tipos de balas caídas nos tiroteios da noite”, dentre as quais algumas eram conhecidas por eles, outras não: “são inegáveis projéteis de armas modernas que não possuímos”. Do que logo conclui: “repilo de todo a idéia de que se utilizem ainda das munições tomadas às expedições anteriores. Sou levado a acreditar que tem raízes fundas esta conflagração lamentável dos sertões” (*idem*, p. 100).

Conforme Olímpio de Souza Andrade, “o general era dos que estavam convencidos de que os monarquistas intervinham em Canudos” e Euclides da Cunha, que aos poucos mudava sua visão a respeito de Artur Oscar⁴², “deixa-se envolver pelas convicções do general” que “mandava para os jornais comunicados que desnorteavam a opinião pública, justificando os reveses que sofria, dando à campanha um aspecto político que realmente não tinha”. Para aquele biógrafo de Euclides, ele “nesse momento final apresentou-se bem perturbado diante de uma opinião autorizada, embora a meio caminho para a conclusão definitiva” (1966: 134-5).

Ao todo foram 34 reportagens e artigos de Euclides da Cunha, escritos de março a outubro de 1897, dentre os quais pode-se observar muitos trechos que serão posteriormente transcritos para *Os sertões*, muitos estudos que aí irá aprofundar e muitas referências que complementam a compreensão da obra. Conforme Berthold Zilly, “os artigos, assim como as reportagens que seguem pouco depois, são tão instrutivos porque exibem, *in statu nascendi*, o raciocínio e os procedimentos literários do escritor em formação” (1996: 341). Mas, como foi demonstrado, existem também, nas matérias jornalísticas de Euclides, diferenças claras de julgamentos,

⁴² Euclides é o único entre os correspondentes que almoça com o general Artur Oscar, “com quem agora convivia na guerra com boas relações” (Villa, 2002: 32). No entanto, em *Os sertões*, modifica seu julgamento sobre este general, criticando-o severamente.

abordagens e, mesmo, ausência de algumas histórias. Nos telegramas – notícias curtas que acompanham as informações dadas nos artigos –, Euclides parece ainda um virulento propagandista da República. Neles, o jornalista de *O Estado de S. Paulo* não opinava ou se alongava em descrições da natureza ou em comentários seus; apenas informava com concisão aquilo que não lhe era necessário ou desejado na correspondência assinada.

De acordo com Walnice Nogueira Galvão,

a correspondência nas páginas de *o Estado de S. Paulo* foi extremamente irregular e não respeitou a ordem em que elas foram escritas; mas sim a ordem de recebimento; por vezes, também, várias delas são publicadas num número só. (...) E o final da guerra, como aliás é também verificável nas reportagens de outros jornais, marca o momento de desinteresse: à correspondência publicada em 27 de setembro só vai seguir-se outra duas semanas depois, a 12 de outubro, do último grupo. Afinal, a guerra terminara no dia 5, e o assunto não mais era palpitante (1976: 56).

A maioria das cartas e dos telegramas dos jornalistas era publicada posteriormente, e muitos tinham datas desconexas com o que acontecia no campo de batalha. O telegrama de Euclides ao jornal, datado de 7 de outubro, de Monte Santo, por exemplo, informa que no dia anterior havia sido conquistada a igreja nova – o que aconteceu no dia 1º de outubro – e que o *inimigo* “cederá brevemente”, quando há dois dias o arraial já havia caído. Além disso, como demonstra Walnice Galvão, sobre as datas de publicação dos artigos, “toda a seqüência escrita em Canudos, só será publicada após o término da campanha” (2000b: 30).

De acordo com Olímpio de Souza Andrade, “ganhavam consistência as suas reportagens nesse contato direto com a terra e a gente do sertão (...). O jornalista mostrava-se cada vez mais senhor do seu assunto, encantado, eufórico, transformando-se imperceptivelmente de acusador em advogado

dos sertões” (1966: 117). Esta mudança vagarosa e não explícita, pode ser sentida no último artigo de Euclides enviado ao *Estado de S. Paulo* do teatro das operações, escrito no dia 01 de outubro de 1897 e publicado em 25 do referente mês, no qual mostra-se claramente perturbado e abatido.

No último e maior dos seus artigos em Canudos, Euclides descreve o longo combate que presenciou em 1º de outubro (porém, em *Os sertões*, ele pouco aproveita da descrição aí feita dos embates desta data), em que os soldados investem contra Canudos, invadindo-a, e os sertanejos – cuja resistência é elogiada pelo articulista –, surpreendentemente, os recebe com balas. Contraditoriamente, ele inicia o artigo falando da harmonia nos ares daquela região, e como que numa despedida, reflete: “Não há manhãs que se comparem às de Canudos; (...) que aqui se expandem num firmamento puríssimo, com irradiações fantásticas de apoteose”. No entanto, qualquer beleza daquelas manhãs logo era transmutada, quando se iniciava o bombardeio. Ao fazer, naquele dia, uma visita ao hospital de sangue, presenciou um “quadro lancinante, indefinível”, só comparável ao “gênio sombrio e prodigioso” da marcha de Dante pelo inferno:

Porque há uma coisa que só ele soube definir e que eu vi naquela sanga estreitíssima, abafada e ardente, mais lúgubre que o mais lúgubre vale do inferno: a blasfêmia orvalhada de lágrimas, rugindo nas bocas simultaneamente com os gemidos da dor e os soluços extremos da morte. Feridas de toda sorte, em todos os lugares, dolorosas todas... (Cunha, 2003: 115).

“Chorei copiosamente ao ver tamanha multidão, e as feridas que a corroíam” (Alighieri, 2003: 120) – seria aceitável esta ter sido a continuação da fala de Euclides, pois como Virgílio⁴³ questionou a Dante, poderia também, se guiasse o autor de *Os sertões*, ter perguntado a este:

⁴³ O poeta Virgílio, que em *A divina comédia* é o mestre e guia de Dante, aí o levava pelo fim do oitavo Círculo, próximo do último – quando passariam, enfim, do inferno ao purgatório.

“Por que fixas a vista nos tristes mutilados e em seus cruéis lamentos? Não foi assim que procedeste nos fossos antes percorridos” (Alighieri, 2003: 120). Pois, só agora o autor de *Os sertões* mostrava-se visivelmente desapontado e triste por tudo o que havia presenciado, a ponto de reconhecer mudadas, muitas das idéias que até ali possuía e defendia:

Felizes os que não presenciaram nunca um cenário igual...
Quando eu voltei, percorrendo sob os ardores da canícula, o vale tortuoso e longo que leva ao acampamento, sentia um desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitas idéias, perdidas, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue... (2003: 116).

Além do desgosto pela visão lúgubre que teve, Euclides aponta nesta passagem, o primeiro sinal da transformação que aquela experiência na guerra lhe proporcionou e que, posteriormente, lhe possibilitou combinar a força da sua prosa à comoção da sua poesia na escrita de *Os sertões*.

Depois de 1º de outubro, ele só volta a escrever para o jornal em 26 do mesmo mês, de São Paulo. Não se sabe ao certo a data da sua saída do arraial, mas apenas, que nada noticiou da rendição de Antônio Beatinho no dia 2, dos combates de 3 e 4, ou da queda do arraial no dia 5 – fatos noticiados pelos demais correspondentes. Em *O Estado de S. Paulo* apenas havia telegramas desconexos e transcrições das notícias dadas por outros jornais. Sabe-se que ele, no dia 12, saía de Serrinha em direção a Salvador e, de lá, no dia 16, partia para o Rio de Janeiro. Segundo José Carlos Barreto Santana, “quando Euclides da Cunha retornou de Canudos, novamente os jornais de Salvador fizeram referências aos seus estudos (...) que serviriam de base para o futuro livro do autor” (2001: 97). No artigo de

26 de outubro⁴⁴, onde o batalhão de São Paulo é louvado e comparado às bandeiras, o jornalista se cala em relação ao destino das crianças e mulheres prisioneiras de guerra, e em relação à degola. Neste mesmo dia, Afonso Arinos, no *Comércio de São Paulo*, protestava contra aquela prática ordenada pelo general Artur Oscar.

Como pode ter sido observado, as matérias de Euclides, da cobertura da guerra, enviadas para *O Estado de S. Paulo*, foram marcadas por um silêncio em relação às ações do exército republicano, no sentido de não revelar as atrocidades daquela campanha – também apagadas pela censura militar, a que eram submetidos os materiais enviados pelos correspondentes. A exemplo de quase⁴⁵ todos os repórteres da época, o jornalista-tenente reformado se deixou cegar pela máquina propagandista da imprensa e do governo, e, mesmo sendo um narrador-pesquisador humanista, Euclides calou, nas reportagens, denúncias e críticas que mais tarde faria em *Os sertões*. Mas, é certo que, agregado a toda censura e idealismo republicano, o fato de Euclides ter sido nomeado adido do Estado-Maior do Exército, com responsabilidades a cumprir enquanto tal, agravou a necessidade de escolher as palavras que utilizaria em suas reportagens. De qualquer forma, o que se torna claro na leitura do *Diário de uma expedição* é que, diferente das revelações apresentadas em *Os sertões*, não houve em seus artigos críticas à degola, por exemplo, e pouco foi escrito sobre as prisioneiras da guerra. No entanto, durante sua estada na Bahia, ele começou um processo de revisão de suas opiniões, quando

⁴⁴ De acordo com Olímpio de Souza Andrade, “fiel ao silêncio que se impusera, nada disse sobre o que presenciara no sertão. A não ser um artigo sobre *O batalhão de São Paulo* (...) artigo jornalístico, de cortesia do repórter para com seus leitores paulistas, não mais se referiu a Canudos, nem mesmo para comentar o assassinato do marechal Bittencourt” (1966: 148).

⁴⁵ Como foi visto no I capítulo, alguns jornalistas mencionaram os atos de violência das tropas e a crueldade da campanha, ou criticaram o comando da quarta expedição: Afonso Arinos, de *O Comércio de S. Paulo*, Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias* – RJ, Lélis Piedade, do *Jornal de Notícias* – BA, e Manuel de Benício, do *Jornal do Comércio* – RJ.

passou, lentamente, a perceber que Canudos não era a Vendéia. Ainda que não tenha tornado explícita tal suposição, Euclides deixou margem para que se perceba alguma dúvida quanto à desforra monarquista que seria Canudos. E, por fim, no seu último artigo lá escrito, mostra-se claramente desiludido e afirma que lá deixara muitas idéias perdidas. Quatorze dias depois, Euclides escreve o poema “Página Vazia”, que pode ser tomado, simbolicamente, como uma metáfora da gestação da grande e complexa narrativa de *Os sertões*.

“Quem, em verso ou em prosa, lograria descrever o sangue e as espantosas chagas que vi por ali? Nenhuma língua poderia tanto, nem nenhum talento”, afirma Dante (Alighieri, 2003: 116). Aproximando o poema de Euclides deste trecho de *A divina comédia*, conclui-se que existem fatos que, por mais narrados que sejam, não podem ser expressos com toda sua magnitude. Conforme Merleau-Ponty: “a fala não significa substituir cada pensamento por uma palavra” (*apud* Iser, 1979: 91), o que significa dizer que há pensamentos indescritíveis – da mesma forma que há possibilidade de torná-los descritíveis, por meio da imaginação (Sartre). Retornando a Dante, “descrever o mais profundo buraco do universo não é tarefa que se cumpra com prazer (...)” (Alighieri, 2003: 132).

É possível ler, enfim, a “Página Vazia” como um ponto de conversão para o livro, pois aquele simula o silêncio necessário após a forte experiência no teatro das operações, quando em seus artigos não pôde fazer o que fez depois de cinco anos do fim da guerra, ao publicar *Os sertões*. Para Olímpio de Souza Andrade,

o fecho do seu relato perturbador, ele deixara escondido por páginas de um diário, negando-se, entristecido com o que presenciara, a comentá-lo publicamente. Só voltaria a ele quando retomasse o assunto como desejava,

com o vagar que a sua revolta requeria, para expressar com exatidão sob a responsabilidade única e exclusiva do seu nome (1966: 147).

Conforme Andrade, as contradições entre o que Euclides havia presenciado e o que havia revelado, só poderiam ser desfeitas “com vagar, com isenção, com honestidade”. Isto ele fez através do livro publicado em 1902 – resultado da maturação deste processo de deslocamento e delongada mudança.

III

OS SERTÕES: RE-SIGNIFICANDO A PÁGINA VAZIA

Canudos mudou minhas idéias sobre a história, sobre o Brasil e sobre os homens. Mas, principalmente, sobre mim.

Mario Vargas Llosa

Produzir um livro já estava nos planos de Euclides desde que foi enviado a Canudos, onde permaneceu pouco menos de três semanas, remetendo notícias sobre os combates para *O Estado de S. Paulo*. Este jornal, no dia 30 de julho de 1897, publicou uma nota que confirmava a viagem de Euclides e anunciava seu objetivo de “escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro”, que seria um “valioso documento para a história nacional”. Segundo José Calasans (1969), também os jornais baianos, no dia 8 de agosto, informaram que Euclides chegava a Bahia com a finalidade de estudar “as condições geológicas do terreno de Canudos” e escrever um livro sobre aquela guerra.

Com base em tudo o que já havia escrito, lido e presenciado, Euclides conectou toda a sua experiência sobre a Guerra de Canudos e, em dezembro de 1902, publicou *Os sertões*⁴⁶. Conforme Leopoldo Bernucci, a “incorporação de materiais extraídos de fontes ficcionais combinados com os das fontes históricas, científicas e jornalísticas faz de *Os sertões* a primeira grande obra verdadeiramente canibalesca da nossa literatura; um belo antecedente de textos modernistas” (2002a: 15).

⁴⁶ *Os sertões* foi redigido e organizado, incentivado por seu amigo Francisco Escobar, na cidade de São José do Rio Pardo (SP), onde se fixou entre 1898-1901.

Grandemente influenciado pela filosofia determinista, de acordo com a qual o homem é consequência direta do meio, da sua raça e do momento em que vive, o autor de *Os sertões* o dividiu em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*. Porém, para criar seus protagonistas e configurar a nacionalidade brasileira, Euclides buscou outras orientações sociológicas do século XIX, a exemplo da teoria evolucionista de H. Spencer, da doutrina do sociólogo austríaco Ludwig Gumplowicz, do ensinamento do historiador francês Hyppolite Taine, da ciência de Orville Derby e de outros (Santana, 2001). Todavia, mesmo com tamanha cientificidade e historicidade, Euclides não desprezou o efeito estético e literário em sua obra. De acordo com Walnice Galvão, existem, em *Os sertões*, incorreções de reflexões e de informações da ótica de outras disciplinas, que “desaparecem quando o estudo é de natureza literária. Porque o dever número um do artista que escreve literatura é com sua própria imaginação, é com estética, não é com fatos”. Assim, “ele adapta os fatos ao seu projeto estético⁴⁷”.

A manipulação, por Euclides, das afirmações de algumas das suas fontes, como do *Relatório* do padre capuchinho que visitou Canudos, é um exemplo de que ele “está mais interessado no episódio em si, pelas suas potencialidades narráveis, do que na precisão histórica (...)”. Do que Leopoldo Bernucci conclui: “Não é gratuito, portanto, que a reconstrução desse documento pelo autor de *Os sertões* aponte outras características próprias do discurso do imaginário” (1995: 22).

⁴⁷ Isto pode ser comprovado, segundo Walnice Galvão, através das suas correspondências. Após a publicação de *Os sertões*, muitas cartas foram enviadas ao autor por militares que participaram da guerra, corrigindo nomes, locais, acontecimentos etc. Euclides poderia ter retificado tais informações nas edições posteriores de *Os sertões* (que foram corrigidas por ele incessantemente), mas não o fez, pois “nada é gratuito no livro. Como nada é gratuito numa obra literária” (Galvão, 1993: 23-4).

Durante a primeira parte de *Os sertões, A terra*, Euclides dialoga com diversos autores naturalistas e cientificistas, e estuda a natureza do país, com informações minuciosas da geologia, do relevo, do clima e da vegetação, além de análises sobre a formação do continente e do país. Todos os dados selecionados por Euclides e os autores citados por ele, no contexto do livro, convêm para a confirmação científica das suas idéias. Entretanto, “através da linguagem estonteante e persuasiva de Euclides, a representação da natureza chega a ser tão perfeita e detalhada, a despeito de sua factabilidade, que o que passa a adquirir importância parece não ser propriamente o que se narra mas como se narra” (Bernucci, 1995: 107).

À medida que prossegue a viagem a caminho de Canudos, descreve poeticamente o clima paradoxal do dia quente seguido pela noite fria e narra a seca suportável apenas pelas caatingas, pelos juazeiros, umbuzeiros, favelas e juremas, em contraste com as “diluvianas” tormentas:

De um lado a extrema secura dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas (...). De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas (Cunha, 2002: 88).

Narrando “alturas e quedas termométricas”, secas e chuvas, calor durante o dia e frio à noite, ele sintetiza tais aparentes contradições ao afirmar que “a natureza compraz-se em um jogo de antítese” (*idem*, p. 135). Mapas e desenhos também são distribuídos principalmente nesta parte do livro, para ajudar o leitor a localizar os acontecimentos geograficamente. Todo este poético estudo geográfico, geológico e climático não é vão. Após a leitura completa da obra, entende-se a necessidade da primeira parte para a compreensão do todo. José Carlos Barreto de Santana, ao estudar as metáforas geológicas de *Os sertões*, explica:

A geologia aparece como que dotada de vontade e sentimentos, prestando-se com perfeição a esta narrativa de movimento, com suas camadas que se deprimem e se elevam, com suas forças capazes de rasgar as formações rochosas e com massas magmáticas que extravasam do interior desconhecido. Mais uma vez estamos diante de uma representação da natureza em conflito, que prefigura o embate secular entre o homem e o meio, e ainda o combate entre o litoral e o sertão, ou entre o soldado e o jagunço (2001: 113).

Quando, em *A luta*, será narrada a Guerra de Canudos, o leitor já terá em mente diversos tipos de embates propostos na primeira parte do livro. Euclides se refere aos vegetais, por exemplo, que atacados pela atmosfera seca e pelo solo sem adubo, armam-se de espinhos. Ele fala, também, em “plantas sociais” que se unem para a sua mútua proteção, resistindo, como o sertanejo, àquela região de aparente impossibilidade de vida. Ainda, quando Euclides retoma a rápida análise feita na reportagem de 1º de setembro de 1897, e fala do *melocactus* cabeça-de-frade, que uma vez por ano dá uma flor vermelha e faz lembrar uma cabeça decepada, prepara o leitor para a “gravata vermelha” que será delatada na última parte de *Os sertões*. Assim, desde o início do livro o autor tem “uma visão de luta e de agonia, e de combate de forças” (Galvão, 1993: 24). Como observa Walnice Galvão, a vegetação, na obra euclidiana, aparece dotada de desígnio e de vontade de participar da luta, e por isso, alia-se ao sertanejo, transformando-se em importante personagem de *Os sertões*. Desde o artigo jornalístico de 1º de setembro, Euclides já a caracterizava como protetora do homem daquela terra⁴⁸ e, em *Os sertões*, ela passa a ser vista também como a principal arma de resistência do sertanejo: “As caatingas não o escondem apenas, amparam-no” (*idem*, p. 357).

⁴⁸ “Agressiva para os que a desconhecem – ela é providencial para o sertanejo” (Cunha, 2003: 72).

Em *Os sertões*, o sertão eleva-se de espaço físico a espaço não-dimensional, histórico, a partir do qual vão ser discutidos os temas da essência do País. Como afirma Roberto Ventura, citando Euclides, “o espaço geográfico se transforma (...) em palco de um ‘emocionante drama’ histórico” (2000: 14).

O espaço físico de presença determinante já aparece como território cultural, refletindo o feixe de inter-relações históricas e metalingüísticas (...). Se a paisagem física dimensionava as especificidades das comunidades sertanejas, habituadas a reagir à natureza inóspita, a configuração das caatingas, tornada espaço histórico, se apresenta como paradigma identitário, surge como ambiente síntese das contradições de conquista da terra brasileira (Alencar e outros, 2001: 210).

Os sertões será considerada uma obra que reflete a procura pelo “verdadeiro” país, pelo seu povo, que irá revelar a interação entre espaço físico e social, permitindo avaliar “a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação”, segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. Por isto, ainda de acordo com este, “*Os sertões* é sem dúvida, um marco, no sentido em que esboça os elementos em que vai ser pensado o problema da nossa identidade nacional” (1999: 53).

O enfoque principal da segunda parte, *O homem*, é a formação antropológica do brasileiro, resultante da miscigenação de três raças, e mais especificamente, a origem do homem sertanejo⁴⁹ que, semelhante ao clima e à vegetação onde vive, é, para Euclides, um bárbaro, inconstante, rude e impetuoso.

Euclides apresentou o Brasil como um país mal conhecido. O gaúcho, o sertanejo e o paulista se ignoravam, apesar de terem em comum

⁴⁹ Em *Os sertões*, volta a ter destaque o sertanejo que, conforme o artigo de 1º de setembro, tem “uma capacidade de resistência prodigiosa e tem uma organização potente que impressiona” (Cunha, 2003: 73).

um mesmo nível de fanatismo e sentimentalismo⁵⁰. Euclides avalia as disparidades e semelhanças entre estes personagens coletivos, e os relaciona com a diversidade climática, regional e cultural existente no Brasil:

O gaúcho do sul, ao encontrá-lo nesse instante, sobreolhá-lo-ia comiserado. O vaqueiro do norte é a sua antítese. Na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há equipará-los. O primeiro, filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem certo, feição mais cavalheirosa e atraente. A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte. Não conhece os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsicada (2002: 211).

Como no artigo de 15 de agosto de 1897, Euclides explicitará, no livro, os diferentes tipos de brasileiros que, motivados pela guerra, irão se unir para destruir o sertanejo – que seria, para ele, o “cerne da nacionalidade”. Em *Os sertões*, Euclides retoma trechos deste artigo, com algumas modificações: troca a expressão “caráter destruidor”⁵¹ por “função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões”, e acrescenta: “Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência” – e não mais “civilização” – “aqueles rudes compatriotas retardatários” (2002: 682).

⁵⁰ O mesmo grau de paixão e veneração que faziam os sertanejos gritarem: “Viva Belo Monte! Viva Conselheiro!”, era sentido também pelos soldados que respondiam com o mesmo fervor: “Viva a República! Viva o Marechal Floriano!”.

⁵¹ Trecho do artigo: “penso que a nossa vitória amanhã não deve ter exclusivamente um caráter destruidor. Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade” (Cunha, 2003: 74).

Conforme o autor de *Os sertões* – intelectual em sintonia com o seu tempo e com as teorias em voga na época –, o contraste é a mais significativa feição nacional e, por isso, não havia como comparar as nossas *raças* com as européias. Segundo Euclides, a mistura de sangue era prejudicial, pois fazia do povo brasileiro uma sub-raça, ou raça inferior. Para o autor, que não explora o estudo do processo de mestiçagem em seus artigos jornalísticos, no livro, “o mestiço (...) é um decaído, sem a energia física dos ancestrais selvagens, sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores” (*idem*, p. 200). Ainda assim, ele buscava estudar uma possível unidade étnica nacional – “o brasileiro, tipo que se procura (...) só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo” (*idem*, p. 155) –, o que era reflexo dos anseios presentes nos países recém emancipados do *novo mundo*. Conforme Berthold Zilly, os letrados brasileiros do século XIX, que tanto acreditavam nos benefícios da República, das ciências e da civilização, “se viram diante de importante missão histórica: ajudar a construir uma nação civilizada”, quando, no entanto, “a falta de coerência e unidade étnica da nação-Estado parecia pôr em perigo a jovem República” (s/d: 305-11).

Em *O homem*, Euclides interpreta o conflito formador do povo brasileiro, presente no choque entre dois processos de mestiçagem: litorâneo (mulato) *versus* sertanejo (historicamente isolado e sem tantos componentes africanos, pois, conforme o autor, era fruto da mistura do índio com o bandeirante⁵²). Segundo o escritor, estes dois processos se diferenciavam senão pelos elementos que os formavam, pela condição do meio em que viviam. Sobre o assunto, Roberto Ventura afirma que:

⁵² Paulista que subia o Rio São Francisco para desvendar novas terras e que manteve no interior do sertão nordestino, tradições seculares e o misticismo medieval português.

Euclides negou a primazia evolutiva das populações litorâneas e inverteu a oposição entre litoral e sertão. Ao afirmar o caráter específico da miscigenação sertaneja, expandiu a idéia de nação e valorizou o país interior em vez do litoral, em contato com o exterior. Nos sertões se localizariam os contornos de uma cultura nacional, original quanto aos padrões metropolitanos de civilização (1991: 55).

Conforme Ventura, intelectuais da época, a exemplo de Nina Rodrigues, opõem o litoral ao sertão, pensando aquele como “reduto da civilização e dos grupos brancos”, e este como “dominado por uma população mestiça, infantil, inculta, em estágio inferior da evolução social” (*idem*, p. 54). No entanto, na obra euclidiana, o sertão aparece como o lugar onde a nacionalidade estaria pura e livre das influências estrangeiras – tão fortes no litoral –, dando a matéria para que se trate de problemas nacionais. Como observa Berthold Zilly, em *Os sertões*, “a civilização é apresentada como ambígua, benfazeja, sim, além de necessária, porém com aspectos perigosos e decadentes, podendo com suas ‘aberrações e vícios’ atropelar o mestiço despreparado” (s/d: 325). Para Nina Rodrigues, “os mestiços seriam igualmente incapazes de compreender a passagem da monarquia para a República, forma política tida como superior”, por isso, para ele, Canudos seria tão monarquista quanto fetichista, “menos por ignorância, do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto” (Ventura, 1991: 54-5).

A dicotomia, presente em *Os sertões*, entre “litoral” *versus* “sertão” formula o discurso sobre a nacionalidade brasileira, no qual o sertanejo – “rocha viva”, cerne do verdadeiro brasileiro – é o paulista que se isolou no sertão nordestino, em consequência do nomadismo das bandeiras. A metáfora arqueológica “rocha viva” sugere o *sertanejo* como a parte

interior de uma rocha⁵³, onde se encontra a sua verdadeira essência, uma vez que seus elementos não se mesclam com outros que não lhe pertencem. Ao contrário, porém, na superfície, onde estaria localizado o *litorâneo*, há uma constante “mistura” dos elementos próprios da rocha com outros estrangeiros a ela: “Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos (...). Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pelas guerras” (Cunha, 2002: 195).

Segundo Euclides, o “mestiço proteiforme do litoral” era completamente distinto da “uniformidade notável” que se observava nos habitantes do sertão. Nestes, encontravam-se “os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios, nas mesmas virtudes” (*idem*, p. 199).

Ao passo que no litoral, conforme Euclides, “se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição”, nos povoados sertanejos haviam sido erigidas, vagarosamente, as missões indígenas, em antigas aldeias eretas pelos jesuítas. E, assim, “enquanto o negro se agitava na azáfama do litoral, o indígena se fixava em aldeamentos que se tornariam cidades” (*idem*, p. 192). O autor de *Os sertões* lê o interior do Brasil de forma diversa ao desvario e enfermidade que observa nas grandes cidades litorâneas: “O abandono em que jazeram (...) evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados. É um retrógrado, não é um degenerado” (*idem*, p. 203). Euclides descreve inúmeros defeitos do sertanejo, advindos da sua inferioridade racial, da sua preguiça e atraso, mas deixa claro que o

⁵³ Granito, cuja mistura de três elementos (feldspato, mica e quartzo) supõe relação com a miscigenação do indígena, africano e europeu.

degenerado é o habitante da capital, exposto ao progresso e a todo tipo de devassidão e infortúnio: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (*idem*, p. 207).

A *Luta*, a terceira parte de *Os sertões*, é a narração da guerra, a partir dos seus antecedentes – quando Antônio Conselheiro adquire em Juazeiro certa quantidade de madeira para construção da igreja nova de Belo Monte (Canudos), mas no prazo estipulado não a recebe.

Baseado no boato de que os conselheiristas invadiriam Juazeiro para arrebatam a madeira à força, o juiz de direito deste lugarejo pede reforços ao governo estadual, que para lá envia a primeira expedição militar contra Canudos, comandada pelo tenente Pires Ferreira. Chegando em Juazeiro, a expedição encontra a cidade assustada, mas sem os supostos invasores. Então, resolve marchar em direção a Canudos. Cento e cinquenta quilômetros depois, em Uauá, o primeiro embate acontece, quando centenas de conselheiristas vão até aquela pequena cidade, rezando, louvando, aparentando uma simples procissão. Apesar de o menor número de mortos ter sido da parte do exército, este foge assombrado e vencido. É formada, em consequência da derrota anterior, a segunda expedição militar contra Canudos, sobre o comando do major Febrônio de Brito. Devido às emboscadas e constantes ataques dos conselheiristas contra o exército, este novamente é obrigado a recuar e retornar, antes mesmo de alcançar a cidade almejada. A terceira expedição, liderada pelo famoso coronel Moreira César, é vencida com a morte deste e a debandada dos soldados republicanos, que somavam em mais de 1300 homens. Por fim, foi montada a quarta expedição⁵⁴, comandada pelo general Artur Oscar de

⁵⁴ A quarta e maior expedição foi composta por tropas de 17 estados (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará e Paraná), e o

Andrade Guimarães, cujo objetivo era “lavar a honra do exército” após a surpreendente derrota da expedição Moreira César. A opinião pública estava histérica e determinava a necessidade de medidas decisivas do governo, para que o conflito fosse logo solucionado. Seis meses depois, termina a resistência sertaneja dos “adversários moribundos”, nas palavras de Euclides, vencida também pela fome e pelo cansaço, e é encontrado o corpo do líder Antônio Conselheiro.

Em *A Luta*, Euclides narra diversas ações das tropas, censura e opina sobre as falhas de muitas delas, relata os números de baixas, elucida algumas das táticas e vitórias dos sertanejos, descreve com detalhes muitos dos combates, fala dos perigos, desânimos, atitudes, confusões, “trunfos pelo telégrafo”, explica a ação da imprensa durante a guerra e a reação da população frente às notícias recebidas, e critica grande quantidade destes acontecimentos por ele narrados.

As ações da imprensa representadas na obra euclidiana

Ao partir do jornalismo para o *texto literário*, no sentido de uma narrativa construída no cruzamento de saberes e de recursos lingüísticos expressivos, Euclides perpetuou o tema da guerra e das injustiças no país e estabeleceu formas de expressão dos temas nacionais. Consolidou, além disso, as bases de uma história da comunicação e da formação da opinião pública nacional ancorada em referenciais locais. Para tanto, analisou a forma como os jornais estavam manipulando os dados contra Canudos e como o novo sistema republicano estava agravando a instabilidade nacional, e criando heróis (a exemplo do coronel Moreira César), segundo

efetivo militar era formado de seis Brigadas, com duas colunas que, por posições opostas, investiam contra o arraial.

seus próprios interesses, a partir de uma “sentimentalidade suspeita” da nação.

Euclides, desiludido com a República a que apoiou com tanto afincamento durante o período em que estudou na Escola Militar, em *Os sertões*, não poupou ofensas e críticas ao novo governo, à imprensa e ao exército do qual fazia parte. Como afirma Pedro Lima Vasconcelos, a reviravolta de Euclides (da sua escrita jornalística ao livro) “torna sua obra-prima ainda maior, digna de celebração pelo fato de seu autor, ao fazer esse percurso, investir contra aquelas instâncias nas quais sempre confiou e aliar-se a gente em cuja causa não punha a menor confiança” (2002: 114). Desta forma, a “instância” República é revisada como um tema “central na obra de Euclides da Cunha, revelando uma preocupação que manteve ao longo da vida” (Ventura, 1996: 275). Todavia, no livro, a antiga “militância pela República” se transforma em “descrença com os rumos do novo regime”. Ainda, conforme Roberto Ventura,

Sua revisão da República resultou de uma longa e sofrida reelaboração, em que deixou transparecer certa dose de culpa ou remorso pelo silêncio cúmplice a que precisou se submeter. (...) Defrontou-se, no calor da hora, com a impossibilidade de erguer a voz ou de brandir a pena contra os desmandos de um regime político, em que desapareciam os contornos entre heróis e bandidos, entre civilização e barbárie (*idem*, p. 285).

O autor, em *Os sertões*, ao discutir uma República antes por ele apenas reverenciada, revela a súbita chegada desta forma de governo, por meio de um golpe militar – o que originou problemas ao novo regime. Euclides, então, ironiza⁵⁵ a reação de incompreensão a Canudos, por parte dos republicanos exaltados daquele período, onde se inclui:

⁵⁵ A ironia, frequentemente presente no discurso retórico, é uma figura muito utilizada por Euclides em *Os sertões*. Conforme S. A. Kierkegaard, a ironia se caracteriza por ser uma “negação do fenômeno imediato”; ela se mostra como “aquela que compreende o mundo, que

Vivemos quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo (2002: 317).

A feição da República brasileira, diferente da idealizada, havia sido mencionada apenas superficialmente por Euclides em algumas crônicas jornalísticas. Mas o desapontamento pela inesperada aparição deste sistema político instaurado no Brasil, calado em seus artigos, é explicitado e criticado no livro. Em *Os sertões*, o autor censura, igualmente, os intelectuais republicanos do Brasil, que tentavam copiar os “códigos orgânicos de outras nações”, enquanto negligenciavam a própria nacionalidade, e por isso não compreendiam os “rudes patrícios” do sertão⁵⁶:

Vimos no agitador, (...) adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.

E Canudos era a Vendéia...

Entretanto, quando nos últimos dias do arraial foi permitido o ingresso nos casebres estraçalhados, salteou o ânimo dos triunfadores decepção dolorosa. (...) Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. (*idem*, p. 318).

Em *Os sertões*, Canudos não era mais a Vendéia dos seus primeiros artigos sobre o acontecimento. A obra euclidiana, que havia sido projetada

procura mistificar o mundo circundante, não tanto para ocultar-se quanto para fazer os outros se revelarem” (1991: 219). A ironia “ensina a realizar a realidade, a colocar a ênfase adequada na realidade” (*idem*, p. 275), e quando presente no texto, ela permite uma espécie de diálogo do autor com o leitor, pois interrompe e descostura “o fio narrativo linear (...) para inserir reflexão sobre o texto, sobre o leitor”, sobre o acontecimento narrado, etc. (*idem*, p. 67).

⁵⁶ Mais uma vez a obra euclidiana apresenta a dualidade litoral X sertão, aqui traduzida pela oposição: modernidade X tradição, civilização de copistas X autenticidade. Conforme Nísia Trindade Lima, “a percepção dessa dualidade está relacionada à construção de dois tipos de estranhamento ou desterro – o dos sertanejos e o dos intelectuais que sobre eles escrevem” (2002: 74).

com o mesmo título daqueles – *A nossa Vendéia* –, revela o processo de revisão das idéias do autor e ironiza o paralelo que seria “levado às últimas conseqüências”⁵⁷. Mas, no livro, Euclides não abandona completamente a alegoria, quando volta a dizer: “Canudos era a nossa Vendéia”, e compara os insurretos da Vendéia e sua vegetação ao *jagunço* e às caatingas. Abordando esta metáfora euclidiana, Leopoldo Bernucci faz alusão a um “duplo movimento”, uma “oscilação” que

além de refletir no plano do tropo a incerteza ou dúvida do autor quanto à validade de sua aplicação ao caso Canudos, denuncia também as suas limitações, ora mostrando a semelhança (símile), ora mostrando a identidade (metáfora). Se Canudos não é a Vendéia em sua forma mais completa, ao menos se parecerá com ela (1995: 26).

Em sua obra, Euclides faz referência a um “mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias (...) e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha” (2002: 365-6). No entanto, esta comparação, no livro, está contextualizada pela justificativa dos erros da segunda expedição. O exército brasileiro, conforme Euclides, “não olhou para o ensinamento histórico”. *Os sertões* apresenta alguns aspectos de semelhança entre o *chouan* e o *jagunço*, mas em uma outra perspectiva. Aqui, ele não era mais representado como o inimigo que lutava pela restauração monárquica.

Segundo Euclides, em 1897, a população brasileira – “organização intelectual imperfeita” – ainda não compreendia a República, ou não havia se adaptado “à legislação superior do sistema político recém-inaugurado”. A “série de sedições e revoltas, emergentes desde os primeiros dias do novo regime” revelava, para o autor, que “o governo civil, iniciado em 1894, não tivera a base essencial de uma opinião pública organizada”.

⁵⁷ Metáfora comparativa explorada por ele no jornal.

(*idem*, p. 417-8). Assim, “Canudos teria sido o resultado da instabilidade dos primeiros anos de uma república decretada ‘de improviso’ e introduzida como ‘herança inesperada’” (Ventura, 1996: 284). Conforme Euclides, coincidindo esta “fase crítica da nossa história” com o fracasso da segunda expedição⁵⁸, conforme a obra euclidiana, era urgente a formação de uma terceira, que foi organizada sobre o comando do coronel Moreira César. A terceira expedição foi a mais conhecida e esperada pelo povo do sertão. Em Canudos, imaginavam o coronel Moreira César “herói de grande número de batalhas”, o “anticristo”, conhecido pela prática de degolar todos os seus inimigos – razão do apelido que lhe foi dado: “corta-cabeças”.

Por não contar com a simpatia de Euclides da Cunha, assim o autor explica o convite feito pelo governo brasileiro a Moreira César, para comandar a terceira expedição: “O fetichismo político exige manipulansos de farda. (...) Nos dias ainda vacilantes do novo regime, o governo parecia desejar ter perto de si aquele esteio firme – o homem para as crises perigosas e para as grandes temeridades” (2002: 421-6).

O novo regime precisava se solidificar, e como desde a abolição, conforme Euclides, o exército se tornara “elemento ponderador das agitações nacionais”, Moreira César, o “grande debelador de revoltas”, parecia representar para o governo a proteção necessária. Mas, segundo aquele autor, este coronel era incapaz de prever inconvenientes e possuía a “inciência de princípios rudimentares da sua arte”; enfim, era um péssimo estrategista. Além disso, para Euclides, ele era um desequilibrado que possuía um “temperamento desigual e bizarro de um epilético provado”: “O aspecto reduzia-lhe a forma. De figura diminuta – um tórax desfibrado

⁵⁸ O país, anteriormente, havia sido informado das supostas fraquezas dos sertanejos, logo, recebe a notícia da derrota do exército brasileiro como uma estranha e terrível novidade.

sobre pernas arcadas em parêntesis – era organicamente inapto para a carreira que abraçara. (...) A fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgracioso e exíguo” (*idem*, p. 422).

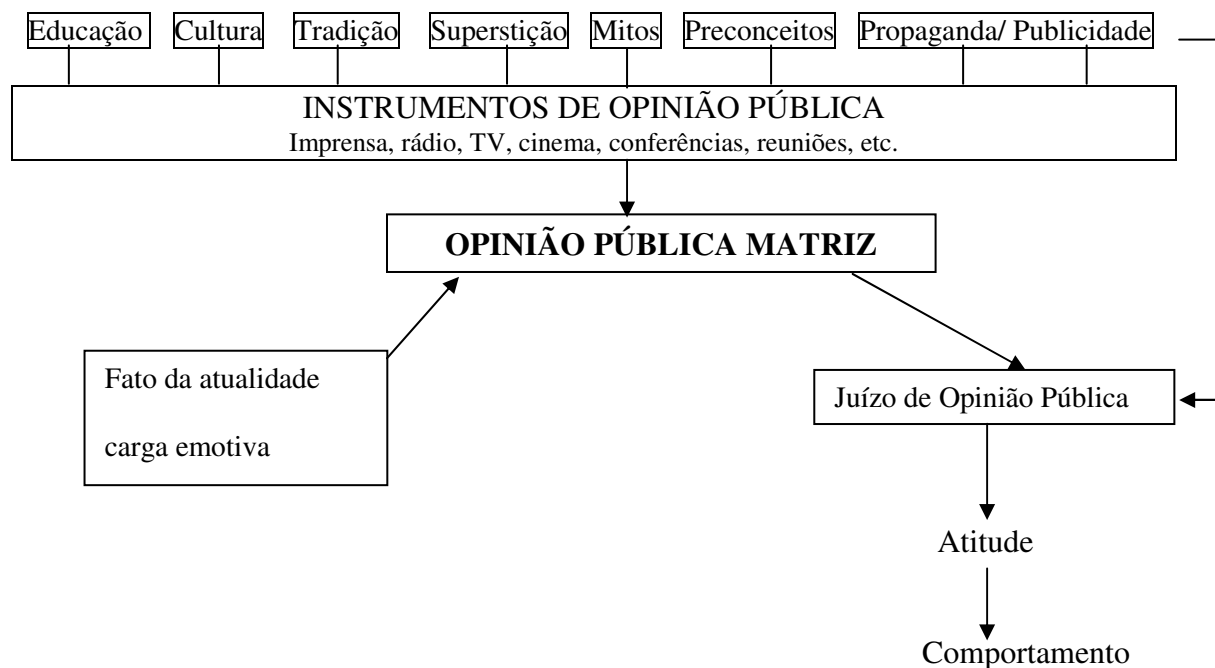
Apesar da sua aparência de fragilidade, no entanto, “em torno do nomeado criara-se uma legenda de bravura”, pois, pela alienação⁵⁹ política em que vivia as massas urbanas, o brasileiro, segundo Euclides da Cunha, era facilmente influenciado:

(...) as maiorias conscientes, mas tímidas, revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas – sobretudo nas ruas – individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo (*idem*, p. 419-20).

Sem conhecimento real da situação política do país e com informações muitas vezes manipuladas, a população era levada a um “entusiasmo suspeito pela República”, que a fazia apoiar delitos de diversas ordens e constituir heróis, segundo Euclides, até mesmo a criminosos. Destarte, foi formada uma opinião pública sobre o heroísmo de Moreira César, que pode ser analisada a partir do esquema de Vitaliano Rovigatti (*apud* Côrrea, 1988: 37). De acordo com este, a instalação de uma opinião pública matriz se concretiza via os meios de comunicação de massa, a partir de fatores determinantes – como educação, cultura, tradição, mitos, superstição, preconceitos, além da própria publicidade e da propaganda – que modelam a percepção dos sujeitos:

⁵⁹ De acordo com André Bueno, esta alienação designa muito da experiência cidadina, moderna e contemporânea, indicando a crise e os conflitos de sujeitos sem raízes, fragmentados, à deriva, “expostos à violência de uma vida cotidiana burocrática e impessoal”, vivendo o “mal-estar na metrópole moderna e contemporânea criada pelo capitalismo” (Bueno, s/d: 89). O prelúdio desta perda de sentidos e de humanidade experimentada na cidade moderna foi bem expresso por Euclides da Cunha, em *Os sertões*, que, há um século, bem soube expressar o processo de “psicologia coletiva” das massas urbanas.

SISTEMA DA OPINIÃO PÚBLICA (Segundo Vitaliano Rovigatti)



Alguns fatores possibilitaram a formação desta opinião pública matriz, influenciando não apenas o juízo de opinião como os próprios meios de comunicação. Euclides da Cunha, no capítulo destinado à narração da terceira expedição, expõe alguns destes fatores⁶⁰ determinantes na criação daquele “herói nacional”:

1. Fatores políticos:

De acordo com Euclides, o governo de Floriano Peixoto “destruíra e criara revoltosos. Abatera a desordem com a desordem”. O também intitulado *Marechal de ferro* “agia inteiramente fora da amplitude da opinião nacional, entre as paixões e interesses de um partido que (...) congregava todos os medíocres ambiciosos”. E como fruto deste

⁶⁰ Os fatores exemplificados no esquema de Vitaliano Rovigatti (educação, cultura, tradição, mitos, superstição, preconceitos, publicidade e propaganda) serão aqui substituídos por outros, localizados na obra de Euclides (fatores políticos, psicológicos, sociais, culturais e biológicos).

governo que “agravava a instabilidade nacional”, Prudente de Moraes encontrou o país dividido em “vitoriosos e vencidos” (além da luta entre republicanos e monarquistas, havia uma luta interna entre aqueles que haviam juntado forças para derrubar a monarquia: militares e civis; cafeicultores e oficiais do exército; gonçalvistas e vianistas etc.), e não possuía a base de uma opinião pública organizada. Diante de tudo isso, havia a “necessidade” de um novo ídolo, Moreira César, a fim de devolver a boa imagem da República perante o país (2002: 418-21).

2. Fatores psicológicos:

Euclides da Cunha compartilha as opções teóricas de Nina Rodrigues, quando este defende a existência de “epidemias vesânicas”, ou seja, uma espécie de desagregação mental ou desordens psíquicas, típicas dos estados de alienação que ocorrem nas coletividades. Porém, segundo Euclides, essas doenças não acometiam apenas as comunidades sertanejas, mas também outros segmentos da nação. Os soldados defensores da República⁶¹, por exemplo, foram vítimas dela: “é que um exército é antes de tudo, uma multidão...”. *Multidão*, para ele, era uma formação de elementos heterogêneos que, unidos por uma paixão, sofrem uma metamorfose, tornando-se “um animal único” com “finalidade irresistível” (*idem*, p. 458). Falando da nação, o autor de *Os sertões* afirma: “Viu-se, então, um caso vulgaríssimo de psicologia coletiva: colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral constituiu-se veículo propício à transmissão de todos os

⁶¹ Conforme Euclides, “há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados” (*idem*, p. 617).

elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente deplorava” (*idem*, p. 419).

3. Fatores sociais:

Ainda conforme Euclides, a área social, em fins do século XIX, no Brasil, foi marcada por um clima de desordem. A “sanguinolenta guerra civil”, que “desde os primeiros dias do novo regime” (República) fez emergir uma série de rebeliões, golpes, manifestações e revoltas, fazia com que a opinião pública oscilasse e ficasse vulnerável à mistificação, expropriação ou exploração⁶² por parte dos poderosos e dos que detinham os mais importantes veículos de comunicação – na época, os jornais. A *Revolta de Setembro*, ou *Revolta da Armada*, da qual Euclides participou construindo trincheiras e fortificações no Rio de Janeiro, foi um dos exemplos de sublevações que aconteceram neste período, e à qual Euclides fez menção no livro.

4. Fatores culturais e biológicos:

Conforme Euclides, “segundo o processo instintivo, que lembra na esfera social a herança de remotíssima predisposição biológica, tão bem expressa no *mimismo psíquico*”, os brasileiros, facilmente, revestiam-se “da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a

⁶² Segundo Corrêa (1988: 24), *mistificação* da opinião está ligada ao fator cultural, quando se coloca uma situação que não tem nada em comum com a opinião pública, como se fosse própria desta. *Expropriação*, decorrente de uma circunstância psicossocial, acontece quando há uma vulnerabilidade das opiniões, e algum setor do poder utiliza a opinião pública existente para confirmar atos praticados, sem ter verdadeiramente o aval desta. A *exploração* da opinião pública é resultante de uma situação social, relacionada com uma maneira de criar artificialmente opiniões que aprovelem ou aumentem a credibilidade de algo, a partir de um dado que possa ser utilizado. É um exemplo de exploração de opinião, o resultado de certas pesquisas que são controladas por candidatos ou partidos políticos. Assim, “a opinião pública é objeto de permanente expropriação, exploração e mistificação por parte dos setores que controlam o poder, com o propósito de preservá-lo e conservar inalteradas as suas estruturas” (*idem*, p. 28).

frente”. Conforme nota de Leopoldo Bernucci, *mimismo psíquico* – expressão de Scpio Sighele – significa o “contágio que fatalmente sofre o indivíduo que se encontra entre uma multidão enfurecida ou exaltada”. Para Euclides, a sociedade brasileira estava se contaminando, embaraçada “num estreito círculo de idéias”, sem uma correta orientação, ao viver da “cópia grosseira de um jacobinismo pouco lisonjeiro à história” (Cunha, 2002: 420). Hoje, poderíamos considerar que Euclides previa a gestação de uma sociedade como a de massas – na qual a indústria cultural neutraliza as decisões autônomas do indivíduo – que “resulta da desintegração das culturas locais e na qual as funções comunicativas são necessariamente impessoais e anônimas” (Wolf, 1999: 26).

Todos os fatores citados⁶³ e explicados acima influenciaram ou foram utilizados, de alguma maneira, pelos *instrumentos de opinião pública* (meios de comunicação social: jornais, telégrafo etc.) na ação de formar e desenvolver a opinião pública matriz sobre o heroísmo de Moreira César. Para a formação desta, existiu ainda, de acordo com o esquema apresentado e com o livro de Euclides, a influência direta de fatos da atualidade (do período da guerra) – como os fuzilamentos impiedosos praticados por aquele coronel na revolta da armada⁶⁴, o assassinato do jornalista⁶⁵ que ofendera o exército, além de outras famosas histórias de

⁶³ É facilmente notado como os fatores se entrecruzam e se complementam. Aqui, houve uma tentativa de separá-los, para um melhor esclarecimento de como Euclides contextualizou e explicou o fenômeno da opinião pública, mas todos esses fatores estão fatalmente ligados uns aos outros.

⁶⁴ De acordo com Euclides, “os fuzilamentos (...) abalaram tanto a opinião nacional que, ao terminar a revolta, o governo civil, recém-inaugurado, pediu conta de tais sucessos ao principal responsável” – Moreira César (2002: 427).

⁶⁵ A vítima foi Apulcro de Castro, redator-chefe da gazeta carioca *O Corsário*. Segundo Leopoldo Bernucci, “O crime hediondo foi matéria de primeira página na maioria dos jornais brasileiros nos dias que se seguiram” (Cunha, 2002: 425).

degolações e crueldades praticadas por Moreira César. A carga emotiva também influenciou a formação da opinião com semelhante intensidade: “Porque o princípio geral da relatividade abrange as mesmas paixões coletivas. Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas” (Cunha, 2002: 429-30).

Assim, essas “paixões coletivas” (carga emotiva), somadas aos fatos da atualidade e aos fatores que influenciaram os instrumentos de comunicação, foram responsáveis pelo “juízo de opinião pública” que resultou na atitude de criação de um herói:

A opinião pública nacional oscilava espelhando os mais díspares conceitos no aquilatar vitoriosos e vencidos; e nessa instabilidade, nesse baralhamento, nesse afogueado expandir da nossa sentimentalidade suspeita, o que de fato se fazia em todos os tons, com todas as cores e sobre aspectos vários – era a caricatura do heroísmo (*idem*, p. 421-2).

Através de *Os sertões*, é possível, então, concluir que: alimentado pela imprensa, o mito do herói era disseminado pela “instabilidade” da opinião pública nacional, neste período da história brasileira. Mesmo surpreendendo tanto a admiradores quanto a adversários pelo seu aspecto físico, conforme Euclides, Moreira César possuía a fama e a autoridade de um herói nacional.

Com a derrota da terceira expedição e a morte do coronel Moreira César, atingido por dois tiros quando tentava entrar no povoado de Canudos, a opinião pública ficou histérica. Conforme Olímpio de Souza Andrade, “as repartições encerraram o expediente e o comércio cerrou as portas, em sinal de pesar pelo duro revés sofrido pelos defensores da República”. E mais: “os telegramas inventavam e os boateiros aumentavam o noticiário corrente” (1966: 88). O *Jornal de Notícias*, da Bahia, no dia 08

de março, em primeira página, informou: “Ao cair sobre a alma baiana, a desgraçada notícia, a cidade envolveu-se em tristeza. Em toda as casas, em todos os grupos, a nota das conversas e dos comentários era o terrível insucesso, por todos lamentados”. Canudos tanto era o assunto em voga que, no dia seguinte, o mesmo jornal publicou a seguinte nota: “a nossa edição de ontem, apesar de grandemente aumentada, não bastou à procura”. Os jornais vendiam e a notícia se espalhava. No *Diário da Bahia* desta mesma data (terça, 09/03/1897), em primeira página, após falar no “insucesso” como a uma “catástrofe”, um “desastre” que caiu sobre o “espírito público”, afirmou: “é sabido nos mais longínquos centros para onde o telegrafo já participou a desoladora notícia”.

A imprensa sabia que o relato do fracasso poderia diminuir a sua credibilidade (pois, até então, vinha noticiando a vitória da terceira expedição como certa) e a do próprio sistema político. Essa possibilidade de descrédito a fez acionar grupos de pressão, pois sem confiança, a influência sobre a população tornar-se-ia ineficaz, e sem o seu apoio, não haveria como utilizar a opinião pública para justificar a guerra e as ações de extermínio. Assim, a quarta expedição foi reação ao malogro anterior: “A quarta expedição organizou-se através de grande comoção nacional, que se traduziu em atos contrapostos à própria gravidade dos fatos. Foi a princípio o espanto, depois o desvairamento geral da opinião” (Cunha, 2002: 497).

A notícia daquele revés foi tida como uma tragédia nacional, um desastre. Segundo Euclides, para explicar a vitória sertaneja e o “esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate” surgiu “um intenso agitar de conjecturas”. Conforme o autor, entre os “vagos comentários” que depois se transformaram em “inabalável certeza”, estava o de que os sertanejos não agiam isolados, e sim com o auxílio de monarquistas e estrangeiros. Começou a ser espalhado e

informado também pela imprensa, que os “jagunços” estavam recebendo ajuda do exterior com o fim de restaurar a Monarquia. Afinal, conforme Euclides, “era preciso uma explicação qualquer para sucessos de tamanha monta”. Explicações estas que ele próprio favoreceu a disseminação nos artigos escritos em 1897.

No capítulo em que narra a quarta expedição, Euclides cita trechos das reportagens sobre a guerra, que estavam sendo publicadas nos jornais da época. Assim, ao explicar aos leitores o processo de comunicação que estava acontecendo naquele momento e reprovar a atuação dos formadores de opinião – dentre os quais, implicitamente, se inclui –, ele denuncia a manipulação da opinião pública, então fomentada. O autor não faz críticas explícitas à sua atuação enquanto jornalística. Ao percorrer o livro, um leitor desatento pode ter dificuldades em concluir que está diante de uma *mea culpa* – embora sejam perceptíveis algumas indicações do narrador, em trechos ambíguos onde ele utiliza a primeira pessoa do plural para refletir sobre a incompreensão brasileira daquele episódio: “pouco nos avantajávamos aos rudes patricios” (*idem*, p. 502); “não vimos o traço superior do acontecimento” (*idem*, p. 503) etc.

O narrador de *Os sertões*, através de uma focalização interventiva⁶⁶ e utilizando a primeira pessoa do plural, convida o leitor a ler *letra por letra* o que havia sido publicado nos jornais, como *Gazeta de Notícias* e *O País*: “Exageramos? Deletreemos, ao acaso, qualquer jornal daqueles dias” (*idem*, p. 498). Conforme Lícia Soares de Souza, neste trecho, Euclides “se inscreveu de maneira indissociável na organização textual, através da passagem a uma primeira pessoa do plural, o *nós* inclusivo, com o discurso direto que introduz citações literais”. Isso, ainda de acordo com a autora, “instaura uma relação efetiva de interlocução com os leitores de todas as

⁶⁶ Através da qual, o autor intervém com opiniões próprias ou comentários.

épocas, para quem ele deve explicar o processo de comunicação que imperou naquele momento decisivo” (2001: 52)⁶⁷. Euclides, então, começa, por meio de um metadiscurso – através do qual revelou negação e ironia –, a chamar atenção para os discursos e os pontos de vista dos jornais, se excluindo em relação aos mesmos:

Doutrinava-se: (...).

Concluía-se: (...).

Explicava-se: (...).

Afirmava-se: Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parilhas com o mal (...).

E assim por diante (2002: 498-9).

Com o fim de comprovar as mentiras e o falso julgamento da imprensa da época, Euclides destacou como os jornais republicanos propagavam que o monarquismo revolucionário, através de Canudos, “queria destruir a República e a unidade do Brasil”. Conforme observa Lícia Soares de Souza, ele, então, ironiza a constante repetição dos enunciados (“a mesma toada em tudo. Em tudo a obsessão do espantinho monárquico”), marca a instalação da controvérsia⁶⁸ (“A opinião nacional esbatia-se de tal modo na imprensa. Na imprensa e nas ruas”) e registra como a repetição já conduzia a um “acordo parcial de opinião” (Souza, 2001: 53), que começava a motivar atitudes⁶⁹:

Alguns cidadãos ativos congregaram o povo na capital da República e resumiram-lhe a ansiedade numa moção incisiva:

⁶⁷ A professora Lícia Soares de Souza, no artigo “Memória e identidade na formação de uma opinião pública nacional em *Os sertões*”, realiza um estudo sobre a formação da opinião pública representada em *Os sertões*. Ela trabalha, a partir de semiótica narrativa, com as focalizações do autor, em distintos momentos do livro, para então discutir as tensões na opinião nacional, conforme Euclides da Cunha.

⁶⁸ Necessária para que seja formada uma opinião pública.

⁶⁹ Segundo ainda Lícia S. de Souza, a atitude (manifestação) é orientada pelo juízo de opinião e é causadora de “comportamentos balizados pelo acordo consensual” (2001: 53).

“O povo do Rio de Janeiro reunido em meeting e ciente do doloroso revés das armas legais nos sertões da Bahia, (...) aguarda, ansioso, a sufocação da revolta” (Cunha, 2002: 499).

O autor de *Os sertões*, assim, criticou a forma como o juízo de opinião estava sendo formado, de acordo com interesses de grupos, principalmente por meio da imprensa. Como exemplo pontual, Euclides cita, ainda, o discurso falacioso do presidente da República que “por sua vez quebrou a serenidade habitual”. Conforme Euclides, assegurou o presidente: “Sabemos que, por detrás dos fanáticos de Canudos, trabalha a política. Mas nós estamos preparados, tendo todos os meios para vencer, seja como for, contra quem for” (*apud* Cunha, 2002: 500).

O discurso do presidente, juntamente com o posicionamento explícito da imprensa, acabaram reforçando a atitude das multidões que invadiram, destruíram e queimaram as tipografias e redações de jornais monarquistas da rua do Ouvidor, assassinaram o monarquista e jornalista Gentil de Castro (proprietário da *Gazeta da Tarde* – RJ), apedrejaram o palácio em que viveu a princesa Isabel e atacaram a sede de *O Comércio de São Paulo*. O jornal *O Paíz*, de 7 de março de 1897, publicou a seguinte notícia sobre o que aconteceu na capital paulista:

O povo estava aglomerado no largo do Palácio para ouvir a música que ali tocava, quando teve a notícia da derrota das forças republicanas no comando do coronel Moreira César. Prorromperam imediatamente os vivas à República e morras a monarquia, abaixo os monarquistas. Em seguida o povo postou-se em frente ao *Estado*, onde estava afixado os primeiros telegramas sobre a morte do coronel Moreira César, pronunciando-se ali inúmeros discursos (...). Foi então que nasceu a idéia de ser empastelado o *Comércio* (*apud* *Jornal de Notícias* – BA, 12/03/1897).

Sobre o acontecimento, *O Estado de S. Paulo* publicou no dia 8: “Ao noticiar o que ontem afixamos à porta do escritório, causou uma

dolorosíssima impressão no espírito público. Dentro de alguns minutos tornou-se enorme a aglomeração de pessoas do povo, não só em frente à redação desta folha, como em toda a extensão da rua” (*apud Jornal de Notícias – BA, 15/03/1897*).

Mesmo após a destruição das tipografias e redações de três jornais cariocas (*Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*), ao som de gritos e vivas à República, o *A República*, de 08 de março de 1897, informou: “da profunda comoção que perturbou ontem a cidade, pode-se dizer que reinou perfeita ordem em toda ela. (...) Não nos consta que tivesse havido nenhum excesso ou conflito pessoal” (*apud Villa, 2002:13*).

De acordo com Renato Cordeiro Gomes, o mito de Babel⁷⁰ simula a confusão, o centramento e a dificuldade de se comunicar no símbolo da “empresa orgulhosa e tirânica” que é a cidade moderna. Renato C. Gomes defende que a destruição da Torre de Babel “aponta para o desvio”, a impossibilidade de se comunicar. Como aquela que estabelece comunicação difícil, onde reina a desordem e a distorção, a cidade representada por Euclides da Cunha⁷¹, ainda que no fim do século XIX, terá o objetivo de sobrepujar qualquer obstáculo ao desenvolvimento do país simbolizado por ela ou à expansão das suas ideologias. E o cidadão do Rio de Janeiro, pretendendo resumir a ansiedade de todos os brasileiros, tinha um grande aliado: a imprensa.

Em *Os sertões*, dentre os textos e imagens que Euclides produziu dos vários “brasis”, está a metáfora da “Rua do Ouvidor e as Caatingas”⁷². A

⁷⁰ Este símbolo do “caos urbano original” provém da história bíblica da torre que estava sendo construída para chegar até o céu, mas não foi concluída por causa da confusão de línguas enviada por Deus.

⁷¹ No caso, a cidade do Rio de Janeiro – então representante dos anseios da nação. Na literatura brasileira do início do século XX, facilmente encontramos o Rio de Janeiro simbolizando a identidade nacional. Falar do Rio era falar do Brasil.

⁷² Presente em “A Luta”, III parte de *Os sertões*.

rua do Ouvidor, uma das mais famosas e importantes ruas do Rio de Janeiro, foi representada por Euclides para decifrar o que havia acontecido no país durante a Guerra de Canudos. Esta rua, onde estava localizada a maioria dos jornais cariocas, era o lugar para o qual se dirigia grande parcela da população à busca de notícias⁷³. Quando da Guerra de Canudos, de lá saíam as principais versões, que se tornavam *verídicas* nas páginas de algum jornal. Assim, em *Os sertões*, a *rua do Ouvidor* seria a nação, ou a opinião pública nacional que, alimentada pelos meios de comunicação e ávida por informações sobre os acontecimentos da guerra, *exigia um desenlace* para que a República saísse vitoriosa. E *as caatingas* representariam o irmão sertanejo, distante e até então desconhecido, que vivia numa região árida, pobre, retrógrada e pouco desejada. Euclides critica a *rua do Ouvidor*, que se posiciona contra as *caatingas* quando deveria se integrar e, com ela, formar um só país.

O autor de *Os sertões*, no entanto, não foi o primeiro, nem o último, a inscrever a rua do Ouvidor na literatura. Cronistas, poetas, romancistas diversos, como Machado de Assis, Lima Barreto, Joaquim Manoel de Macedo, dentre muitos outros escritores, construíram diferentes discursos que possibilitaram leituras variadas desta antiga rua do Rio de Janeiro. A rua do Ouvidor era a “mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro (fala, ocupa-se de tudo...)”, conforme atesta Joaquim Manoel de Macedo, em *Memórias da Rua do Ouvidor*. Esta mesma e diversificada rua apresentada por Macedo

⁷³ Segundo carta do jornalista Manuel de Benício ao *Jornal do Comércio*, publicada em 29 de março de 1897, os baianos não davam a merecida atenção a Antônio Conselheiro, por isso, concluiu ele, “Canudos fica mais perto da rua do Ouvidor do que da cidade de São Salvador”. E mais: “a desordem é maior na rua do Ouvidor do que na Bahia” (*apud Jornal de Notícias - BA, 17/04/1897*).

foi representada também por Machado de Assis, que em artigo de 15 de novembro de 1896, em *A semana*, afirma que “a rua do Ouvidor se não tem notícias, cai no boato” (1962: 329).

Com a chegada da família real no Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, a rua do Ouvidor se tornou um tipo de centro mercantil e cultural da cidade, onde estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, se estabeleceram, como atacadistas ou importadores. Aí surgiram os primeiros cafés, lojas de biscoitos e outras iguarias; foi instalado o primeiro elevador do Brasil; as passeatas e os grupos nela se reuniam a fim de seguirem para os comícios; enfim, esta rua era como um centro simbólico da “civilização” no Brasil: “A Ouvidor é o desfiladeiro do nosso espírito, rua legendária da liberdade, nosso Fórum, nosso Monte Aventino, onde o povo diariamente se reúne e delibera”, afirmou Rui Barbosa (*apud* Brasil, 2000: 49).

De acordo com Joaquim Manoel de Macedo (1988), a rua em questão, que também já foi chamada de *rua Moreira César*⁷⁴, surgiu entre 1568 e 1572, quando alguns colonos abriram uma entrada em ângulo reto, próxima à *rua Direita* – hoje, *1º de março* – que beirava o mar. No entanto,

como aquela *aberta* ainda não era rua, e eles precisavam designá-la por algum nome, chamaram-na *Desvio do Mar*. Desvio!...

Eis o berço da bonita, vaidosa e pimpona atual *Rua do Ouvidor*! Fica, pois, historiado que ela nasceu de um *desvio*, e desvio da *Rua Direita*, ou do *caminho direito*, o que, a falar a verdade, não era de bom agouro (grifos do autor).

⁷⁴ Em 1897, durante a Guerra de Canudos, o governo, em homenagem ao comandante da terceira expedição, mudou o nome da rua do Ouvidor para rua Moreira César, entretanto, a mudança não vingou e ela continuou a ser chamada de rua do Ouvidor. Sobre isso, Gerson Brasil cita uma história contada por Artur Neiva que, em certa ocasião, encontrou um australiano reclamando sobre as diferenças do falar e do escrever na língua portuguesa: “no Rio de Janeiro o nome da rua principal, escrito nas placas, é Moreira César: aqui está nos apontamentos. Mas para todos os brasileiros a sua pronúncia é rua do Ouvidor” (Brasil, 2000: 42).

Tendo, ou não, conhecimento da primitiva e “profética” história da rua do Ouvidor, Euclides da Cunha alerta sobre outro “desvio” que marcara tal rua, agora em direção ao mar-sertão de Canudos:

A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a Guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos (2002: 501).

A rua do Ouvidor foi vista por Euclides como um “desvio das caatingas” – tendo a noção de “desvio”, aqui, não o sentido de alternativa, de outra rota (“desvio do mar”), mas o sentido de semelhança, convergência. Conforme nota de Leopoldo Bernucci, agora, com esse desvio, “é a civilização que se converte em barbárie”. De acordo com Berthold Zilly, “no combate à barbárie, a nação recusa qualquer diálogo, lançando mão de métodos bárbaros” (2002: 66). Apesar de “encobertos de tênue verniz de cultura”, segundo Euclides, os litorâneos eram “trogloditas completos”, potencialmente bárbaros. Por fim, Euclides dá o seu diagnóstico: “Atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja, exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça”. E explica: “Esta insciência ocasionou desastres maiores que o das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes retardatários. Estes, ao menos eram lógicos”. Assim, revelando que “o caso (...) era mais complexo e mais interessante” (2002: 502) do que supunham, justifica que aquela guerra descortinava muito mais do que pôde enxergar enquanto jornalista de *O Estado de S. Paulo*.

A cidade publicava em seus jornais a imagem de um sertanejo-inimigo, quando este, Euclides afirma ironicamente, só fazia “bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão das descargas” (*idem*, p. 502).

Em *Os sertões*, a reação do sertanejo é vista como natural. Segundo o autor, o admirável era a “surpresa originada por tal fato”. Porém, a surpresa causada pela reação do sertanejo foi sentida também por Euclides anteriormente – aqui já comprovada com trechos de cartas e de artigos seus ao jornal. No livro, o que antes havia sido chamado de a *nossa Vendéia* passa a ser comparado com palafitas vizinhas a uma cidade industrial da Suíça, diante das quais, o arqueólogo sente curiosidade. Mas no Brasil, conforme Euclides, Canudos “despertou rancores”. Ao invés de dar significação ao espaço diferente e remoto, a *rua do Ouvidor* exigiu a neutralização das *Caatingas*: “Não vimos o traço superior do acontecimento. (...) Não entendemos a lição eloqüente. Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto-de-fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões” (*idem*, p. 503).

Utilizando a primeira pessoa do plural, Euclides se insere como responsável por aquele repugnante triunfo, não apenas pelo fato de ser brasileiro e de, a tempo, não ter entendido aquela lição; mas, provavelmente, também por ter sido um dos jornalistas que silenciaram durante a guerra, permitindo que boatos tivessem a credibilidade de fatos reais.

No livro, Euclides se detém na exposição da abundância de boatos que surgiram durante a quarta expedição. Segundo ele, a agitação que se

prolongou em todo o país se agravou através de instáveis e desencontradas informações que incutiam nos leitores o “pensamento de hecatombe” e faziam crescer a comoção, a curiosidade pública e um “desfiar de conjecturas intermináveis”. Os boatos – muitos dos quais surgiam entre os próprios curiosos que corriam diariamente à rua do Ouvidor para obter notícias, e se tornavam “reais” nas páginas de algum jornal fixado ali – rapidamente se espalhavam, chegando às capitais de outros estados completamente baralhados: “(...) do boato medrosamente boquejado no recesso dos lares à mentira escandalosa rolando com estardalhaço pelas ruas (...). Era uma tortura permanente de dúvidas cruciantes. Nada se sabia de positivo. Nada sabiam mesmo os que haviam compartilhado o revés” (*idem*, p. 504).

A inconsistência e efemeridade das versões que surgiam diariamente fizeram com que Alfredo Silva, jornalista do diário carioca *A Notícia*, conforme nota de Bernucci (na edição de *Os sertões* por ele organizada), escrevesse: “em tempo de guerra, mentira como terra”. E ainda: “Parece (...) que em Canudos sabe-se menos quanto se passa do que em Queimadas, e aí no Rio sabe-se mais do que em toda a Bahia (*A Notícia*, 29.8.1897)”.

Sobre o coronel Tamarindo, da terceira expedição, afirmaram, primeiramente, que fora morto. Depois, que se salvara, mas estava gravemente ferido: “Folgamos de poder publicar como verdadeira a notícia de que está salvo o Sr. coronel Tamarindo” (*Jornal de Notícias*, 9/03/1897). E, enfim, descobria-se que “fora de fato trucidado”. Da mesma forma, conforme o autor de *Os sertões*, muitas outras idéias alarmantes circularam, como as de que os conselheiristas eram um “exército instruído”, admiravelmente armado. No entanto, quando ainda estava na Bahia, cobrindo a guerra para *O Estado de S. Paulo*, Euclides foi um dos que acreditaram nesta versão.

Dentre os boatos (muitos provavelmente ouvidos pelo próprio Euclides⁷⁵ quando jornalista em direção a Canudos, ou lidos nas redações dos jornais baianos) difundidos após a derrota da terceira expedição, encontra-se o do Cabo Roque: “Nessas incertezas, a verdade aparecia, às vezes, sob uma forma heróica. (...) Aditou-se-lhe depois, mais emocionante, a lenda do cabo Roque, abalando comovedoramente a alma popular. Um soldado humilde, transfigurado por um raro lace de coragem, marcara a peripécia culminante da peleja” (Cunha, 2002: 505).

De acordo com Euclides, o cabo Roque⁷⁶ transfigura-se a herói nacional ao ser disseminada a notícia de que, quando aconteceu a debandada da terceira expedição e o abandono do cadáver do coronel Moreira César à margem do caminho, aquele “soldado humilde” teria permanecido e lutado até a morte para guardar “a relíquia veneranda abandonada por um exército”. Assim, “batera-se até ao último cartucho, tombando, afinal, sacrificando-se por um morto...”.

A notícia foi espalhada pelos principais jornais do país. O *Jornal de Notícias* da Bahia, por exemplo, no dia 11 de março de 1897, em primeira página, numa coluna chamada *Antônio Conselheiro* – que dava informações sobre a guerra –, tendo por fontes “oficiais e pessoas de crédito”, afirmou: “o corpo do denotado comandante foi, com heroísmo sobre-humano, defendido pelo seu ordenança e leal amigo, cabo Arnaldo Roque, o qual morreu ajoelhado junto ao cadáver, depois de queimar o último cartucho de munição que tinha”. De forma semelhante, o *Diário da Bahia*, da mesma data, também em primeira página, aclama o “heroísmo” daquele cabo: “O cabo Roque, ordenança do coronel Moreira César,

⁷⁵ No artigo de 16/08/1897, Euclides afirma: “diante de tantas opiniões desencontradas (...), justificam-se todas as dúvidas, compreendem-se as interrogações que fizemos”.

⁷⁶ Ordenança do 7º batalhão chefiado por Moreira César. O cabo Roque foi um dos padioleiros que carregaram o corpo deste coronel.

ajoelhado junto do seu cadáver esgotou toda a munição, sendo morto neste posto. Bela e honrosa dedicação desse bravo que quis morrer junto de seu chefe, quando a retirada tornara-se inevitável”.

No entanto, como parecia freqüente naquela época, havia uma disparidade entre a história narrada pelos jornais e a que foi revelada, dias mais tarde. Ao desfecho desta, Euclides dá um brilho especialmente irônico:

E a cena maravilhosa, fortemente colorida pela imaginação popular, fez-se quase uma compensação à enormidade do revés. Abriram-se subscrições patrióticas; planejaram-se homenagens cívicas e solenes; e, num coro triunfal de artigos vibrantes e odes ferventes, o soldado obscuro transcendia a história quando – vítima da desgraça de não ter morrido – trocando a imortalidade pela vida, apareceu com os últimos retardatários supérstites, em Queimadas (2002: 505).

Segundo Euclides, a aparição do cabo Roque, com vida, junto aos últimos sobreviventes daquela expedição, foi mais um desapontamento sucedido por outras novas notícias e lendas que agitaram todo o país, através da imprensa.

Ainda sobre o resultado da mentira espalhada pelos jornais sobre o cabo Roque, conforme Leopoldo Bernucci,

O nome do “infeliz imortal” já se convertera em nome de rua (*O Estado de S. Paulo* de 16.3.1897), quando logo a lenda foi desmentida pelos jornais (*Jornal de Notícias* de 26/30.3.1897) depois de se saber que o cabo Roque foi “obrigado com seus companheiros, para escapar à morte, a abandonar o corpo (de Moreira César) no mato. Disse que não se abraçou com o cadáver do Coronel; o que fez foi fugir com seus companheiros” (*Gazeta de Notícias*, 4.4.1897) (2002b: 843).

Ignorando o heroísmo, o cabo Roque confessa à imprensa que, quando se sentiu atacado pelos sertanejos, apenas fugiu, abandonando o corpo daquele, como seus companheiros fizeram. E os jornais passaram a

desmentir a falsa notícia sobre o cabo-herói. O *Jornal de Notícias*, por exemplo, do dia 26 de março de 1897, página 2, coluna *Antônio Conselheiro*, após o subtítulo *CABO ROQUE*, dedica um pequeno parágrafo à retificação da falsa notícia: “Informam-nos que o cabo Arnaldo Roque, ordenança do coronel Moreira César, cuja morte constou em defesa do corpo deste oficial, apareceu ontem em Queimadas, apresentando-se ao general comandante das forças”. O mesmo jornal, três dias depois, publica um telegrama que recebera do colaborador de Recife, que demonstra a seriedade com que aquela notícia tinha sido levada em todo o país: “Causou aqui geral surpresa a notícia de haver aparecido vivo o cabo Roque, desde que se afirmava ter sido ele morto, quando defendia o cadáver do bravo coronel Moreira César”. O mesmo telegrama, revelando a importância que era dada àquela guerra na maioria dos estados brasileiros, ainda informa: “A imprensa desta capital continua a ocupar-se dos sucessos de Canudos, transcrevendo notícias dos jornais daí e da capital federal”.

Baseado na lenda do cabo Roque, contada por Euclides da Cunha em *Os sertões*, Alfredo Dias Gomes escreveu, em 1963, sua mais polêmica peça de teatro, intitulada *O berço do herói* – duas vezes proibida de ser encenada em território brasileiro. A primeira encenação, que estava marcada para acontecer na noite de 22 de julho de 1965, quando, após o golpe militar de 64, estavam à frente do país os militares e seu CSN (Conselho de Segurança Nacional), foi censurada pelas autoridades constituídas.

Em entrevista ao *Estado de S. Paulo* (5/05/2003), o também autor de *O pagador de promessas* explicou o título da sua autobiografia, *Apenas um subversivo* (uma “homenagem” a Carlos Lacerda, responsável pela proibição de *O berço do herói*, alegando: “Nélson Rodrigues é pornográfico. Dias Gomes é pornográfico e subversivo. Se querem fazer

revolução, peguem em armas”), e, quando questionado se o protagonista Roque Santeiro foi um tipo real, respondeu:

Tirei de um trechinho de *Os sertões*, do Euclides da Cunha, em que menciona um cabo chamado Roque, um limpa-botas do general Moreira César que foi dado como morto numa chacina defendendo o general. Morte heróica, deu nome a um batalhão, mas anos depois (sic) descobriram que o cabo Roque tinha era desertado e estava bem vivo. Foi ponto de partida para *O berço do herói*, só mudei o Exército para a Força Expedicionária Brasileira. Mas foi proibida pelo Exército e encenada primeiro nos Estados Unidos com o nome *The cradle of the hero*. Lá, ninguém podia proibir. Mais tarde Roque Santeiro, uma remodelagem de *O berço*, seria proibida pelos militares.

A estréia mundial da polêmica obra de Dias Gomes, em 1976, aconteceu após suas tentativas de transformar a peça em filme e de, em 1975, ter a adaptação da peça para novela televisiva proibida pela censura militar, mesmo depois de 10 capítulos já terem sido gravados, o roteiro ter sido modificado e alguns nomes de personagens alterados. *O berço do herói*, após várias adaptações e agora intitulado *Roque Santeiro*, só foi exibido como novela na televisão brasileira em 1985, quando o Brasil se inseria num processo de redemocratização. O texto original acabou sendo modificado e enriquecido por cenas sugeridas pela novela, que foi um grande sucesso nacional e internacional. Após as alterações, a obra ficou sendo chamada *Roque Santeiro ou O berço do herói*.

O berço do herói é um tipo de alegoria do Brasil, que discute a necessidade histórica brasileira de criar heróis e torná-los mitos: “Não são os heróis que fazem a História é a História quem faz heróis. Porém no caso do nosso Cabo Roque, foi a História ou fomos nós?”⁷⁷ (1972: 465). A morte do cabo Roque, para as autoridades que haviam criado ou alimentado

⁷⁷Primeira estrofe do coro apresentado no fim do prólogo.

a fábula, precisava acontecer para que o mito sobrevivesse⁷⁸, pois a imagem de herói era mais importante do que a dessemelhante realidade. Assim, Dias Gomes denuncia o uso de instrumentos de dominação e alienação pelo poder político, critica a igreja, questiona o capitalismo selvagem e o autoritarismo dos militares – sentido pelo próprio autor quando pretendeu encenar sua peça no Brasil. Demonstrando como o heroísmo é criado, o autor desconstrói a figura do herói e discute a idealização da guerra⁷⁹, responsável por produzir heróis: “não posso acreditar que um homem seja mais útil morto do que vivo. Do contrário ia ter que acreditar também que todos aqueles infelizes que morreram na guerra foram muito úteis. E que a guerra é uma utilidade, porque fabrica heróis em série”⁸⁰ (*idem*, p. 521).

A lenda do cabo Roque, contada pelo olhar ficcional, permite ao leitor atual pensar os problemas contemporâneos do Brasil à luz da reflexão sobre um acontecimento do passado: a Guerra de Canudos, no contexto da qual, a lenda do cabo Roque foi construída e disseminada pela imprensa da época. Na história de Canudos, no entanto, o mito do cabo Roque foi apenas um exemplo dos mais díspares boatos, seguidos por constrangedores esclarecimentos e consecutivos desapontamentos. Conforme Euclides, após a lenda daquele cabo, foram criadas outras, alimentadas pelo fervor das massas entusiásticas.

Euclides fornece mais um exemplo da manipulação de dados pelos jornais da época: o *Jornal de Notícias* (29/01/1897 e 11/03/1897), *O Estado de S. Paulo* (31/01/1897) e a *Gazeta de Notícias* (23/08/1897)

⁷⁸ “Há dez anos que esta cidade vive de uma lenda. Uma lenda que cresceu e ficou maior que ela. Hoje a lenda e a cidade são a mesma coisa (...). Na hora que o povo descobrir que cabo Roque está vivo, a lenda está morta. E com a lenda, a cidade vai morrer” (Gomes, 1972: 512).

⁷⁹ Conforme Euclides, “a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo” (2002: 379).

⁸⁰ Fala do cabo Roque, em resposta às chantagens que sua suposta esposa, o major, o prefeito e o vigário faziam para que ele desaparecesse, logo que chegou à cidade.

garantiram que “um dos chefes do reduto era um engenheiro italiano habilíssimo, adestrado talvez nos polígonos bravios da Absínia”. Provavelmente, este italiano foi um vendedor de sabonetes preso por Artur Oscar, sob a suspeita de espionagem (*Jornal de Notícias* de 11/03/1897 e 25/08/1897). E, conforme o autor de *Os sertões*, “sucessivas, impiedosas, novas notícias acumulavam-se sobre o fardo extenuador de apreensões, premindo as almas comovidas” (2002: 507).

A comunicação e a formação da opinião pública como suportes da guerra

Em *Os sertões*, Euclides afirma que, quando se planejava o envio da quarta expedição, “engenheiros ilustres” apresentaram o “traçado de um milagre da engenharia – uma estrada de ferro (...) feita em trinta dias” (*idem*, p. 507). Armand Mattelart (1994), analisando novos meios produzidos em tempo de guerra, afirma que o extraordinário desenvolvimento das tecnologias dos transportes e das redes de comunicação e de informação sempre funcionou como suporte para as lógicas de guerra⁸¹; e estas são componentes indispensáveis da história da comunicação com suas doutrinas e teorias. A exemplo da internet, que surgiu nos Estados Unidos durante a *guerra fria*, o telégrafo, também,

⁸¹ A relação entre as guerras e os meios de comunicação de massa traz à tona uma discussão pouco recente. Na história mundial, tem-se documentado como “a primeira grande campanha de imprensa”, a que teve por objetivo instigar a operação militar na Ilha de Cuba, no fim do século XIX. Baseado no parecer de vários historiadores, Armand Mattelart afirma: “essa intervenção poderia ter sido evitada sem a histeria da lógica da guerra desencadeada por uma imprensa que não recuou diante de qualquer mentira para provocar o desfecho fatal”. Durante esta movimentação de incitar o governo estado-unidense a intervir contra a ilha de Cuba, uma das últimas possessões do Império espanhol, um repórter, ao chegar à Ilha, telegrafa ao seu patrão W.R. Hearst: “Tudo está calmo. Não haverá guerra, gostaria de voltar”. Mas Hearst, de imediato responde: “Peço-lhe para ficar. Forneça ilustrações que me encarrego da guerra” (*apud* Mattelart, 1994: 30-1).

desde seu surgimento, foi empregado para fins estratégicos e desenvolvido para diferentes momentos de conflitos mundiais, como a Guerra da Criméia e a Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, em 1897, segundo Euclides da Cunha, “as linhas de telégrafo transmitiam ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja”⁸² (2002: 352) e possibilitaram a primeira transmissão diária de uma guerra no país. Da mesma forma, o trem, “o cavalo de ferro”, figurava como o modelo da renovação democrática dos transportes, e o seu desenvolvimento ilustrava os interesses comuns com a construção do Estado-nação industrial e das burguesias nacionais. Esse modelo de administração do tempo – modelo ferroviário – foi muito útil à movimentação das tropas durante a Guerra de Canudos. A construção dos trilhos no interior da Bahia foi acelerada ao máximo possível. Os meios de locomoção rompiam barreiras, permitindo ao exército e à imprensa se deslocarem pelo interior do país, representando a conquista e a apropriação do território brasileiro. Assim, novas tecnologias foram sendo desenvolvidas em nome da guerra.

Canudos, a segunda maior cidade do estado da Bahia, tinha uma população potencialmente agitada para a República recém instaurada. Por este motivo, segundo as autoridades, era preciso sufocá-la. Necessitando do respaldo da sociedade, o governo precisava partilhar com ela o sucesso e principalmente o fracasso de suas ações: “tudo se faz e tudo se executa em nome da opinião pública”⁸³ (Corrêa, 1988: 11). A lógica da primeira República brasileira, conforme Euclides, era eliminar todo fator de desassossego para as autoridades: “É que estava em jogo, em Canudos, a

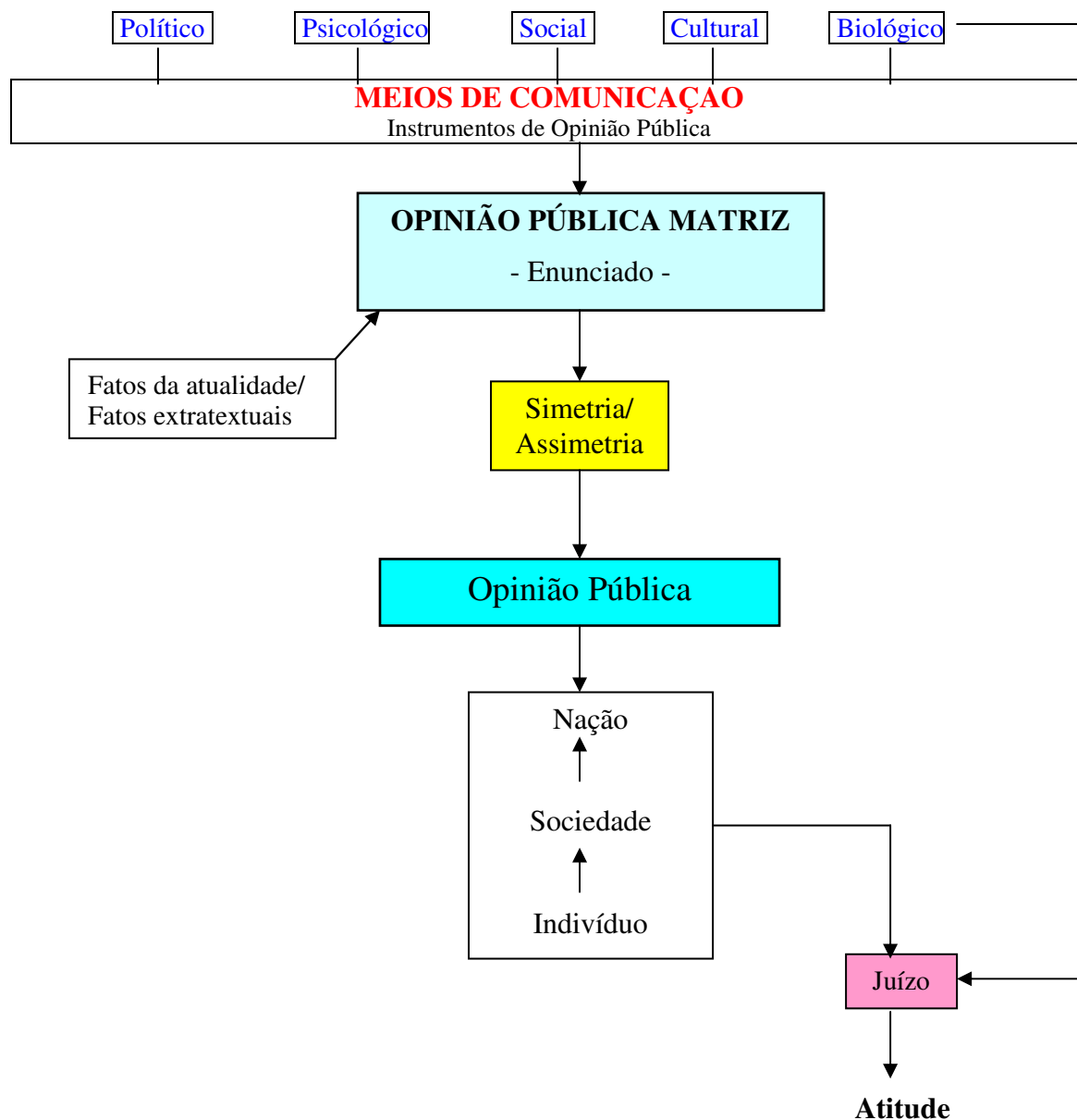
⁸² Quando, já no fim da guerra, Canudos foi bloqueada, segundo Euclides, “a nova chegou em pouco ao acampamento de onde largaram, à espora fita, correios para Monte Santo, levando-a, para que de lá o telégrafo a espalhasse no país inteiro” (2002: 716).

⁸³ De acordo com Tupã Gomes Corrêa, a opinião pública muitas vezes tem servido de “peça de retórica na formulação do discurso político, destinado a gerar ou aumentar credibilidades sobre determinadas situações” (1988: 23).

sorte da República...”. Desta forma, a quarta expedição foi formada e enviada para o interior da Bahia, sob “a mesma nota em tudo: era preciso salvar a República...” (2002: 507-9).

Entendendo a opinião pública como um componente do processo de comunicação, um efeito decorrente de um estímulo, mensagem ou conteúdo de significados produzido por um emissor e captado por parte ou por toda a sociedade (receptor), pode-se observar que ela desenvolve manifestações sociais que, por sua vez, têm origens nas opiniões individuais. Por sua natureza e características, a opinião pública é vulnerável à manipulação. Conforme Tupã Gomes Corrêa, “propositadamente ou não, ela pode acabar se transformando (...) num poderoso instrumento de poder” (1988: 22). Com base nos conceitos da opinião pública já apresentados e no esquema “Sistema da Opinião Pública” de Vitaliano Rovigatti, propomos um novo esquema, abalizado na obra euclidiana, sobre uma perspectiva nacional, para que se entenda a ação da imprensa na formação da opinião pública após a derrota da terceira expedição:

ESQUEMA DE UMA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL



Os fatores políticos, psicológicos, sociais, culturais e biológicos⁸⁴ influenciam o juízo de opinião, como também os meios de comunicação, “na ação de formar e desenvolver uma opinião pública matriz” (Corrêa, 1988: 36). Trazendo de volta a análise euclidiana, a partir da qual foi pensado o esquema acima sugerido, esta opinião pública matriz formada durante a Guerra de Canudos pelo jornal, e difundida oralmente, pode ser

⁸⁴ Cabe aqui esclarecer que dentre esses fatores, poderiam aparecer outros, a depender do caso considerado. Os fatores acima apresentados foram estudados no presente capítulo, quando da análise da formação de uma opinião pública matriz em relação ao heroísmo de Moreira César.

resumida no enunciado: “A República estava em perigo; era preciso salvar a República” (Cunha, 2002: 498). Os fatos da atualidade, que são também fatos extratextuais, foram intensificados por burburinhos na rua do Ouvidor, ativados por uma forte carga emotiva. A opinião pública enunciante (receptor), ou levantaria a dúvida sobre o enunciado, com base nas outras poucas informações controversas, e criaria o debate – relações de assimetria – ou aceitaria o enunciado, o que geraria desordem e crise, por força da expropriação da opinião – relações de simetria. Não é difícil encontrar nos meios de comunicação exemplos deste tipo de expropriação, através de frases do tipo: “a opinião pública deseja que se tome tal atitude”, “a opinião pública acordou estarecida”, “a opinião pública americana espera uma resposta”. Assim, “a permanente utilização da opinião pública, de forma imprópria, acaba neutralizando a capacidade de expressão de que dispõe a sociedade” (Corrêa, 1988: 30).

O resultado deste processo é a formação de um juízo de opinião pública, que implicará em uma atitude ou determinará certos comportamentos balizados pelo acordo consensual do público. Quanto à Guerra de Canudos, após a derrota da terceira expedição, a opinião pública, em simetria com o enunciado, estava ansiosa pelo *desenlace* (atitude: manifestação da opinião pública), como o disse Euclides (2002: 516) – o que desencadeou uma posterior crise de opinião⁸⁵. Conforme Tupã Gomes

⁸⁵ A mistificação, exploração e expropriação acabam gerando uma crise de opinião ou perda da credibilidade nas instituições, limitando a participação política do sujeito na sociedade e afastando-o do interesse público, o que torna o exercício do poder ilegítimo. Primeiro vem a crise e depois o descrédito generalizado. Os setores políticos mistificam a opinião pública, atribuindo a ela qualquer manifestação coletiva, gerada por um estado de euforia, por uma multidão, para obter “apoio público”. Geralmente, é este assédio do poder sobre a opinião pública que faz com que ocorra uma crise de opinião, o que acaba acarretando uma limitação da participação política e a debilitação social na estrutura do poder, aumentando o seu distanciamento do interesse público e calando a capacidade de expressão que a sociedade possui. A crise de opinião instaurada no meio social é determinada, enfim, por uma “causa de

Corrêa, a crise de opinião é uma espécie de “mecanismo de defesa” contra o “assédio promovido pelo poder sobre a opinião pública, no sentido de controlá-la, transformando-a em mais um de seus instrumentos” (1988: 28).

Uma vez que a opinião nacional tem origem primeira em opiniões individuais, o autor de *Os sertões* apresenta o indivíduo inserido no contexto de um *nativismo extemporâneo* – isolado e neutral. Já a sociedade, em espaços temporários, como as caatingas, a rua do Ouvidor ou em grupos distintos: “vencedores e vencidos”. A nação, por fim, está vinculada a uma comoção, uma paixão coletiva acreditada como um tipo de “epidemia vesânica”.

Esclarecendo melhor algumas partes do esquema, é válido ressaltar que os líderes⁸⁶ e os grupos de pressão são responsáveis por levar a simetria ou assimetria entre o enunciado e o enunciante. Conforme Tupã Gomes Corrêa,

Todo o fato relacionado com as expectativas sociais se divulgado com o respaldo de uma opinião pública identificada com lideranças de opinião, a par de ser convenientemente interpretado pelos meios de comunicação, tende a estabelecer um encadeamento espontâneo, de modo favorável e positivo, por parte de uma ampla audiência que interage no sentido de fortalecê-lo. Naturalmente, tal fortalecimento, se conveniente aos setores que controlam o poder, servirá de instrumento para a eventual expropriação dessa opinião favorável (1988: 34).

Pela influência que a liderança possui sobre a opinião pública, esta, muitas vezes, acaba ficando vulnerável à manipulação pelos meios de comunicação de massa. Quando, então, há simetria entre enunciado e enunciante, há expropriação, e a crise acontece; ao passo que as relações de

natureza política e social, também relacionada com a ação dos meios de comunicação” (Corrêa, 1988: 32).

⁸⁶ Líderes de opinião funcionam como intérpretes, intermediários entre as fontes (os fatos) e o alvo final (o público).

assimetria levantam a dúvida, o que gera o debate, e por isso, a opinião fica latente. Concordando com Vitaliano Rovigatti, “o único modo de evitar o comportamento da opinião pública com fatores nefastos a ela é o estabelecimento da informação objetiva, compatível com o seu nível cultural” (*apud* Corrêa, 1988: 34). Assim, proporcionando à população o conhecimento do fato e o espaço para debates, serão facilitados o estabelecimento de opiniões racionais e a elaboração de uma opinião pública, no seu sentido elevado, isento e independente.

Em *Os sertões*, o autor demonstra que a Guerra de Canudos foi coberta pela imprensa, que deu grande importância ao acontecimento, foi conhecida pelos cidadãos que, isolados num país tão vasto, buscavam informações sobre este “canto” do sertão nordestino, e foi centralizada em duas regiões distintas: as caatingas e a rua do Ouvidor. De outra forma, Euclides da Cunha apresentou, em seu livro, a coesão (lógica narrativa; lógica das ações), a coerência (lógica textual simbólica; literariedade; verossimilhança), a onipresença (presença do acontecimento nos meios de comunicação), a relevância (relevo; importância dada) e o centramento (acontecimentos reunidos em um “centro”) com que foi tratada esta guerra pela imprensa – o que possibilitou o desenrolar do processo de formação da opinião, nos níveis de adesão dos enunciadores para com o enunciado matriz.

Como pôde ser visto, a representação euclidiana da imprensa e da atuação dos meios de comunicação durante a guerra, ainda que aparentemente de forma diluída e não tão efervescente, está presente em *Os sertões*, refletindo as contradições do momento histórico analisado pelo autor. Mesmo que, como afirma Walnice Galvão, Euclides, em seu livro, adapte “os fatos ao seu projeto estético” (1993: 23), é importante destacar a forma como ele trabalha e dá relevância ao tema da comunicação, muitas

vezes utilizando a ironia, a crítica direta e até a omissão. Assim, do mesmo modo que, desde a primeira parte de *Os sertões*, conforme José Carlos Barreto Santana, Euclides “dialogava com os dados fornecidos pela ciência, selecionando as informações que melhor serviam para dar ‘validação científica’ às suas idéias, ainda que as mesmas fontes contivessem elementos impeditivos delas” (2001: 112), Euclides seleciona os dados da imprensa que melhor se ajustam aos seus interesses estéticos e/ou históricos.

Observando a sua maneira de dizer ou de não dizer, de dramatizar, carregar, marcar ou dar cores ao tema aqui discutido, é possível perceber um diálogo indireto da obra (o escritor) com seu antigo discurso jornalístico (o articulista). A constante representação da opinião pública, dos boatos e das idéias propagadas pela imprensa da época, em *Os sertões*, pode ser lida, também, como inserida em um discurso que se contrapõe ao do correspondente de *O Estado de S. Paulo*.

Em *A luta*, são observáveis diferenças significativas quanto ao tratamento de personagens e acontecimentos narrados anteriormente nas reportagens de Euclides. É possível destacar muitas mudanças de pontos de vista e omissões por parte do autor, como sobre o adolescente sertanejo Agostinho⁸⁷. A obra *Os sertões* não trará qualquer menção clara ou precisa deste rapaz que, segundo a reportagem de 19 de agosto de 1897, revelou que a única coisa que Conselheiro prometia aos que morressem era “salvar a alma”. De acordo com Marco Antônio Villa, como aquele informante “minava suas bases, Euclides resolveu o dilema: simplesmente suprimiu o garoto Agostinho, que não mentia e nem sofismava, de *Os sertões*” (2002: 23).

⁸⁷ Ver capítulo II.

Sobre o comandante-em-chefe, Artur Oscar, a quem dedicou estima e certa confiança durante a guerra, Euclides, que no telegrama de 8 de agosto de 1897, afirma que “são precipitadas quaisquer apreciações sobre os erros atribuídos ao general Artur Oscar”, em *Os sertões*, falando deste, diz: “completou, assim, com um erro outro, colocando-se em situação insustentável” (*idem*, p. 590). Após criticar suas atitudes e ordens, Euclides ironiza a lenda defendida pelo general e propalada pelos militares e pela imprensa sobre as “balas explosivas dos jagunços”.

Talvez uma das famosas frases de Euclides, hoje lugar-comum nos estudos da sua obra, revela-se também como uma das maiores provas da sua mudança de opinião. Depois de ter escrito artigos jornalísticos acusando o sertanejo e o apontado como o inimigo que deveria ser exterminado, deixa documentado, em *Os sertões*, o que concluíra da sua experiência durante a Guerra de Canudos:

O jagunço não era afeito à luta regular. Fora até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o “bandido famigerado” da literatura marcial das ordens do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais.

(...) Os assaltantes eram, por via de regra, os assaltadores (*idem*, p. 622).

Mas o termo que Euclides revelava agora, em seu livro, como “demasia de frase” ou “esquisito eufemismo” havia sido, no ano da guerra, muitas vezes utilizado por ele para acusar o sertanejo, quando se dirigia, por meio de seus artigos, aos leitores de *O Estado de S. Paulo*.

Outro tema completamente remodelado em *Os sertões* foi a degola. A representação deste ato brutal cometido pelos soldados, ao qual, nos artigos, Euclides deu um sentido de normalidade⁸⁸, no livro, ainda que não

⁸⁸ Apenas displicentemente citado por ele duas vezes em *O Estado de S. Paulo*: nos artigos de 10 de agosto e 7 de setembro de 1897.

tenha sido excessivamente explorada, é destacada, ao ser denunciado o seu caráter de brutalidade. Para Roberto Ventura, em *Os sertões*, “a matança se torna implícita, tem função semelhante à do telão no teatro: o narrador adota o decoro trágico e evita a representação de fatos cruentos, já que não haveria linguagem capaz de exprimir tal horror”. Dessa forma, “a história se encenava como comédia trágica ou era narrada enquanto epopéia sem heróis, em que o estilo elevado era rebaixado pela perspectiva irônica” (2000: 14-5).

No subcapítulo intitulado “Os últimos dias”, Euclides acusa: após o soldado impor à vítima um “viva a República”, poucas vezes satisfeito,

Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. (...) Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes (...). Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades (2002: 726).

A cena, que antes parecia não merecer a atenção do jornalista Euclides, agora era lida como uma covardia que revelava o verdadeiro bárbaro daquela guerra. Ao ganhar cores na obra euclidiana, é dada perpetuidade a este fato, através da literatura que marca, na história, a força da desmedida ação de guerra⁸⁹.

⁸⁹ Em *Os sertões*, Euclides evita o esquecimento previsto por ele mesmo, em relação ao heroísmo dos soldados republicanos, no segundo *A nossa Vendéia*: “Mas, amanhã, quando forem desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro (...), ninguém conseguirá perceber, talvez, (...) os trilhos, as veredas estreitas por onde passam, nesta hora, admiráveis de bravura e abnegação – os soldados da República” (2003: 129). Contudo, é o perpetuado por esses soldados e pela República que será imortalizado por Euclides. De acordo com o tradutor alemão de *Os sertões*, Berthold Zilly, “o brado contra o esquecimento também é um brado contra a impunidade”. O exército acreditava que em Canudos “não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali” (Cunha, 2002: 734). Mas, “graças a *Os sertões* ela vai até ali. Se não é possível evitar o crime, pelo menos é preciso evitar que seja esquecido” (Zilly, 1997: 134).

Sem o antigo sarcasmo, o autor, em *Os sertões*, trata da crença do sertanejo – de que sua alma não seria salva se morresse a “ferro frio” – como uma “superstição ingênua” zombada pelos soldados que, no livro, foram chamados de “carrascos”. Assim, para ele, “aquilo não era uma campanha, era uma charqueada”, corroborada pela impunidade naquele “cordão de serras” que, se transposto, “ninguém mais pecava”. O governo, ao invés de reprimir aquelas ações, silenciava, numa “indiferença culposa”. E Euclides, enfim, protesta explicitamente: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta; sem altitude, porque a deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sóbria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...” (2002: 736).

Falando, através da metalinguagem, do próprio livro e da sua página denunciadora de horrores antes calados por ele, Euclides espera do futuro, não que sejam imperceptíveis as veredas do sertão a caminho de Canudos, por onde passaram os soldados “admiráveis de bravura e abnegação”⁹⁰, mas que a sua obra ajude a refletir aquela nódoa da história brasileira. Assim, Euclides lança um olhar irônico sobre suas próprias crenças e consegue compreender o horror da guerra, após testemunhar e delatar a trágica violência que foi a intervenção militar da República brasileira em Canudos.

Quando estava a caminho do cenário da guerra, ou ainda estacionado em Salvador, Euclides foi vítima de “bombardeios” de informações “completamente baralhadas”. Em *Os sertões*, o autor revela que nos fins do mês de julho e início de agosto, os telegramas que chegavam da zona das operações eram incisivos “num entoar de vitórias”, descambando depois em “lancinantes dúvidas, até quase à convicção de uma derrota. (...) telegramas paradoxais e deploravelmente extravagantes”. E assim, enquanto “a expedição se exauria no ermo da Favela e ia tombar, exaurida

⁹⁰ Palavras do seu artigo *A Nossa Vendéia*, de 17 de julho de 1897.

por uma sangria profunda, num trecho de *Canudos* – a opinião nacional, pela imprensa, extravagava, balanceando-se as mais aventurosas hipóteses que ainda saltaram dos prelos” (*idem*, p. 626). Neste trecho, Euclides se referia aos espalhafatosos artigos jornalísticos que alimentavam a opinião nacional da época, neste “balancear de aventurosas hipóteses”, menos verídicos do que os “documentos vivos da catástrofe” que seguiam para a capital da Bahia.

A remoção dos feridos e doentes era dificultada pela “selvatiqueza da terra” e agravada pelas lúgubres recordações que aqueles trechos lhes traziam, torturando-os com “alucinações cruéis”. Como uma forma de comunicação diversa, de uma linguagem⁹¹ peculiar dos conselheiristas, partes estratégicas do caminho estavam cobertas por uma “floração fantástica”: “Dos galhos tortos dos angicos pendiam restos de divisas vermelhas, trapos de dólãs azuis e brancos, molambos de calças carmesins ou negras, e pedaços de mantas rubras – como se a ramaria morta desabotoasse toda em flores sanguinolentas” (*idem*, 632).

Os restos de fardas penduradas na caatinga, lidos por Euclides como “um requinte de lúgubre ironia dos jagunços”, e os rastros das expedições anteriores fizeram aqueles militares feridos recordar as lutas ali travadas. Assim também, este trecho de *Os sertões* faz o leitor volver a memória a páginas anteriores, quando o autor narra a debandada da terceira expedição:

Concluídas as pesquisas nos arredores, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. (...) Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces volvidas pelo caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos da fardas, calças e dólãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas.

⁹¹ Conforme Samira Chalhub, “diante (...) de qualquer mensagem organizada como um sistema de signos, está o receptor defrontado com a linguagem. Linguagem que é signo em ação” (1988: 6).

(...) Quando, três meses mais tarde, novos expedicionários seguiam para Canudos, depararam ainda o mesmo cenário (*idem*, p. 493).

Este “quadro pavoroso”, descrito por Euclides tanto em seu livro como em anteriores artigos seus a *O Estado de S. Paulo*⁹², justifica o pânico e o assombramento da população e do exército. O panorama de uma “florescência extravagantemente colorida” constituía um tipo de linguagem que não obedecia a quaisquer convenções preestabelecidas, mas na mensagem que transmitia, estavam inseridas suas cinco funções: emotiva (através dela, o emissor sobressaía); referencial (também se destacava o referente – contexto); conativa (apoiava-se no fator destinatário, no objetivo de induzi-lo a alguma coisa) e fática (expunha o fator canal – suporte físico que sustenta os signos). De acordo com Samira Chalhoub, o ideal é que a mensagem se organize “de modo a provocar reconhecimento de conceitos e formas já adquiridas pelo receptor (...). Se, inversamente, na organização da mensagem, os sinais forem manipulados inusitadamente, a forma nova provocará um estranhamento no receptor” (1988: 15). E este foi o intuito dos conselheiristas ao encravar as cabeças pelo caminho. O inusitado, o choque era intencional. Era imprescindível para a decodificação desejada pelo emissor.

Pensando a comunicação, como o presente trabalho se propõe fazer, é possível ler o cenário descrito por Euclides como uma espécie de meio de comunicação visual, bem distinto dos usualmente conhecidos: o escrito (oficial e profissional: documentos, jornais etc.) e o oral (popular: burburinhos na rua do Ouvidor, boatos etc.). É uma comunicação de guerra, uma forma que os sertanejos encontraram de transmitir a mensagem desejada. Não tem as mesmas normas, seus contratos sociais são

⁹² Ver artigo de 20 de agosto de 1897 do *Diário de uma expedição*.

diferenciados e são outros os códigos que regem este processo; mas ainda que seja não convencional, pode ser lido como um processo de comunicação, tão terrível quanto a própria guerra, na materialidade da própria guerra.

Os modelos mais rudimentares da comunicação são formados basicamente por três elementos⁹³: o emissor, a mensagem e o receptor (*Modelo de Aristóteles*). A partir deste modelo, segundo Tupã Gomes Corrêa, é que “inúmeros autores têm se dedicado a evoluir no sentido de não apenas demonstrar a *direção* ou *fluxo* de um determinado discurso, quanto de estabelecer os ‘mecanismos’ por meio dos quais ocorre a interação humana antes, durante e depois do seu processamento” (1988: 13).

Apesar de, desde o antigo *Modelo de Aristóteles*, ser possível representar o fluxo da comunicação e de identificar a principal via de uma mensagem, é a partir do *Modelo de Lasswell* que se evidencia uma “razão de finalidade para o processo”. Lasswell identifica as cinco “grandes zonas” desse processo, que serão os “cinco pontos fundamentais sobre os quais se estrutura o processo de comunicação”:

QUEM diz O QUE em que CANAL a QUEM com que EFEITOS

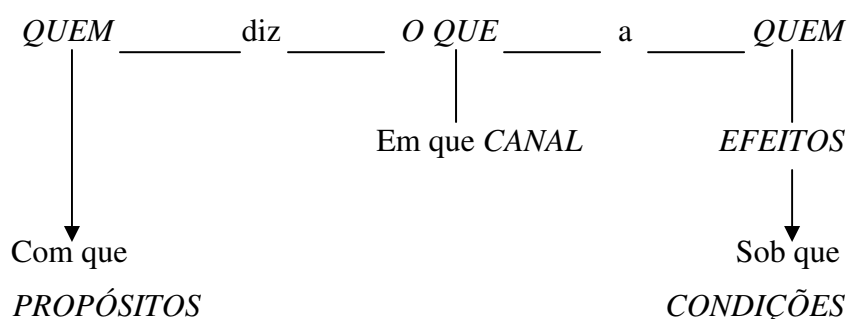
O modelo articulado por Lasswell foi posteriormente modificado por Nixon, que se preocupou em “aprofundar o sentido de duas outras zonas: os propósitos que levam alguém a endereçar uma mensagem a outro, com determinado efeito, e mediante determinadas condições” (Corrêa, 1988:

⁹³ “Qualquer processo comunicacional que transmita informação compõe-se basicamente de alguns elementos invariáveis, embora possa haver variáveis concretas da situação comunicacional” (Chalhub, 1988: 11).

14). Muitos outros elementos foram sendo incorporados e outros modelos mais complexos foram sugeridos, ao longo do tempo, com o fim de explicar com mais detalhes e profundidade o processo da comunicação. A fundamental diferença destes modelos reside nos “diferentes objetivos a que se destinam” e na “natureza distinta do processo de comunicação” na qual estão baseados. O *Modelo de Lasswell*, por exemplo, busca uma natureza sociológica e faz emergir a questão da utilidade da comunicação, “notadamente ao nível coletivo”. Por esta razão, para explicitar o processo de comunicação desencadeado pelas cabeças dos soldados mortos e pelos restos dos materiais do exército dispostos nos arbustos pelos conselheiristas, será adotado, no momento, este último modelo:

MODELO DE LASSWELL

(com modificações de Nixon)



Aplicando o modelo acima apresentado, no processo não convencional aqui proposto a partir da obra de Euclides, é possível resumilo da seguinte forma: Os “jagunços” (*QUEM*) “delatavam demoníaca encenação” (diz *O QUE*), através de “esqueletos (...) estirados no chão (...) ou desequilibradamente arrimados aos arbustos flexíveis” (em que *CANAL*), tornando os combatentes da quarta expedição (a *QUEM*)

“assombrados” (*EFEITO*). Ainda, conforme Euclides (2002: 531-2), “o lugar era lúgubre”. O sítio marcado pelo encontro de Moreira César com os conselheiristas, a caminho de Canudos, trazia recordações cruéis. A região pouco conhecida pela maioria da tropa, tornada ainda mais assustadora pelos constantes ataques do “inimigo invisível” constituía-se *CONDIÇÃO* na qual foi recebida a mensagem dos seguidores de Conselheiro. Os *PROPÓSITOS* não são claramente explicitados pelo autor, mas, somando a narração euclidiana à descrição feita pela maioria dos autores e jornalistas que contaram a história de Canudos, é possível concluir sobre tal comportamento dos conselheiristas, que além de ironizar⁹⁴, eles queriam alertar a quarta expedição sobre o que acontecera com as anteriores e que poderia ser também o futuro daquela.

Os sertanejos não possuíam os veículos de comunicação da “civilização”, ou melhor, não tinham à sua disposição jornais e telégrafos, dos quais fizeram uso os oficiais, jornalistas e moradores das cidades. Os raros meios a que tinham acesso, não como produtores, mas como espectadores, eram os quadros de editais, avisos ou decretos: “tábuas tradicionais, que substituem a imprensa” (Cunha, 2002: 286) Assim, utilizaram meios radicais para transmitir a mensagem desejada, a exemplo das cabeças dispostas à margem do caminho, espaçadas como notas musicais que, inseridas numa partitura macabra, precisavam ser decodificadas. E o “arcabouço do coronel Tamarindo, decapitado, braços pendidos, mãos esqueléticas” (*idem*, p. 533) era a clave que apontaria a leitura correta daquela partitura, pelos “profissionais da guerra”.

Outra forma de comunicação não convencional, outra forma singular de combinação de códigos, sem a legitimação que possui o jornal e o telégrafo, por exemplo, foram as “páginas demoníacas” ou “palimpsestos

⁹⁴ Para Dantas Barreto, “os jagunços divertiam-se com esses quadros de horror!” (1898: 89).

ultrajantes”⁹⁵ – como Euclides nomeia, em *Os sertões*, os muros riscados pelos soldados durante a guerra: “E nas paredes, cabriolando doidamente, a caligrafia manca e a literatura bronca do soldado. Todos os batalhões haviam colaborado nas mesmas páginas, (...) no gravarem as impressões do momento. Eram páginas demoníacas aqueles muros sacrossantos” (*idem*, p. 676).

Cobertos de blasfêmias, brados, vivas e profanações, os muros eram riscados com carvões e com pontas de sabres, e demonstravam todo o horror e vulgaridade daquela guerra e daqueles que se intitulavam defensores de uma nação. Conforme Euclides,

em toda parte (...) em cada parede branca (...) se abria uma página de protestos infernais. Cada ferido, ao passar, nelas deixava, a riscos de carvão, um refluxo de agruras que o alanceavam, liberrimamente, acobertando-se no anonimato comum. A mão de ferro do exército ali se espalmara, traçando em caracteres enormes o entrecho do drama; fotografando, exata, naquelas grandes placas, o fâcies tremendo da luta em inscrições lapidares, numa grafia bronca, onde se colhia em flagrante o sentir dos que o haviam gravado (*idem*, p. 685).

Ainda de acordo com *Os sertões*, “sem a preocupação da forma, sem fantasias enganadoras, aqueles cronistas rudes deixavam por ali, indelével, o esboço real do maior escândalo da nossa história”, através de “versos cambeteantes, riçados de rimas duras (...) na moldura de desenhos pavorosos”. Ao passo que as autoridades, os profissionais e intelectuais da época possuíam espaços garantidos através dos meios de comunicação oficiais, a população sertaneja e o exército buscavam outras formas de expressar e deixar marcadas na memória dos que ali passavam, as mensagens que desejavam expressar. Enfim, Euclides conclui: “E a

⁹⁵ Euclides já havia voltado sua atenção para este tipo de “página demoníaca” (2003: 70) no artigo de 1º de setembro de 1897, escrito em Queimadas.

empresa perdia repentinamente a feição heróica, sem brilho, sem altitude. Os narradores futuros tentariam em vão velá-la em descrições gloriosas. Teriam em cada página, indestrutíveis, aqueles palimpsestos ultrajantes” (*idem*, p. 686).

Como se tivesse mais a ler naqueles espaços do que nos posteriores livros publicados sobre o tema de Canudos, Euclides representa aqueles muros, com a força bárbara das suas inscrições, como protótipo de tudo quanto poderia ser dito ou escrito depois. Os primeiros “papéis” contando a Guerra de Canudos foram, então, as sujas paredes sertanejas, nas quais foram sobrepostos textos que redimensionaram aquele passado.

Depois de atravessar quadros singulares, voltando do sertão, os soldados feridos que chegavam a Salvador eram aguardados por “uma curiosidade ansiosa”. E Euclides justifica tamanha curiosidade da população soteropolitana: “Iam chegar afinal, as primeiras vítimas da luta que empolgava a atenção do país inteiro” (*idem*, p. 640).

O “grande e ilusório coletivo de massas, vivido pela multidão submetida ao impulso carismático, regressivo e irracional” (Bueno, s/d: 97) é ilegível ao próprio habitante da cidade, que por ter o objeto muito próximo de si, não pode enxergá-lo com exata definição. Todavia, esta crise do mundo urbano é bem representada por escritores e estudiosos de todo o mundo e de várias gerações. Georg Simmel afirma que o homem faz parte da massa na cidade moderna, e acrescenta: “trabalha-se com o homem como um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente” (1987: 13). Com seu individualismo abafado, este humanóide quase não reage, e a constante aversão ao outro é tida como necessária ao “novo” modo de vida. Ciente de tais características do habitante da cidade, ainda que no início do século XX, Euclides da Cunha, com considerável dose de

ironia e crítica, narra a chegada das primeiras vítimas da luta, esperadas por uma multidão, na estação terminal da linha férrea de Salvador:

A população da capital recebia-os comovida. Como sempre sucede, o sentimento coletivo ampliara as impressões individuais. O grande número de pessoas, identificadas pela mesma comoção, fez-se o expoente do sentir de cada um e, (...) presas do mesmo contágio, e sugestionadas pelas mesmas imagens, todas as individualidades se apagaram no anonimato nobilitador da multidão piedosa que bem poucas vezes apareceu tão digna na História. A vasta cidade fez-se um grande lar (2002: 641).

O “entusiasmo vibrante” da multidão baiana – “contraste inexplicável, sobre esta comiseração profunda e geral” –, que apagava as individualidades, foi testemunhada por Euclides e documentada no seu artigo de 12 de agosto de 1897. No entanto, no livro, o tom não parece de elogio, e sim de crítica e de ironia: as “grandes vítimas obscuras do dever” se tornam “mártires” com “ovações de triunfadores”. A “tristeza lúgubre e acabrunhadora” impressa em toda a cidade por causa do “ataque persistente e traiçoeiro do inimigo”, conforme é descrita pelo seu artigo em 1897, transforma-se, em *Os sertões*, em uma “admiração pela ousadia dos sertanejos incultos”, “latente em todos os espíritos” (*idem*, p. 640-2).

Quando a Guerra de Canudos acabou, conforme Euclides, o exército desenterrou o corpo de Antônio Conselheiro, o fotografou e cortou-lhe a cabeça. Naquele momento, Euclides afirma ironicamente: “importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terribilíssimo antagonista”. Por isso, levaram a cabeça do Conselheiro para o litoral, “onde delirava multidões em festa” (*idem*, p. 780). Estas multidões, embriões das futuras massas consumidoras de produtos da indústria cultural, foram embaladas, mais uma vez, pela imprensa. Segundo Olímpio de Souza Andrade, no país inteiro aconteciam

manifestações pela derrota dos sertanejos, (...) com bandas de músicas percorrendo as ruas embandeiradas (...), expedientes de repartições suspensos, discursos patrióticos que se sucediam. Tudo fazia coro com a campanha sem trégua da maioria da imprensa, de distorção da realidade (...) ou notícias inverídicas (1966: 143).

As versões e lendas que acompanharam o início, o meio e o fim da guerra, demonstradas na obra de Euclides, continuam sendo evidenciadas em toda *A luta*. Antes de falar do fim do arraial de Canudos, ele narra, por exemplo, a “onda de comoção geral” que batera também no Senado Federal, através de “imaginações superexcitadas” que acusavam os conselheiristas de serem destinatários de armas “despachadas em Buenos Aires com destinos aos portos de Santos e Bahia”. E, como afirma Euclides, “tal incidente, em que incidiam todas as fantasias, assumiu, ampliando nevrose comum, visos de realidade”. Nos órgãos de notícias mais sérios, conforme expõe o autor, em *Os sertões*, esse tipo de notícia era transmitido, inclusive no “de mais peso talvez na América do Sul⁹⁶”. Daí por diante, “a imaginação popular (...) delirava na ebridez dos casos estupendos, apontoados de fantasias” (2002: 644-7). E nas páginas seguintes, Euclides continua: “outros casos (...) abalavam a opinião pública da velha capital e por fim de todo o país” (*idem*, p. 650); “as opiniões como sempre disparatavam, discordes” (*idem*, p. 651); “mais uma dúzia de boatos no turbilhar das conjecturas” (*idem*, p. 657). Por isso, é possível concluir que, na obra euclidiana, entre os grandes vilões da estória, estão aqueles que fizeram o acontecimento, nos emergentes meios de comunicação, disseminando e muitas vezes criando boatos e fantasias.

Euclides, no final do livro, mais uma vez, num exercício metalingüístico, assume a postura de comunicador que dá forma às

⁹⁶ Nota do autor (retificada pelo editor): *La Nación* de Buenos Aires, 30 de julho.

mensagens, utilizando a metáfora da página onde o acontecimento é construído – o que acentuou a tragicidade da última cena do combate:

Não há relatar o que houve a 3 e a 4⁹⁷ (...).

Fechemos este livro. Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos (*idem*, p. 777-8).

Este fragmento de *Os sertões*, lugar comum dos estudos euclidianos, permite compreender também, a crise de representação (do não ter palavra comunicável para narrar os horrores da guerra presenciada e, de alguma forma, reforçada por Euclides através dos seus artigos) identificada no poema “Página Vazia” e que volta a aparecer no final do seu grande livro, quando o silêncio traz sugestões de palavras não proferidas e leituras não realizadas: “E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera” (*idem*, p. 779). Assim, nas palavras de Roberto Ventura, Euclides

Insinua, em vez de relatar, a chacina ocorrida em Canudos. (...) Sua narrativa repousa sobre uma estrutura tensa, devido ao conflito entre a necessidade de revisitar um evento traumático do passado e a impossibilidade de representar aquilo que supera a própria linguagem. (...) O crime (...) recebe, portanto, um tratamento simbólico (...), evita a banalidade do registro realista ou a platidão do testemunho documental, evita a representação dos fatos (2002b: 67-8).

⁹⁷ A queda do arraial aconteceu no dia 5 de outubro. Os dois dias anteriores, 3 e 4 de outubro, foram os últimos da guerra. Sobre estes, Euclides pouco fala. A maior significação que dá a estes dias é a afirmação: “eram terríveis lances, obscuros para todo o sempre” (2002: 778).

A forma ideal que Euclides encontrou para representar simbolicamente aquele “evento traumático”, evitando a “banalidade do registro realista” foi a metalinguagem. Quando ele fala em *relatar*, *descrever*, *livro*, *palavra*, ele está fazendo uso da função metalingüística, marcando a sua obra com o signo da modernidade. Como um “efeito e consequência das transformações operadas pela Revolução Industrial”⁹⁸, na história, a metalinguagem é considerada uma atividade moderna. Assim, segundo Samira Chalhub, ela indica “a perda da aura, uma vez que dessacraliza o mito da criação, colocando a nu o processo de produção da obra”, quando antes, o público a contemplava passivamente, como a algo inatingível. Mas, tendo o conceito de arte se transformado, hoje o público é “incorporado ativamente, como colaborador”. E o declínio da aura é, na verdade, a “crise da idéia de representação da linguagem” (1988: 42-7). Portanto, quando Euclides fala, paradoxalmente, da impossibilidade de falar, ele permite ao leitor a reflexão sobre a construção da obra, por meio da metalinguagem. Assim, pelas estratégias retóricas por ele adotadas, “o discurso euclidiano desempenha um papel primordial nas relações entre o livro e o leitor”, como observa Bernucci (1995: 41).

Os trechos destacados, das últimas páginas de *Os sertões*, podem ser lidos, ainda, como representações do vazio na obra, que, de acordo com Wolfgang Iser, “possibilita a participação do leitor na realização do texto”, induzindo aquele a fazer agir as posições manifestadas neste (1979: 131). Para Iser, “são os vazios, a assimetria fundamental entre texto e leitor”, que permitem a comunicação durante a leitura:

⁹⁸ Depois das novas descobertas das linguagens técnicas e do processo de reprodutividade da obra de arte, durante a Revolução Industrial, elas produziram uma nova consciência de linguagem.

O que falta nas cenas (...) e os vazios (...) estimulam o leitor a preenche-los projetivamente. Jogam o leitor dentro dos acontecimentos e o provocam a tomar como pensado o que não foi dito. Daí decorre um processo dinâmico, pois o que já foi dito só parece realmente falar quando cala sobre o que censura. Como, no entanto, o calado é a implicação do dito, é por ele que o dito ganha o seu contorno. Como o calado adquire vida pela representação do leitor, o dito passa a apresentar um fundo que (...) é muito mais significativo do que permite supor a descrição do dito. O processo de comunicação assim se realiza (...) através da dialética movida e regulada pelo que se mostra e se cala (*idem*, p. 90).

O vazio apresentado por Wolfgang Iser é, juntamente com a negação, a possibilidade de concretização movimentada pelo leitor, responsável por realizar as combinações necessárias para a compreensão do texto.

A literatura possui tempo e espaço dilatados; possui linguagem mais complexa e dirigida do que o jornal, por exemplo. A literatura joga com os fatos, mas aí, os espaços e tempos são diferenciados. Ela não fixa saber, e sim o faz girar, como afirma Barthes:

A literatura assume muitos saberes (...). Todas as ciências estão presentes no monumento literário. É nesse sentido que se pode dizer que a literatura (...) é realidade, isto é, o próprio fulgor do real. Entretanto, e nisso verdadeiramente enciclopédica, a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. (...) A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa (2002: 18-9).

Os sertões, ao trabalhar com geologia, história, sociologia etc., acaba fazendo girar estes saberes, cruzando informações distintas, enquanto o jornal joga com o saber, fechando as possibilidades. Na literatura há ambigüidade, ploriferação de sentidos. Ela é mais “verdadeira” do que a suposta realidade publicada nos jornais⁹⁹, no sentido de que a realidade humana é tão complexa quanto a literatura, pois os homens vivem sob

⁹⁹ Aristóteles ensinava que *a ficção é bem mais verossímil que a realidade* – como bem lembra Umberto Eco (1984, 165).

muitos influxos ao mesmo tempo, num verdadeiro girar de saberes que se misturam, sendo impossível separá-los ou organizá-los para serem vividos um de cada vez¹⁰⁰. Nela, a verdade não é estática, não se fecha. E se o dito não parece “confiável”, definitivo, o que sobressai em *Os sertões* são os “vazios” carregados de possibilidades, convidando o leitor à mesma perplexidade.

Por que não há o que relatar sobre os últimos dias de Canudos? Por que fechar o livro depois de tudo o que Euclides disse? Por que cerrar aquela página “vacilante e sem brilhos”? Era ela a mesma página vazia poetizada há anos atrás? Por que o silêncio de Euclides? Talvez, simplesmente porque a realidade fosse muito maior do que qualquer coisa que pudesse ser dita. O silêncio, então, entra no livro como algo que se quer muito mais eloqüente do que as palavras. Nos últimos parágrafos de *A divina comédia*, por exemplo, quando Dante, no *Paraíso*, é “habilitado à contemplação da essência divina” (paradoxalmente, Euclides contempla a morte, o “esgotamento”, a tragédia), a linguagem é derrotada pela impossibilidade de expressar o que foi visto:

tudo quanto me foi dado ver esteve além de toda possibilidade de ser descrito em linguagem humana, ou mesmo de ser refeito na memória. (...) Para narrar o que vi, a voz humana é mais falha do que o balbuciar de uma criança que ainda se nutre do seio materno. (...) Ah, como é insuficiente a expressão humana para descrever o que vi! Toda ela, a mais alta, não bastaria para reproduzir o mínimo que eu pretendesse referir (2003: 246-248).

Dante, no *Canto XIII*, diz não conseguir anunciar adequadamente o que viu, mas “indiretamente pede ao leitor que use a imaginação onde sua ‘alta fantasia perdeu a força’” (Eco, 1994: 13). O silêncio aí é uma grande reticência expressiva.

¹⁰⁰ Conforme Ítalo Calvino, “quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia” (1997: 138).

Em *Os sertões*, o silêncio apresenta-se como um termo final de uma grande e eloqüente indignação. Para Olímpio de Souza Andrade, “o homem que tirava da língua o máximo que ela lhe dava exaure-se na procura e fecha o livro” (1966: 336 – grifos do autor). Assim, Euclides convida o leitor a refletir sobre o sentido daquelas últimas palavras. Não é à toa que ele, neste momento, silencia. Aí, também, Euclides acaba textualizando ou dramatizando a sua linguagem ante o que há de imponderável nas atitudes dos contadores, de nebulosidade nos parâmetros de julgamento, de atordoamento da razão que esclarece. O silêncio inscreve-se, nas páginas d’*Os sertões*, como a radicalidade dos fatos que desafiam os limites da narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Canudos não é uma história,
mas uma árvore de histórias.

Mario Vargas Llosa

Verificamos, ao longo deste trabalho, a existência de fronteiras, mas também de confluências entre jornalismo e literatura. Reconhecendo a multiplicidade e a heterogeneidade destes dois campos, sem aqui entrar na discussão de qual deles é mais autêntico ou representa melhor o real, acentuamos, apenas, a subjetividade presente em todo e qualquer discurso, da qual o jornalista não tem como fugir, mesmo ainda buscando a imparcialidade.

O jornalismo seria mais enriquecido, talvez, se conseguisse se desprender de convenções frágeis e instáveis, como “verdade” e “precisão”, e assumisse como responsabilidade social, a defesa dos direitos humanos, a informação, o exercício explícito da opinião e a crítica econômica, artística e política. Conforme Umberto Eco, a função da mídia, uma vez conhecida como o “quarto poder”, “é certamente controlar e criticar os outros três poderes tradicionais”. Todavia, “os meios de comunicação só podem influenciar a vida política do país criando opiniões” (1997: 55). E para que se constitua uma verdadeira opinião pública – não expropriada, explorada ou mistificada –, como já foi aqui demonstrado, é necessário o levantamento de dúvidas e o estabelecimento do debate público.

Junto à imprensa escrita, Canudos foi um dos episódios nacionais de maior relevância e repercussão no final do século XIX, “século marcado pela afirmação de um sentimento nacional que alimenta as lutas internas e externas de constituição da nação brasileira” (Olivieri-Godet, 2000: 211). E

como disse Walnice Galvão, “a Guerra de Canudos foi o acontecimento jornalístico de maior importância do ano de 1897” (1976: 55). Após a derrota da terceira expedição, foram enviados, para o sertão baiano, jornalistas que tinham por objetivo despachar informações sobre a guerra, para os seus jornais (republicanos). A maioria dos artigos constituía-se propaganda de um regime que precisava se estabelecer, num momento de muitas rebeliões e crises políticas. Assim, os jornalistas silenciaram sobre as atrocidades ali testemunhadas. Apenas algumas tímidas pronúncias se tornaram exceções durante a guerra, como foi evidenciado no primeiro capítulo, através de trechos de Favila Nunes, Lélis Piedade e Manual Benício. Mas a crueldade da campanha só foi divulgada após o fim da luta. O monarquista Afonso Arinos, por exemplo, primeiramente fez denúncias nos artigos que publicou em *O Comércio de São Paulo* e depois no livro *Os jagunços*. Outros textos sugeriram sobre a guerra, mas nenhum teve a recepção e a perenidade da obra escrita pelo correspondente de *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha – que além de denunciar a crueldade da campanha militar, revelou também a crueldade que se constituiu a campanha da imprensa durante a guerra.

Como *Os sertões* faz parte das condições de produção de um conjunto de obras literárias posteriores, que possuem o tema canudiano como eixo central¹⁰¹, ela pode ser considerada uma obra de fundação, datada, concebida como um acontecimento. Do lado das condições objetivas históricas, extradiscursivas, a guerra e as condições de produção, circulação e reconhecimento dos discursos jornalísticos criam bases suficientemente ativas para tornar o texto euclidiano uma fundação, enquanto produto de uma prática significativa que se desenvolve na história.

¹⁰¹ Nestas, o tema da “comunicação em tempo de guerra” torna-se também recorrente.

O *jornalista míope*¹⁰², caricatura de Euclides da Cunha, teve seus óculos quebrados durante a debandada da terceira expedição e, a partir daí, não enxergou mais. Porém, explica o personagem vargallosiano: “embora não as tenha visto, senti, ouvi, apalpei, cheirei as coisas que aconteceram lá (...) E o resto adivinhei” (Llosa, 1999: 447). Como um míope, durante a campanha, o jornalista Euclides da Cunha também não divisou a essência da guerra – justificado, ainda, pelo fato de ter responsabilidades outras além do jornalismo, como adido do Estado-Maior –, apesar de ter sentido a peleja e “adivinhado” os acontecimentos que não presenciou (relatos posteriores de fatos que não viu). Aproximando Euclides do *jornalista míope*, Vargas Llosa põe na “boca” deste, a seguinte fala: “os correspondentes (...) podiam ver e não viam. Só viram o que foram ver” (*idem*, p.520). Ao que acrescenta: “Mas eles não apenas viam o que não existia (...) Sobretudo, ninguém viu o que havia lá de verdade” (*idem*, p. 523).

Apesar de não ter sido discutida no desenvolvimento do presente trabalho, a obra literária de Mario Vargas Llosa, *A guerra do fim do mundo*, pode se tornar um forte índice para a significação do tema aqui apresentado. Através da obra ficcional, Vargas Llosa transforma a “realidade real” e cria personagens e situações que simbolizam não apenas o acontecimento, mas a narração do mesmo, por Euclides da Cunha. A importância desse romance aqui, portanto, está na expansão dos seus símbolos, que representam a campanha da imprensa durante a Guerra de Canudos – o que nos remete, via um processo de intertextualidade, à análise feita no terceiro capítulo, a partir de *Os sertões*. Assim, por meio da

¹⁰² Personagem de *A guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa, cuja miopia possui um sentido patológico, mas também ideológico. Para aquele, escrever, nas palavras de Leopoldo Bernucci, “consiste em ser él mismo, su supervivencia emocional, su manera de sentirse socialmente útil cuando su estado físico no le da esta oportunidad” (1989: 85).

correlação com os signos vargallosianos, buscamos refletir o que foi argumentado ao longo desta dissertação, sobre o posicionamento da mídia durante a guerra, sobre as representações literárias dos processos teóricos da comunicação e sobre o diálogo possível da literatura com o jornalismo.

Numa entrevista feita por Ana Maria Moix, enquanto explicava sua novela, o autor peruano afirmou:

una de las cosas que me fascinó, al investigar sobre lo ocurrido en la rebelión de Canudos, fue ver como la prensa desempeñó un papel tan importante en la deformación de la realidad. Es decir, las publicaciones de la prensa (...) constituyen una información totalmente subjetiva que está condicionada por las ideas políticas o los prejuicios de cada cual. A partir de la lectura de los periódicos de la época resulta imposible comprender el movimiento de Canudos porque las interpretaciones de la prensa son disparatadas (*apud* Bernucci, 1989: 214).

A partir das leituras dos artigos jornalísticos, por Llosa, a superficialidade da imprensa da época se fez presente no olhar crítico do narrador de *A guerra do fim do mundo*, que denuncia a inconsciente, ideológica ou subliminar *miopia* jornalística, em confronto com o compromisso mais reflexivo do escritor; o que acabou demonstrando, também, o valor da literatura contra o esquecimento.

No primeiro artigo que o idealista republicano Euclides da Cunha escreveu sobre Canudos, após comparar este arraial a uma sublevação monarquista francesa, ele garante: “a República sairá triunfante desta última prova”. Entretanto, no seu último artigo produzido em Canudos, mostra-se visivelmente desapontado e afirma que lá deixara muitas idéias perdidas “naquela sanga maldita” e julga felizes aqueles que “não presenciaram nunca um cenário igual...”. Quatorze dias depois deste, Euclides escreve o poema “Página Vazia” que, podendo ser lido como metáfora do momento de gestação, do ponto de conversão para a grande e

complexa narrativa de *Os sertões*, simula o silêncio necessário após a forte experiência na guerra.

Cinco anos mais tarde, em *Os sertões*, ele reforça o que parece ter começado a brotar nos últimos dias da guerra, passando a indagar suas concepções políticas ligadas a um republicanismo idealizado, criticar os planos militares, o comportamento desordenado dos soldados nacionais, a atuação da imprensa e a idéia corrente na época, de que os conselheiristas lutavam pela restauração do Império.

Dentre os múltiplos discursos empreendidos por Euclides, em sua obra, é expressivo o olhar do autor sobre a comunicação social, não apenas por historiar o papel dos jornais do final do século XIX, mas também por estudar a comunicação enquanto um fenômeno discursivo de produção de sentidos – estabelecido por signos que não necessariamente precisam ser verbais, a exemplo das cabeças e restos de fardas sobre a vegetação sertaneja, que constituíam uma mensagem a ser decodificada pelas expedições.

Como foi possível analisar em *Os sertões*, a partir de *A luta*, Euclides da Cunha sistematiza a trajetória da formação de uma opinião pública nacional, com a necessária campanha de mobilização de públicos. A falta de conscientização política do povo possibilita uma manipulação das informações pelos meios de comunicação, e isto aconteceu, segundo ele, durante a campanha de Canudos.

Euclides mostra como a imprensa assumiu posturas diversas nos diferentes momentos da guerra. Primeiramente, adotou uma atitude doutrinadora em que pregava o combate à ignorância por meio da instrução, impedindo manifestações de fanatismo. Depois das primeiras derrotas e, principalmente, após o fracasso da terceira expedição, os sertanejos de Canudos passaram a ser chamados de inimigos do progresso,

e os meios de comunicação anunciavam a necessidade de seu extermínio. Para tanto, os jornais promoveram uma verdadeira *batalha* de discursos – evidenciando mais uma vez que a Guerra de Canudos foi, antes de tudo, conseqüência de uma construção discursiva altamente maniqueísta, segundo a qual, o exército republicano e civilizado (“herói nacional”) pelejava contra a “barbárie”: o arraial conselheirista, representante da ignorância e do atraso, inimigo da nação, que precisava ser punido.

Segundo Walnice Galvão,

é difícil, para o leitor de hoje, aquilatar o porte e a extensão que o jornalismo da época deu à Guerra de Canudos. Afora as rápidas menções dos historiadores, temos as referências do próprio Euclides da Cunha nos sertões, e é em geral por via desta fonte que se pode ter uma idéia do estardalhaço que a imprensa fez. Ainda assim, informação já filtrada e ocupando um lugar reduzido dentro do livro (1994: 54).

Compartilhamos a certeza da autora sobre a dificuldade de, hoje, “aquilatarmos o porte e a extensão” do que foi a representação daquela guerra nos jornais da época. Passamos a entender melhor tamanha cobertura ao folharmos a reprodução dos artigos jornalísticos da quarta expedição, em *O calor da hora*¹⁰³. Mas, ainda assim, existe a possibilidade de algum texto não ter sido resgatado pela autora. E, mesmo que isto não se confirme, o número de reportagens, durante as três primeiras expedições (que não estão publicadas em livro), é muito maior do que geralmente se

¹⁰³ Vargas Llosa, por exemplo, “se familiariza com la realidad de Canudos y ‘conoce’ a traves de los periódicos el sentido polémico y confuso de los intentos de explicar el hecho histórico”. A través de *No calor da hora*, Llosa comprende “las múltiples versiones que dan los reporteros de la época sobre la campaña de Canudos. Sirviéndole de guía para la comprensión de la enredada historia, muchas veces alterada y distorcida por la prensa de la época (...). Algunas de las informaciones cruciales recogidas por el escritor peruano provienen de los artículos periodísticos reunidos en este libro” (Bernucci, 1989: 8-9).

tem conhecimento¹⁰⁴. A exemplo de dois jornais baianos – *Jornal de Notícias e Diário da Bahia* – que desde o início do mês de março de 1897, cotidianamente divulgavam notícias de Canudos, podemos concluir o quanto a população estava desejava de possuir tais informações (principalmente, é claro, a partir da derrota da expedição Moreira César).

Mesmo a representação da imprensa tendo sido “filtrada e ocupando um lugar reduzido dentro do livro” de Euclides, como afirma Walnice Galvão, a compreensão proporcionada pela obra euclidiana do papel dos regulares meios de comunicação durante a guerra, e de forma mais geral, dos processos de comunicação – como foi demonstrado neste trabalho – faz-nos concluir, juntamente com Lícia Soares de Souza, que Euclides fez “uma das mais completas histórias da comunicação nacional, justamente neste momento em que a comunicação começava a organizar a sociedade tanto no plano material, como no plano psíquico direcionado para interferir no político” (2001: 42).

Euclides tem como pretensão inicial fazer uma obra de história, como deixa entender a *Nota preliminar* de *Os sertões*. De princípio, portanto, pensamos que ele deseja exaurir o conhecimento do acontecimento, encerrando-o talvez. Ao fim do livro, entretanto, ele deixa clara a intenção de não ser uma totalidade, tornando-se uma espécie de “enciclopédia aberta” que permite uma pluralidade de leituras complementares não apenas do fato em si, mas dos vários fenômenos (sociais, culturais, comunicacionais etc.) que o envolveram. Como escreveu Leopoldo Bernucci, “Seria muito outra a sua sorte se tivesse somente permanecido no domínio histórico-sociológico, onde a narrativa

¹⁰⁴ Esta atenção voltada pela imprensa à Guerra de Canudos, antes da formação da quarta expedição, eu pude comprovar folheando jornais baianos deste período, que as bibliotecas hoje já quase não mais permitem a manipulação, pelo desgaste dos mesmos.

cronológica e direta, as causas e efeitos e a factibilidade dos acontecimentos quisessem apenas espelhar uma realidade” (1995: 49).

Euclides possibilita, por meio de *Os sertões*, a proliferação de significações e de sentidos. Podendo ser considerada uma obra que “faz girar os saberes” (Barthes, 2002:18), ela contempla campos narrativos múltiplos, sendo também significativo o olhar do autor sobre o discurso da comunicação social. A representação das ações da mídia durante a guerra de Canudos, em *Os sertões*, torna-se, assim, importante, pois, a partir desta obra, que instala o paradigma discursivo como fonte de construção da visibilidade das contradições do país, bem como da determinação dos pilares identitários, depreendem-se teorias da comunicação e da opinião pública com base em exemplos nacionais, e importantes estudos históricos da imprensa brasileira e da comunicação em tempo de guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Publicações em jornais (século XIX):

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 8 mar. 1897, p. 1.

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 9 mar. 1897.

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 11 mar. 1897, p. 1.

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 12 mar. 1897, p. 1.

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 15 mar. 1897, p. 2.

Antonio Conselheiro. *Jornal de Noticias*, Salvador, 29 mar. 1897, p. 1.

Cartas. *Jornal de Noticias*, Salvador, 17 abr. 1897.

CUNHA, Euclides. Definamo-nos. *O Estado de S. Paulo*, 23 jul. 1889.

CUNHA, Euclides. Excerto de um livro inédito. *O Estado de S. Paulo*, 19 jan. 1898.

Diário da Bahia, 11 mar. de 1897. p. 1.

Jornal de Noticias, Salvador, 6 mar. 1897

O Estado de S. Paulo, 04 mai. 1889.

O Estado de S. Paulo, 23 nov. 1889.

O Estado de S. Paulo, 18 ago. 1897.

O Estado de S. Paulo, 19 jan.1898.

O cabo Roque. *Jornal de Noticias*, Salvador, 26 mar. 1897.

O insucesso. *Diário da Bahia*, 09 mar. 1897.p. 1.

O período dos alucinados. *O Estado de S. Paulo*, 27 jan. 1889.

Telegramas: interior. *Jornal de Noticias*, Salvador, 30 mar. 1897, p. 1.

Trovoada militar. *O Estado de S. Paulo*, 6 nov. 1888.

Bibliografia geral:

- ALBUQUERQUE JR., Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras Artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALENCAR, Ive; SANTOS, Lidiane; SOARES, Heloiza. “Teorias da Comunicação e da opinião pública nacional nas obras literárias do ciclo canudiano”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 5, n. 1/1, p. 207-24, jun. 2001.
- ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*; trad. Fábio M. Alberti. São Paulo: Nova Cultural, 2003. (Coleção Obras primas).
- ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e sátira na Guerra de Canudos*. Salvador: EGBA, 1997.
- ANDRADE, Olímpio. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: Edart, 1966.
- ARAÚJO, Jorge. “O estatuto literário de *Os Sertões*”. *Léguas e meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, Feira de Santana, n. 1, p. 137-61, 2001-2.
- ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. Brasília: Philobiblion, 1985.
- ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis: A semana*. v.3, n. 28. São Paulo: Mérito, 1962.
- Avenida Rio Branco e suas transversais*. [19--]. Disponível em: <http://www.geocities.com/rio_cidade/encerbes> Acesso em: 14 jan. 2003.
- AVIGHI, Carlos Marcos. “O sertão brasileiro e o cenário mundial no jornalismo de Euclides da Cunha”. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 144-53, jul./dez. 1993.

- AZEVEDO, Silvia Maria. “Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos”. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 82-95, jun./jul./ago. 2002.
- AZEVEDO, Vivianne. “A literatura no projeto jornalístico de *Os sertões*”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 4, n. 1/2, p. 75-84, dez. 2000.
- BARRETO, Dantas. *Última expedição a Canudos*. Porto Alegre: Franco e Irmãos, 1898.
- BARRETO, Dantas. *Accidentes de guerra. Operações de Canudos*. Rio Grande do Sul: Liv. Rio-grandense, 1905.
- BARTHES, Roland. *Aula*; trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-ômega, 1997.
- BASTOS, José Augusto Cabral Barretto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: UFBA, 1995.
- BENÍCIO, Manuel. “Jornal do Comércio”. GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1994, p. 237-340.
- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: *Documentos de Cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1986, p. 195-8.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- BERNUCCI, Leopoldo. *História de um malentendido: un estudio transtextual de La guerra del fin del mundo de Mario Vargas Llosa*. New York: Lang, 1989.
- BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: prógonos,*

contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: EDUSP, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo. “Pressupostos historiográficos para uma leitura de *Os sertões*”. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 6-15, jun./jul./ago. 2002a.

BERNUCCI, Leopoldo. “Índice onomástico”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002b, p. 793-858.

BLUMER, Herbert. “A massa, o público e a opinião pública”. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, p. 177-86.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.

BRASIL, Gerson. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

BRASILEIRO, Antônio. “Euclides e a criação da realidade: *Os sertões*”. *Léguas e meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, Feira de Santana, n. 1, p. 174-82, 2001-2.

BUENO, André. *Sinais da cidade: forma literária e vida cotidiana*. [S.I.: s.n.], p. 89-110.

CALASANS, José. “Euclides da Cunha nos jornais da Bahia”. *Revista de Cultura da Bahia*. Salvador, n. 4, p. 47-50, jul./dez. 1969.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*; trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- CAMPBELL, Zélia Roelofse. “Antonio Conselheiro reabilitado através da imaginação”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 4, n. 1/2, p. 30-46, dez. 2000.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTAGNI, Nicoletta. “Gutenberg: a maravilhosa invenção”. In: GIOVANNINI, Giovanni *et al* (Coord). *Evolução na comunicação, do sílex ao silício*; trad. Wilma Freitas Ronald de carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 87-139.
- CASTRO, Gustavo de. “A palavra compartilhada”. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Org). *Jornalismo e literatura: a sedução das palavras*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 71-83.
- CHALHUB, Samira. *A metalinguagem*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Princípios).
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- CHUCID, Sarah. *Opinião Pública: técnicas de formação e problemas de controle*. São Paulo: Loyola, 1983.
- CÔRREA, Tupã Gomes. *Contato Imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política*. São Paulo: Global, 1988.
- COURI, Norma. “Dias Gomes revela sua história em autobiografia”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 mai. 1998. NetEstado Notícias-Caderno 2. Disponível em: <<http://jpdf.estado.com.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2003.
- CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. (v.2)

- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- CUNHA, Euclides da. *Canudos: Diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DECCA, Edgar S.; GNERRE, Maria L. Abaurre. “Trauma e história na composição de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 41-62.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*; trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*; trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*; trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ECO, Umberto. *Cinco escritos Morais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FERNANDES, Rinaldo de. *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- FIGUEIREDO, Manuel de. “A Notícia”. GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1994, p. 403-456.
- Folha de S. Paulo. *Novo Manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.
- GALENO, Alex. “Palavras que tecem e livros que ensinam a dançar”. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Org). *Jornalismo e literatura: a sedução das palavras*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 99-108.

- GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: USP, 1997.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.
- GALVÃO, Walnice. “Os sertões: uma análise literária”. In: *Canudos: as falas e os olhares*. Fortaleza: EUFC, 1993, p. 23-30.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A Guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1994.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Introdução”. In: CUNHA, Euclides. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a, p. 11-28.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Nota editorial”. In: CUNHA, Euclides. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b., p. 29-37.
- GALVÃO, Walnice. *D. O. Leitura*. [S.I.: s.n.], maio 2002.
- GICOVATE, Moisés. *De Euclides da Cunha a Mario Vargas Llosa*. Minas Gerais: Suplemento Literário, 1982.
- GOMES, Dias. “O berço do herói”. In: *Teatro de Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 451-568. (v.2).
- GUTIERREZ, Ângela. “Notícias sobre cem anos de ficção canudiana”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 09-21, jul. 1997.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Prudente de Moraes*. Introdução, comentários e notas de Herculano Gomes Mathias. Rio de Janeiro, 1990, p. 71-2.
- ISER, Wolfgang. “A interação do texto com o leitor”. In: LIMA, Luiz Costa (Org). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, p. 83-132.

- ISER, Wolfgang. “O imaginário”. In: *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 259-75.
- ISER, Wolfgang. “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. In: LIMA, Luiz da Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 955-87. (v.2).
- JAUSS, Hans Robert. “O prazer estético e as experiências fundamentais da poesis, aithesis e katharsis”. In: LIMA, Luiz Costa (Org). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, p. 6-82.
- JORGE, Franklin. “Os escritores e o jornalismo”. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Org). *Jornalismo e literatura: a sedução das palavras*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 109-13.
- KARAN, Francisco José Castilho. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KIERKEGAARD, S. A. *O conceito da ironia constantemente referido a Sócrates*; trad. Álvaro Luiz Montenegro Valls. Petrópolis: Vozes, 1991.
- KUNCZIK, Michael. “Conceitos de jornalismo: Norte e Sul”. *Manual da Comunicação*; trad. Rafael Varela Júnior. São Paulo: USP, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Lição de escrita”. In: *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 278-87.
- LIMA, Lidiane Santos de. “A atualidade centenária de *Os sertões*”. *Jornal Tribuna Feirense*, 01 dez. 2002a. Caderno Tribuna Cultural, p. 7.
- LIMA, Lidiane Santos de. “Euclides e a comunicação”. *Casa de Cultura Euclides da Cunha*, São José do Rio Pardo, 24 jun. 2002. Artigos. Disponível em: <<http://www.casaeuclidiana.org.br/texto/ler.asp?Id=266&Secao=111>>. Acesso em: 10 ago. 2002b.

- LIMA, Lidiane Santos de. “Rua do Ouvidor *versus* Caatingas: comunicação e guerra em *Os sertões* e em *A guerra do fim do mundo*”. *Revista Canudos*, Salvador, v.7, n.6/7, p. 117-25, jan./dez. 2002c.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LIMA, Nísia Trindade. “A sociologia deconcertante de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 73-98.
- LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*; trad. Remy Gorga Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOMBARDI, Carlo. “Do pombo-correio ao sistema editorial”. In: GIOVANNINI, Giovanni *et al* (Coord). *Evolução na comunicação, do sílex ao silício*; trad. Wilma Freitas Ronald de carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 143-211.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da rua do ouvidor*. Brasília: UnB, 1988. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/Templates/JoaquimManueldeMacedo/mmemoriasdarua.htm>>. Acesso em: 14 jan 2003.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.
- MEDEL, Manuel Ângelo Vasquez. “Discurso literário e discurso jornalístico”. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Org). *Jornalismo e literatura: a sedução das palavras*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 15-28.
- MELO, José Marques de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1979.

- MIGNOLO, Walter. “Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa”; trad. Joyce Rodrigues Ferraz. In: *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 115-61.
- NUNES, Favila. “Gazeta de Notícias”. GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1994, p. 140-225.
- OLIVIERI-GODET, Rita. “Memória, história e ficção em Viva o povo brasileiro, de João Ubaldo Ribeiro”. In: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens Alves (Org.) *Rotas e Imagens*. Feira de Santana: UEFS, 2000. p. 209-22.
- OVIEDO, J. M.; LLOSA, M. Vargas. *Historia de la historia de la historia: conversación en Lima*. Escandalar, 1980, p. 82-7. (v.3)
- PELEGRINO, Umberto. *O exercício singular da comunicação na vida e na obra de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1983.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Lição de casa”. In: BARTHES, Roland. *Aula*; trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 51-89.
- PIEIDADE, Lélis. “Jornal de Notícias”. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição*. São Paulo: Ática, 1994, p. 341-402.
- PIGNATARI, Décio. *Letras Artes Mídia*. São Paulo: Globo, 1995.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro: estudo das estratégias de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso*. Ilhéus: Editus, 2002.
- PIRES, Orlando. *Manual de Teoria e Técnica literária*. Rio de Janeiro, 1981.

- POYARES, Walter. *Imagem pública: glória para uns, ruína para outros*. São Paulo: Globo, 1998.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1998.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: USP, 2001.
- SANTANA, José C. Barreto de. “Da inevitabilidade da Republica ao Socialismo inexorável pelas veredas do cientificismo: uma leitura de excertos de Euclides da Cunha”. In: SANTANA, J. C. B. *et al.* (Org). *Perspectivas em epistemologias e histórias das ciências*. Feira de Santana: UEFS, 1997, p. 169-80.
- SANTANA, José C. Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. Feira de Santana: UEFS, 2001.
- SANTOS, Lidiane; SOARES, Heloiza, ALENCAR, Ive. “Pode Os Sertões gerar um paradigma de Relações Públicas para os movimentos sociais?” *Revista Canudos*, Salvador, v. 4, n. 1/2, p. 47-64, dez. 2000.
- SANTOS NETO, Manoel Antonio dos; DANTAS, Roberto Nunes. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: UNEB, 2003. (v.2)
- SATO, Nanami. “Jornalismo, literatura e representação”. In: CASTRO, Gustavo; GALENO, Alex (Org). *Jornalismo e literatura: a sedução das palavras*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 29-46.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho Silva. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Gilberto (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 11-25.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Francisco de. *Imprensa e educação*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do “Jornal de Brasil”, [19--], p. 20.
- SOUZA, Lícia Soares de. “Canudos e o Rei do Gado: ecos da intertextualidade”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 14-32, jul. 1997.
- SOUZA, Lícia Soares de. “Memória e identidade na formação de uma opinião pública nacional em *Os sertões*”. In: OLIVIERI-GODET, Rita; SOUZA, Lícia Soares de. *Identidade e representações na cultura brasileira*. João Pessoa: Idéia, 2001, p. 35-60.
- VASCONCELOS, Pedro Lima. “Em meio a mártires e demônios: Euclides da Cunha no palco da guerra”. *Margem*, São Paulo, n. 14, p. 153-67, dez. 2001.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima. “Legião de demônios ou novos crucificados? Elementos religiosos e teológicos nos olhares de Euclides da Cunha sobre Belo Monte e Antônio Conselheiro”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 7, n. 6/7, p. 103-16, jan./dez. 2002.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha e a República”. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-91, jan./abr. 1996.
- VENTURA, Roberto. “Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 81-90. 1997.
- VENTURA, Roberto. “Redescoberta do Brasil: Euclides da Cunha no vale da morte”. *Cult*, São Paulo, p. 12-5, ago. 2000.

- VENTURA, Roberto. “Do mar se fez o sertão: Euclides da Cunha e Canudos”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 7, n. 6/7, p. 39-62, jan./dez. 2002a.
- VENTURA, Roberto. *Os sertões*. São Paulo: Pubifolha, 2002b. (Folha explica).
- VERÓN, Eliseo. “Fundações”. In: *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980, p. 97-172.
- VEYNE, Paul. “Nada mais do que uma narrativa verídica”. In: *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1971, p. 13-24.
- VILLA, Marco Antonio. “O ‘Diário de uma expedição’ e a construção de *Os sertões*”. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 11-40.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*; trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1999.
- ZILLY, Berthold. “Nação e sertanidade: formação étnica e civilizatória do Brasil, segundo Euclides da Cunha”. In: *Zwischen Literatur e Philosophie: Suche nach dem Menschlichen*. Berlin: WVB, s/d, p. 306-51.
- ZILLY, Berthold. “Euclides da Cunha na Alemanha”. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 10, n. 26, jan./abr. 1996.
- ZILLY, Berthold. “Um depoimento brasileiro para a História Universal”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 127-36, jul. 1997.
- ZILLY, Berthold. “A Reinvenção do Brasil a partir d’*Os Sertões*”. *Revista Canudos*, Salvador, v. 4, n. 1/2, p. 107-21, dez. 2000.
- ZILLY, Berthold. “Uma crítica precoce à ‘globalização’ e uma espopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois”. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de*

Euclides da Cunha: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002, p. 63-72.